

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA

MARIA MARIANA RODRIGUES DE LIMA

“É tempo de se levantar, erguer a voz, dar a cara a bater”:
religião e política nas mobilizações on-line de uma deputada evangélica.

Recife
2023

MARIA MARIANA RODRIGUES RODRIGUES DE LIMA

“É tempo de se levantar, erguer a voz, dar a cara a bater”:
religião e política nas mobilizações on-line de uma deputada evangélica.

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do título de Mestre em
Antropologia pelo Programa de Pós
Graduação em Antropologia da
Universidade Federal de
Pernambuco.

Area de concentração: Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho

Recife
2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

L732e Lima, Maria Mariana Rodrigues de.
“É tempo de se levantar, erguer a voz, dar a cara a bater” : religião e política nas mobilizações on-line de uma deputada evangélica / Maria Mariana Rodrigues de Lima. – 2023.
128 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Internet. 3. Pentecostalismo. 4. Gênero e família. 5. Bolsonarismo. I. Lima Filho, Roberto Cordoville Efrem de (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-208)

MARIA MARIANA RODRIGUES DE LIMA

“É tempo de se levantar, erguer a voz, dar a cara a bater”:
religião e política nas mobilizações on-line de uma deputada evangélica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Area de concentração: Antropologia.

Aprovada em 25/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (PPGA/UFPE – Orientador)

Jacqueline Moraes Teixeira (UNB | PPGE/USP – Avaliadora Externa)

Francisco Sá Barreto (PPGA/UFPE – Avaliador Interno)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, todo o suporte e o acolhimento dedicados por parte dos profissionais do meu campo profissional. A participação em congressos e grupos de debate foi imprescindível para a maturação das análises que desenvolvi nesta dissertação de mestrado. Bem como agradeço a todo o corpo docente do PPGA-UFPE, o qual, sob a coordenação da Professora Fabiana Maísa, orientou e auxiliou diversos discentes nos momentos mais complicados de nossas trajetórias acadêmicas, sobretudo em meio à pandemia e aos ataques à educação e à ciência.

Agradeço de todo o coração a Roberto Efrem Filho, professor, orientador e antropólogo brilhante, quem eu muito admiro, de talentos poéticos e com um olhar fotográfico ainda desconhecidos, que aceitou me orientar diante dos desafios daquele período e daquele tema escolhido. Para além de sua competência e do seu profissionalismo na área científica, Roberto soube demonstrar sensibilidade quanto à realização de um mestrado em plena pandemia de Covid-19 e em plena crise democrática, fazendo-me olhar sempre além. Suas observações, correções, conselhos e repreensões teóricas foram, como tive oportunidade de dizer em ocasiões anteriores, o fiel da balança.

Faço um agradecimento especial direcionado ao meu pai, Jaime, e a minha irmã gêmea, Maria Clara. Meu pai, por um curto tempo durante o ano de 2020, acolheu-me e me auxiliou no processo de iniciação do mestrado. As consequências da pandemia foram atenuadas em grande parte, pois pude contar com seu suporte e seu afeto, além de poder também contar, por ser ele sociólogo e psicólogo, com seus pontos de vista e opiniões. Sempre compartilhando algumas de suas experiências profissionais. Muito obrigada, pai.

Já a minha irmã acolheu-me durante o meu processo de mudança domiciliar para outro estado. Nesse tempo, pude conhecer a mulher em que ela veio a se tornar, redescobrimo minha admiração e minha gratidão pela sua parceria, amizade e fraternidade. Na época, com ela também realizando seu mestrado – em química industrial –, Maria Clara e eu dividíamos angústias, inquietações, memórias e planos, estando ela sempre me incentivando, sempre me ajudando nos mais diversos aspectos: acadêmicos, profissionais, domésticos etc.

Dedico, também, parte desse agradecimento especial à minha mãe, professora e mãe de três, mulher forte e grande exemplo em minha vida, que esteve ao meu lado em todos os momentos, difíceis e alegres, destes últimos dois anos.

Agradeço também àqueles que estiveram próximos e que me acompanharam mesmo

à distância, sempre fazendo com que eu me sentisse amada e compreendida: minha irmã mais nova, Beatriz; minhas avós, materna e paterna; e minhas tias: Sandra e Ilka, que sempre me buscavam com palavras carinhosas de incentivo.

Agradeço a todos os colegas que pude acompanhar durante esta caminhada no PPGA-UFPE, sempre ativos, colaborativos e parceiros, mesmo estando, durante a maior parte do tempo que passamos no Programa, separados fisicamente, nós nos comunicávamos por meio de grupos de WhatsApp, sempre com muito bom humor e empatia. Também deixo minha gratidão e carinho registrados a Andressa, futura historiadora, que me concedeu *insights* importantes no período de finalização desta pesquisa, fazendo-me lembrar da importância de imersões despretençiosas em indagações lispectorianas atemporais.

Agradeço, mais uma vez, a todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia que contribuíram de forma direta e indireta na materialização desta dissertação. E, por último, mas não menos importante, agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro recebido para a realização desta pesquisa, que proporcionou parte importante do aporte material e tecnológico necessários à sua estruturação e à sua execução.

“A mais premente necessidade de um ser humano era tornar-se um ser humano”¹ (Lispector, 1998, p. 20).

¹ Lispector, Clarice. Uma aprendizagem ou O livro dos Prazeres. Rocco, Rio de Janeiro, 1998.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa etnograficamente as mobilizações on-line de uma parlamentar pernambucana autoidentificada evangélica, procurando contribuir com as discussões sobre as articulações entre mídias, religião e política. A pesquisa etnográfica que subsidia esta dissertação contou com o acompanhamento diuturno, entre maio de 2020 e setembro de 2022, das mobilizações on-line da deputada, sobretudo na rede social Instagram, registradas em diário de campo conforme um roteiro de observação. Este *corpus* de pesquisa foi analisado em estreito diálogo com os campos de estudos da religião e de gênero e sexualidade; e com o apoio de referenciais caros à etnografia on-line. Esta dissertação aborda inicialmente a emergência da deputada como sujeito em meio às controvérsias relativas a gênero e sexualidade presentes nas suas mobilizações on-line, analisando suas relações com noções como “proteção à vida”, “família” e “infância”, por exemplo. Em seguida, a dissertação perscruta, mais detidamente, as intensas mobilizações da deputada a respeito do protesto religioso, ocorrido em 16 de agosto de 2020, contra a realização, numa maternidade no Recife, do procedimento de aborto legal em uma menina de dez anos violentada sexualmente pelo tio no Espírito Santo, onde reside. Por fim, a dissertação divisa diferentes articulações entre as ações políticas organizadas pela deputada, o bolsonarismo e o projeto político de extrema direita no Brasil. Demonstrou-se, ao longo da análise desenvolvida, a construção do “público” por meio da categoria “família”, o que incide sobre a dicotomização heurística entre o público e o privado. Ademais, constatou-se que tal categoria relaciona-se intensamente com a religião, de modo que religião e religiosidade também emergem como constitutivas do público. A internet, portanto, utilizada enquanto suporte de determinadas ações políticas amparadas na legitimação do sujeito político “família”, apresenta-se como um espaço público contínuo e complementar ao *off-line*, ajudando-nos a pensar na relação entre continuidade e aliança. Nesse contexto, relações de gênero operam na constituição da família e, inclusive, do sujeito político “família”, de forma que sua compreensão leva à dessubstancialização de determinadas identidades políticas. Atrelado a convenções de gênero e sexualidade, o conservadorismo apresenta-se enquanto uma imagem, e não apenas um conteúdo. Trata-se de uma imagem que atua na formação de determinado sujeito político, corporalizando-se e se traduzindo em condição de possibilidade para o reconhecimento desse sujeito político.

Palavras-chave: internet; pentecostalismo; gênero e família; bolsonarismo.

ABSTRACT

This master's dissertation ethnographically analyzes the online mobilizations of a self-identified evangelical parliamentarian from Pernambuco, seeking to contribute to discussions on the articulations between media, religion and politics. The ethnographic research that subsidizes this dissertation relied on daily monitoring, between May 2020 and September 2022, of the congresswoman's online mobilizations, especially on the social network Instagram, recorded in a field diary according to an observation script. This research corpus was analyzed in close dialogue with the fields of religion and gender and sexuality studies; and supported by expensive references to online ethnography. This dissertation initially addresses the emergence of the deputy as a subject amid the controversies related to gender and sexuality present in her online mobilizations, analyzing her relationships with notions such as “life protection”, “family” and “childhood”, for example. Then, the dissertation scrutinizes, more closely, the intense mobilizations of the deputy regarding the religious protest, which took place on August 16, 2020, against the carrying out, in a maternity hospital in Recife, of the legal abortion procedure on a ten-year-old girl who was raped sexually by her uncle in Espírito Santo, where she lives. Finally, the dissertation outlines different articulations between the political actions organized by the deputy, Bolsonarism and the extreme right political project in Brazil. . Throughout the developed analysis, the construction of the “public” was demonstrated through the category “family”, which focuses on the heuristic dichotomization between the public and the private. Furthermore, it was found that this category is intensely related to religion, so that religion and religiosity also emerge as constituents of the public. The internet, therefore, used as a support for certain political actions supported by the legitimization of the political subject “family”, presents itself as a continuous public space and complementary to the offline one, helping us to think about the relationship between continuity and alliance. In this context, gender relations operate in the constitution of the family and even the political subject “family”, in a way that their understanding leads to the de-substantialization of certain political identities. And yet, linked to gender and sexuality conventions, conservatism presents itself as an image, and not just a content. It is an image that acts in the formation of a certain political subject, embodying itself and translating itself into a condition of possibility for the recognition of this political subject.

Keywords: internet; pentecostalism; gender and family; bolsonarismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1 - Screenshot das informações acerca da veracidade dos fatos apresentados em publicação com conteúdo adulterado. Publicação realizada no dia 23 de agosto de 2022. 91
- Imagem 2 - Exemplo acerca das publicações restringidas e das informações a respeito da veracidade das informações disponibilizadas, neste caso, referentes a uma publicação realizada na data de 17 de julho de 2022. A publicação citada também foi deletada do perfil da deputada, contudo, igualmente, o seu registro foi devidamente realizado. 91
- Imagem 3 - *screenshot* de miniaturas presentes no perfil de publicações da deputada, de modo a demonstrar como as miniaturas das fotos são substituídas por ícones tarjados, restringidos de acordo com a veracidade/ fidedignidade da informação publicada. 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABQM	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALO QUARTO DE MILHA.
ADI	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
ADO	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.
ADUD	ASSEMBLEIA DE DEUS DOS ÚLTIMOS DIAS.
ADTDG	ASSEMBLEIA DE DEUS TEMPOS DE GLÓRIA
ALEPE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO.
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
CISAM	CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS.
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
CONFRAMADEPE	CONVENÇÃO FRATERNAL DE MINISTROS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DE PERNAMBUCO.
CREMEPE	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
CPM	COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR.
ES	ESPÍRITO SANTO.
FOLHA PE	FOLHA DE PERNAMBUCO.
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
HD	HIGH DEFINITION.
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS.
LGBTQIA+	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS, PANSEXUAIS E DEMAIS ORIENTAÇÕES SEXUAIS.
MB	MEGABYTE.

MI	MANDATO DE INJUNÇÃO COLETIVO.
MP	MINISTÉRIO PÚBLICO.
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE.
MST	MOVIMENTO SEM TERRA
PAVIVI	PROGRAMA DE ACOlhIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.
PE	PERNAMBUCO.
P&B	PRETO E BRANCO.
PL	PARTIDO LIBERAL.
PLO	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA.
PM	POLÍCIA MILITAR.
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO.
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
TJES	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO.
TV	TELEVISÃO.
UPE	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objeto de pesquisa e quadro teórico	19
1.2	Abordagem teórico-metodológica	27
1.3	Roteiro de observação	33
1.4	Questões éticas	34
1.5	Mapa da dissertação	38
2	A EMERGÊNCIA DO SUJEITO POLÍTICO	40
2.1	Aspectos da performatividade pública de uma feminilidade evangélica	40
2.2	Pastor <i>Ricardo Sereno</i> , do púlpito templário à Câmara Municipal do Recife	56
3	“JOELHOS DOBRADOS, FAMÍLIA DE PÉ”: APARIÇÃO ESTRATÉGICA E VISIBILIDADE, O CASO DO PROTESTO RELIGIOSO REALIZADO EM AGOSTO DE 2020.	65
3.1	De São Mateus ao Recife: desdobramentos e mobilizações sobre o caso do aborto	65
3.2	Das narrativas estratégicas acionadas no vídeo	71
3.3	Atos político-religiosos e suas mobilizações	78
4	FAZENDO-SE BOLSONARISTA	88
4.1	De Jaboatão dos Guararapes ao cenário político nacional	88
4.2	Das <i>fake news</i> à memética bolsonarista	96
4.3	Arranjo familiar das representações políticas e imagens do passado	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

“Recife capital do aborto: um atentado à vida!”: esta é a legenda de um vídeo de dois minutos e dez segundos publicado em 16 de agosto de 2020 pela então deputada estadual pernambucana *Marta Sereno* em sua conta de Instagram. Além do título, há também uma descrição – “Um atentado à vida! Passei a tarde de hoje no CISAM tentando impedir que uma menina de dez anos, grávida, com vinte e duas semanas de gestação, vítima de estupro no Espírito Santo, interrompesse a gravidez em Pernambuco. Um absurdo! Não podemos permitir!” – seguida pelas *hashtags*: #recifecapitaldoaborto, #aborto #emdefesadafamília, #martasereno, #pernambuco, #contraoaborto.

O material postado por *Marta Sereno* possui atualmente, em abril de 2023, 206.425 visualizações e 7.088 comentários². Sendo estes em sua maioria promovidos por militantes feministas e de esquerda, mas também pelos seguidores da deputada, em razão de toda a repercussão negativa diante do protesto religioso a que *Marta* se referia na publicação. Nesta, comentários incisivos como “O inferno te espera, julgadora!”, “Espero que você queime no inferno”, “fanatismo é loucura”, “Tenho nojo de gente assim” intercalavam-se a comentários incentivadores como “Você me representa, *Marta*” e “Parabéns, Deus continue lhe iluminando sempre”, estes últimos em menor número, porém. A repercussão desse acontecimento foi tamanha que, mesmo após meses, os comentários continuaram a ser deixados na publicação por pessoas ainda indignadas com a realização do protesto religioso.

No vídeo, a deputada informa sobre uma atividade religiosa ocorrida naquela data, em 16 de agosto de 2020, em frente ao Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), contra a realização do procedimento de aborto legal em uma criança de dez anos de idade, violentada sexualmente. Além de informar sobre a atividade religiosa ocorrida em frente ao CISAM, a deputada também confronta e denuncia o movimento feminista, fazendo referência direta ao grupo de mulheres ali presente e favoráveis à interrupção da gravidez da criança.

Marta inicia o vídeo em meio a meias palavras, com um trecho editado para dar ênfase à sua presença baseada na “luta pela vida”: “... de um assassinato de um bebê... de vinte e duas semanas de gestação.” Logo após a fala da deputada, há um corte de câmera. Agora podemos ver uma roda de diálogo e ouvir vozes irritadiças em uma conversa entre dois homens do movimento religioso:

Homem 1: Recife é o centro...

² No mês de sua publicação, em agosto de 2020, o vídeo possuía 7.456 comentários, o que indica que houve moderação dos comentários.

Homem 2: É a capital do aborto?

Homem 1: Do aborto, dos Direitos Humanos...

Em seguida, ouvimos novamente a voz da deputada: “A gente não quer permitir isso, a menina tá vindo lá do Espírito Santo. Pernambuco vai compartilhando, vai avisando a todo mundo. O bebê vai ser morto aqui (apontando para a unidade de saúde), certo?”. Após seu depoimento, abre-se outro plano no vídeo, onde vemos um grupo de pessoas ajoelhadas e de mãos dadas rezando a oração “Ave Maria” em uníssono. *Marta* então começa a falar, com o som das vozes em oração como um pano de fundo: “Gente, eu estou aqui na frente do CISAM e você deve se perguntar por que estão orando, por que estão aí, de mãos dadas... Estamos aqui com um grupo de cristãos, com um grupo de católicos, é... Estamos aqui a favor da vida”.

Após sua fala, podemos ouvir homens conversando acerca da adoção da criança pela Igreja Católica: “a Igreja quer adotar a criança, a Igreja Católica...”. Assim, após outra mudança de *frame*, exsurtem diversos fiéis dispostos lado a lado, realizando uma “corrente humana”, com o intuito de bloquear a entrada no CISAM do médico e diretor do hospital Olímpio Moraes Filho. No registro, pode-se ouvir diversas vozes gritando “assassino”. Neste momento, a câmera se volta para o médico, que cruza os braços, virando o seu rosto. Prossegue *Marta*: “Eu quero parabenizar aqui os médicos do Espírito Santo que se recusaram, se recusaram a fazer esse aborto”. Então ouve-se a voz de uma outra mulher: “Tá aqui o povo de Deus ajoelhado. Clamando pela vida! Está ali (sic), as feministas, querendo brigar com a polícia pra impedir!”. E a deputada continua, novamente com a oração em grupo como som ao fundo: “O povo tá aqui contra as emissoras. E vieram cobrir aqui um assassinato de um bebê de vinte e duas semanas de gestação, tá (sic) bom? Então nós estamos aqui como um grupo pró-vida, a favor da vida”. Quando o médico finalmente consegue entrar no CISAM, com o movimento controlado pelos policiais, *Marta* dispara:

Isso se chama feminismo. Ensine suas filhas (aqui percebemos a mudança no tom de sua voz). Ei, mulher! Ensine sua filha aí a odiar o feminismo, viu? Odiar essa ideologia louca, que mata criança no ventre de sua mãe. Pra sua filha não se tornar um negócio desse aqui ó (apontando para o grupo de mulheres à sua direita). Vir pra frente de um hospital gritar a favor do aborto! E sim, [ensinar] a sua filha a ser uma cidadã de bem, honesta, temente a Deus. Uma mulher sensível, certo? Pra ela não vir pra frente de um hospital gritar a favor do aborto, feito essas feministas estão aí.” (*Marta Sereno*, Recife capital do aborto: um atentado à vida!, Instagram, 16 de agosto de 2020).

Durante a reprodução do vídeo, deparamo-nos com a disposição de imagens em trechos fragmentados em que a realidade é composta por elementos virtuais, ordenados de forma a criar uma narrativa tanto sobre o fato quanto de diferenciação dos atores sociais presentes naquela

cena: logo de cara, observamos a atribuição do efeito *p&b* (preto e branco), de forma a demarcar visualmente o cristão e o mundano, o ‘religioso’ e o ‘pecador’.

Como se vê, os atores do protesto religioso alegavam o objetivo de impedir a realização do aborto. Lá, eles oraram, rezaram o terço, promoveram cânticos. Tentaram inclusive, como descrito anteriormente, bloquear a entrada do diretor do hospital na unidade de saúde, que foi ferreamente hostilizado (sendo “linchado moralmente” como “assassino”). Houve tumulto e também a tentativa de invasão do local. Até mesmo a Polícia Militar foi acionada, promovendo o isolamento do CISAM. Em contrapartida, houve também uma manifestação de apoio, defendendo o direito da criança e a realização do procedimento, protagonizada por mulheres ligadas a movimentos feministas. Diante de todo o tumulto e da aglomeração provocados em plena pandemia da Covid-19, executou-se o procedimento e a gravidez foi interrompida com sucesso na segunda-feira, dia 17 de agosto de 2020. Na terça-feira seguinte, a criança recebeu alta médica, o que só aconteceu, segundo informado pela imprensa, após a adoção de medidas com vistas a garantir a segurança da criança³.

Entre os presentes no protesto, destacou-se a participação de atores político-religiosos da cena política pernambucana, como os vereadores Renato Antunes (Partido Social Cristão - PSC) e Michelle Collins (Partido Progressista - PP), os deputados estaduais Joel da Harpa (PP) e Cleiton Collins (PP) e as deputadas estaduais Teresinha Nunes (PSDB) e *Marta Sereno* (PSC). Todos estes parlamentares possuem uma agenda política declaradamente comprometida com denominações religiosas pentecostais, assim como, com a representação e a defesa da família e dos direitos das crianças e adolescentes em suas funções políticas.

A exemplo, a deputada *Marta*, que possui ligação com a Igreja Assembleia de Deus - *Tempos de Glória*, eleita deputada estadual no ano de 2018 com mais de cinquenta mil votos, sendo assim a terceira mulher mais votada de Pernambuco, consiste numa das personagens mais emblemáticas do contexto de atuação da frente evangélica na política e na arena pública pernambucanas. É notável, contudo, que suas mobilizações políticas incluam decisivamente o contexto on-line: no início desta pesquisa de mestrado, em julho de 2020, seu microblog no Instagram contava com 90 mil seguidores; atualmente, no mês de abril de 2023, a deputada encontra-se com um total aproximado de 971 mil seguidores⁴.

³ “Menina de 10 anos que engravidou após estupro deixa hospital em Pernambuco”. G1 (Globo) Pernambuco. 19 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/16/menina-que-engravidou-apos-ser-estuprada-deixa-o-es-para-interromper-gravidez-em-outro-estado.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2021.

⁴ O papel da internet nesse cenário, de modo geral, bem como das redes sociais digitais enquanto plataforma e ferramenta de mediações, mobilizações, disputas e de estabelecimento de fronteiras entre as atuações de atores

A abordagem midiática procedida pela deputada *Marta Sereno* acerca do protesto religioso de 16 de agosto de 2020 revela uma dinamização no uso de novas tecnologias da informação, uma multiplicidade de tensões e disputas entre atuações seculares e religiosas, como debates em relação a controvérsias públicas relativas a políticas de gênero e sexualidade, à reprodução sexual, à infância, ao direito à vida e ao corpo das mulheres. O evento em questão revela ainda, em seu pano de fundo, relevantes dimensões dos atuais conflitos decorrentes de certa presença religiosa na arena pública brasileira. A seu tempo, também revela algumas facetas do que Ronaldo de Almeida (2019) e Joanildo Burity (2020) têm chamado de "crise democrática" ou "crise brasileira", o que enfatiza a importância da reflexão acerca dessas mobilizações políticas e religiosas e de sua agenda orientada através de convenções e valores religiosos acerca da família e da sexualidade.

O caso do protesto religioso contra a realização do procedimento de aborto na criança vinda do Espírito Santo consistiu no ponto de partida para esta pesquisa de mestrado. Foi a partir deste caso, perseguindo as mobilizações on-line e repercussões em torno desse acontecimento, que atentei para a enfática presença de *Marta Sereno* na política pernambucana e para a relevância conferida por ela às mídias sociais digitais. Foi também a partir daí que tracei o objetivo geral desta pesquisa: analisar as mobilizações on-line de uma parlamentar autoidentificada evangélica, procurando contribuir com as discussões sobre as articulações entre mídias, religião e política. De forma específica, esta pesquisa de mestrado buscou compreender as controvérsias empreendidas em torno do gênero e da sexualidade presentes nas mobilizações on-line da deputada em questão, identificando e analisando suas relações com as noções de "proteção à vida", "família" e "infância", por exemplo. A pesquisa pretendeu, também, realizar uma análise do protesto religioso enquanto exemplo fatídico e oportuno para compreendermos os efeitos, estratégias e os elementos que compõem a produção de "cenas de visibilidade" constantemente realizadas pela deputada com intermédio de sua rede social Instagram. Por fim, a pesquisa objetivou divisar diferentes articulações entre as ações políticas organizadas pela deputada, o bolsonarismo e o projeto político de extrema direita no Brasil.

Antes de precisar esses objetivos, a princípio decidi acompanhar as contas de Instagram, Twitter e Facebook de alguns dos atores envolvidos no protesto diante do CISAM naquele domingo, dia 16 de agosto de 2020: 1) a missionária Michele Collins (Partido Progressista), da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, vereadora reeleita nas eleições municipais de 15 de

religiosos e seculares, é indispensável. Podemos observar, como veremos adiante, uma economia moral e de sensibilidades entre os atores envolvidos nesses embates.

novembro de 2020 e a mais votada em 2016; 2) o seu esposo Pastor Cleiton Collins, de mesma filiação partidária e religiosa (“Deputado estadual mais votado da história de Pernambuco”, descrição presente na sua biografia de perfil no Instagram); 03) a então deputada estadual *Marta Sereno* (Partido Social Cristão), da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – *Tempos de Glória*, a terceira mulher mais votada de Pernambuco nas eleições de 2018; e 04) o recém-eleito vereador pastor *Ricardo Sereno* (Podemos), esposo de *Marta Sereno* e vice-presidente dos pastores da mesma denominação. Assim como o pastor Cleiton Collins, *Ricardo Sereno* atua junto a sua esposa nos aspectos da exposição e representação pública na Internet.

Contudo, após alguns meses de acompanhamento on-line, algumas características referentes a esses parlamentares, assim como alguns contrapontos da pesquisa *on-line*, tornavam-se mais evidentes e me fizeram desistir de acompanhar os quatro parlamentares e decidir priorizar *Marta Sereno*. Conforme tais acompanhamentos eram realizados de modo alternado entre os parlamentares, em suas contas de Twitter, Facebook e Instagram, notei o alcance, a popularidade, a participação e o estilo incisivo das estratégias de que *Marta* lança mão nos debates públicos acerca de temas como os do aborto, da defesa da família, da “luta pela vida” e também do que Butler (2019) denominou de ideologia de anti-gênero⁵. Considerando a interação diária nas redes sociais, principalmente do Instagram, e a dinâmica do uso desta plataforma, observo que a internet passou a ser elencada como espaço de reivindicações, de conformação e reificação de novos e antigos sentidos na relação entre política e religião, com destaque para os conteúdos produzidos especificamente para o consumo virtual, em que são acionadas categorias como as de família, laicidade e gênero.

Desde a linguagem neutra de gênero à participação de mulheres transgênero nos esportes em categorias femininas: a deputada *Marta Sereno* apresenta domínio sobre temas e questões atuais relacionadas às pautas de uma “esquerda feminista militante”, estabelecendo suas críticas a partir desses referenciais, tomando como base moral a religião e, a partir desta, as construções a respeito da categoria “família” e de seus significados. Suas mobilizações on-line e interações discursivas dão contorno, portanto, às disputas em torno das políticas sexuais, dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos relativos à diversidade sexual e de gênero no debate público em Pernambuco e no Brasil. Por exemplo, nota-se nessas mobilizações o relevante papel atribuído ao casamento e à família, reiteradamente ratificado nas fotografias em que *Marta* exsurge acompanhada pelo marido e pelas filhas. Nas imagens, representatividades,

⁵ O termo corresponde às oposições declaradas ao feminismo e aos direitos de LGBTQI+, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Butler, 2019, p. 225).

sensibilidades e afetos presumivelmente associados à relação conjugal operam na defesa do que seriam os *valores cristãos* e a *família tradicional*. Tendo isso em vista, passei então também a considerar o quadro de mediações implicado na presença do então vereador Pastor *Ricardo Sereno*, esposo de *Marta Sereno*, em suas mobilizações on-line.

Após algum tempo navegando entre redes sociais digitais distintas (Twitter, Facebook e Instagram), percebi que, ainda que “interligadas” através de um sistema de compartilhamentos, acompanhar as três redes sociais digitais seria algo pouquíssimo pertinente a se fazer, sobretudo por conta da quantidade de publicações diárias (fotos e vídeos), *stories* (fotos ou vídeos que permanecem disponíveis durante vinte e quatro horas) e também comentários que viriam a ser documentados e analisados. Dessa forma, além de restringir os atores que viriam a ser observados, também diminuí o número de redes sociais a serem acompanhadas e optei pela rede social digital Instagram.

Tal escolha decorre do fato de que as interações realizadas on-line entre os parlamentares e os seus seguidores promovem trocas e intercâmbios dentro de um regime contingente de pontos de vista. Desse modo, notei que no Instagram, não menos do que no Facebook, o discurso dos participantes dessa dinâmica comunicacional é mais extenso e característico, fazendo com que certos posicionamentos e aspectos mostrem-se de modo mais exposto. Porém, a dinâmica do Instagram me interessa de forma específica. É que para além do “No que você está pensando agora?”⁶ proposto pelo Facebook, no Instagram, por ser uma rede social digital voltada essencialmente ao compartilhamento de fotos e vídeos, o conteúdo textual apresenta-se como um anexo do que, de modo mais apropriado, poderia ser traduzido na pergunta: “O que você está fazendo agora?”. É fato que o Facebook é utilizado de diversas formas análogas ao Instagram (compartilhamento de fotos, vídeos etc.), porém, pensando no Instagram como uma rede social em crescimento, conhecida pelas ações de *marketing* digital promovidas em sua plataforma, e tendo em vista sua dinâmica comunicacional, penso na maior rentabilidade analítica de seus usos e articulações.

O potencial, o alcance e a emergência das plataformas digitais são inquestionáveis⁷, seus usos e recursos, variados. Quando utilizadas para pensar e agir sobre o campo político, podemos

⁶ Pergunta presente na página inicial do perfil de cada usuário no Facebook, tal pergunta encontra-se no espaço destinado a criação e postagens de publicações.

⁷ A respeito dos aspectos que compõem a crise democrática brasileira, Burity (2020) e Almeida (2019) falam da importância dos meios de comunicação digitais para o seu estabelecimento e desenvolvimento. Almeida, principalmente, pois delimita o plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais como igualmente relevantes. O autor ressalta que as manifestações de rua até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, contaram, paralela e virtualmente, com as redes sociais: “(...) foi fundamental na convocação às ruas durante os protestos, além de favorecer a formação de correntes de opinião alternativas... da grande imprensa” (Almeida, 2019, p.189),

imaginar diversas situações e movimentos, de intensidades e correlações múltiplas. Identificar porosidades, inflexões e controvérsias das relações entre a representação político-religiosa e a utilização de plataformas digitais de comunicação e informação demonstra-se um esforço analítico mais que coerente, extremamente necessário.

1.1 Objeto de pesquisa e quadro teórico

Num contexto de tensões marcadas pela presença religiosa na política brasileira, a internet e as redes sociais digitais integram as estratégias de que parlamentares autoidentificados evangélicos vêm lançando mão na consolidação de suas agendas, representações e visibilidades. Nessas estratégias, temas como o do aborto revelam uma dinamização no uso de novas tecnologias da informação e uma multiplicidade de tensões e disputas entre atuações religiosas e controvérsias públicas relativas a gênero e sexualidade, reprodução, infância e corpo das mulheres.

No pano de fundo deste contexto, expõem-se relevantes dimensões dos atuais conflitos decorrentes de certa presença religiosa na arena pública brasileira e das disputas em torno do laicato para a conformação de uma agenda política comprometida com convenções morais de cunho religioso. Mobilizações on-line realizadas por segmentos religiosos pentecostais promovem contornos às disputas em torno das políticas sexuais, dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos relativos à diversidade sexual e de gênero no debate público brasileiro, em razão das representatividades, sensibilidades e afetos atribuídos à defesa de valores morais. A seu tempo, o evento em questão revela algumas facetas do que Ronaldo de Almeida (2019) e Joanildo Burity (2020) têm chamado de "crise democrática" ou "crise brasileira", como dito anteriormente.

Como nos diz Junqueira (2018), o ativismo religioso evangélico, sob suas diversas formas e inserções, tem ganhado destaque e visibilidade no debate público sobre os direitos sexuais e reprodutivos, por meio do combate ao movimento feminista, a ativistas LGBTIQIA+, teóricos de gênero, a políticos e indivíduos de esquerda, a organismos internacionais e suas alianças que, suposta e conspirativamente, estariam incutindo a "ideologia de gênero" de modo forçoso à sociedade e, em especial, às crianças. Essa preocupação representa uma das bandeiras de setores relevantes do movimento político evangélico e demarca perseguições e ataques a

pontuando também a campanha eleitoral de 2018, em que a plataforma digital teve papel decisivo na aprovação ou reprovação da representação política.

docentes, em nome da “primazia da família na educação moral dos filhos” (Junqueira, 2018, p.454), sendo atravessadas por pânicos morais e fantasias públicas, nos quais as crianças estão sob forte ameaça ideológica, vulneráveis a uma doutrinação sexual e moral.

É preciso ressaltar que tais mobilizações conservadoras, assim como a ampliação do debate sobre os direitos humanos, articulam-se a um quadro internacional (Almeida, 2019; Burity, 2020a, 2020b), principalmente no que se refere à emergência política evangélico-pentecostal. Burity (2020a), ao analisar a identidade política evangélica que compõe a “nova direita cristã” brasileira, observa uma crescente reprodução do modelo “Tea Party” estadunidense iniciado em 2009 no Partido Republicano dos Estados Unidos. Como no caso norte-americano, existe uma articulação de pautas morais e anti-minoritárias. Desse modo, a emergência pentecostal apresenta como foco o enfrentamento à agenda fundada a partir do ideário dos direitos humanos (Leite, 2019; Machado, 2017) e de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, demarcando confrontos que se orientam contrariamente à justiça sexual e reprodutiva, especialmente ao direito ao aborto, aos direitos de LGBTQIA+ e a políticas educacionais voltadas ao tema da diversidade sexual e de gênero.

Destarte, setores relevantes do movimento pentecostal brasileiro e seus protagonistas agem de modo a impor uma representação totalizante que se perfaz através de impositivos moralistas e religiosos, possuindo como preceito uma lógica majoritária cristã articulada à agenda econômica e política de conservadores, deflagrando um movimento articulado a uma direita religiosa e secular (Burity, 2020a, p.5). Joanildo Burity (2020a) nos diz que a principal novidade no campo da política no Brasil, considerando o cenário brasileiro desde a década de 1980, corresponde à emergência evangélica, particularmente a de “conteúdo e forma pentecostal”, geradora de forte impacto social e político (2020a, p.3). O autor assinala que as mudanças nas dinâmicas sociais e políticas brasileiras nos últimos anos têm projetado atores da *minoritização* evangélico-pentecostal no cenário político do Brasil.

Através de uma análise conjuntural, Joanildo Burity (2020a, pp. 4-5) percebe três momentos distintos da trajetória política dos evangélicos em relação à política nacional: 1) processo de minoritização (1986-2001), que corresponderia a “emergência e afirmação de uma voz própria em busca de reconhecimento e representação... Conformando uma nova subjetividade política, disputando a agenda pública, afirmando direitos e incidindo nas políticas públicas”; 2) coalizão nacional de centro-esquerda (2002-2015), “nesse período começa uma presença discreta nas posições do governo (assessorias de alto nível, funções de direção executiva de ministérios ou secretarias, mandatos de prefeitos e governadores, etc.)”; e 3) “Tea-partidização” (inicia-se no ano de 2014). Quanto a este terceiro momento, Burity observa:

(...) uma inflexão crescente no perfil desta emergência pentecostal, que foi abandonando a posição acomodatória e pragmática de suas ações nos dois períodos anteriores e assumiu, cada vez mais, um perfil de enfrentamento à agenda de ampliação dos direitos das mulheres, minorias e as políticas públicas por elas exigidas. O foco predominante dessa oposição estava no crescente confronto com as diretrizes de justiça de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, proteção das comunidades LGBTQIA+, promoção da igualdade étnico racial (...) (Burity, 2020a, p. 5).

É a partir do terceiro período que o autor nota as semelhanças com o movimento americano “Tea Party”, iniciado em 2009 no Partido Republicano dos Estados Unidos com a chamada “nova direita cristã”. Burity observa que, como no caso estadunidense, existe uma articulação de pautas morais e anti-minoritárias, com vieses econômicos demarcados pelo neoliberalismo, em que as demandas e visões da direita cristã se afirmam de modo secundário à agenda econômica e política dos neoconservadores. Burity no entanto conclui que a “tea-partidização” da política pentecostal brasileira é contingente, ou seja, relaciona-se à eficácia de outros vários modelos de presença pública das religiões.

Nesse sentido, Ronaldo de Almeida (2019) enfatiza a crise democrática brasileira e a articulação entre evangélicos e conservadorismo em meio ao processo social e político mais amplo denominado como “onda conservadora” no debate público, nacional e internacional. Segundo Almeida, o segmento religioso compõe em grande medida tal processo, o qual “articula, em níveis diferentes, pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante.” (Almeida, 2019, pp. 185-186).

Para Almeida (2019), são três os planos nos quais a crise democrática brasileira se desenvolve, os quais o autor denomina de “tabuleiros”. O primeiro diz respeito ao plano da arena da interação política, composto pelos sistemas jurídico e político. O segundo tabuleiro se refere ao plano da mobilização nas ruas e redes sociais digitais. E o terceiro corresponde ao plano das relações interpessoais cotidianas, “o nível da família, dos laços vicinais, religiosos e de trabalho” (Almeida, 2019, p. 189).

Sobre o segundo tabuleiro, Ronaldo de Almeida pontua que as manifestações de rua até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, contaram, paralela e virtualmente, com as redes sociais como uma plataforma de “expressão e discussão política por meio de opiniões e compartilhamentos”, a militância virtual foi fundamental na organização dos protestos, além de fomentar a formação de correntes de opinião alternativas da grande imprensa. O autor ressalta,

ainda, que a plataforma digital teve papel decisivo na aprovação ou na reprovação da representação política durante a campanha eleitoral de 2018.

Em “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”, Maria das Dores Campos Machado (2012) já registrava tendências como “o uso das mais novas tecnologias digitais pelos atores religiosos individuais que disputavam tanto o poder executivo quanto as cadeiras para o legislativo e pelos movimentos confessionais de caráter tradicionalista para inclusão dos temas do aborto e da homossexualidade no debate eleitoral” (Machado, 2012, p. 25).

Machado observa que no pleito de 2010 ocorreu uma reconfiguração da “política dos segmentos religiosos e, mais especificamente, a polarização reativa à agenda dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Nesse processo de reconfiguração, observa-se a mobilização do laicato organizado em movimentos... com o intuito de pressionar os legisladores e conservar as construções legais no campo da moral familiar e sexual” (Machado, 2012, p. 49). De modo semelhante, Campos, Gusmão e Mauricio Junior (2015, p. 180), na análise dos embates e práticas discursivas entre o Pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, e o então deputado federal Jean Wyllys, demonstram “um embate entre concepções de laicidade que se dá através de retóricas e práticas” que tendem a reforçar a legitimação ou a deslegitimação da presença religiosa na esfera pública.

Lia Zanotta Machado (2017), nesse sentido, mostra como as movimentações neoconservadoras no Brasil, a partir do ano de 2003, adotaram a estratégia referente à “combinação” do púlpito e da cadeira legislativa, de modo a conformar a autoridade política e a religiosa/pastoral em um só poder, através do enfoque de valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à reprodução das mulheres (Machado, 2017, p. 20). Dessa forma, a autora identifica a articulação estratégica entre três diferentes narrativas, produzidas por movimentos autodenominados “pró-vida” e “pró-família”, consolidados duplamente por suas posições religiosa e política (Machado, 2017, p.22). A primeira, refere-se à narrativa religiosa que tem como objetivo a construção do argumento de legitimidade baseado na superioridade numérica e na predominância da maioria cristã na sociedade brasileira. A segunda situa-se enquanto narrativa jurídica, de base religiosa, do direito absoluto da vida do conceito em relação aos direitos da mulher. E, enfim, a terceira corresponde à narrativa científica (genética) “tal como apropriada pela narrativa religiosa” acerca do DNA e da sua suposta correspondência à singularidade da alma (Machado, 2017, p. 22).

Lembro sobretudo das contribuições teóricas e analíticas provindas das reflexões de Jacqueline Teixeira (2018), que, em sua abordagem, dialoga fortemente com as reflexões anteriormente expostas sobre a noção de “religião pública” presente nos estudos de Paula

Montero (2012, 2016). A hipótese geral que guia o trabalho de Teixeira relaciona-se à compreensão das religiões enquanto “máquinas de produção incessante de corpos civis” por meio de “pedagogias eróticas” e da “regulação da afetividade e das relações de gênero e do sexo” (2018, p. 15). Seu trabalho busca, dessa forma, compreender as relações de interseccionalidade entre processos de subjetivação, poder pastoral e esfera política.

Jacqueline Teixeira desenvolveu uma etnografia de projetos propostos e realizados pela Igreja Universal, como, por exemplo, *Godllywood* e *The love school*, cujas temáticas encontram-se voltadas a gênero e sexualidade. Seu objetivo é analisar “o processo de produção de sujeitos por meio do desenvolvimento constante de pedagogias reguladoras de condutas e do engendramento de tecnologias narrativas de si”, por meio de sua proposta analítica de pensar as igrejas enquanto tecnologias produtoras de modelagens de sujeitos e de sentidos para as noções de direitos e vida civil (Teixeira, 2018, p. 14).

Desse modo, o conceito de “religião pública” demonstra-se indispensável, tendo em vista que, como enfatiza Teixeira (2018), ao considerarmos o problema teórico da religião como produto de interações pelos espaços de publicidade – observando, inclusive, as mudanças e transformações sociais resultantes da utilização de novas tecnologias que possuem como objetivo a produção de audiência e visibilidade, assim como a própria disposição de novos atores e espaços de fala – compreendemos que o papel fundamental dos sujeitos religiosos não corresponde tão somente à produção de legitimidade/ “reconhecimento público” das agências religiosas, e sim, de modo inexorável, à produção de novos secularismos.

Tomar a religião como constituída e constituidora do público permite que reelaborem os termos em que a função social da religião é compreendida e, conseqüentemente, permite que reconfiguremos a ideia de sua materialidade enquanto pertencente apenas ao campo religioso para que, então, seja ela compreendida como uma “instância cuja finalidade e produto é sempre fruto de um processo que envolve disputas e negociações”. A ação pública da religião, dessa forma, não pertence restrita e unicamente ao campo do religioso, mas é resultado de “reconhecimentos públicos” viabilizados a certas assembleias religiosas (Teixeira, 2018, p. 16-17). A noção de religião pública em Teixeira (2018) opera, assim, de modo a enfatizar os processos, agências e organizações religiosas enquanto estratégias de ação cuja finalidade culmina em uma busca de publicidade e audiência.

É importante também ressaltar o conceito de “cultura pública” de Emerson Giumbelli (2014), do qual se vale Teixeira na análise da produção de materialidades dos espaços públicos enquanto resultado do desenvolvimento de “técnicas de regulação do religioso” (Teixeira, 2018, p.18/20). Giumbelli (2014) observa aspectos da presença evangélica na esfera pública, de modo

a evidenciar as suas diferenças em relação a outras religiões e suas formas de presença no processo de construção da identidade nacional. O autor demarca, assim, que a ação pública dos movimentos evangélicos se baseia em uma temporalidade fruto de uma concepção específica de futuro. É essa temporalidade que, para Giumbelli, atravessa as estratégias de visibilidade da “cultura pública” evangélica. Por meio de tais pontuações, Teixeira enfatiza o papel da mídia, principalmente dos “equipamentos urbanos e de comunicação” em sua multiplicidade e extensão, cujos efeitos e dinâmicas promovem a conformação de “novos espaços de experiência”, de modo a se revelarem enquanto “equipamento” de interação e visibilidade social (Teixeira, 2018, p.19). Contudo, Teixeira propõe uma inversão quanto à abordagem de Giumbelli, no que diz respeito à forma como o autor busca repensar o secularismo:

Em vez de tomar as práticas aqui apresentadas como regulação do religioso, proponho pensar a produção do religioso e sua própria constituição enquanto uma linguagem de regulação de corpos e condutas, o que nos permite descrever a religião como uma espécie de dispositivo produtor de inúmeras materialidades, exercício que me parece fundamental (Teixeira, 2018, p. 19).

Pensando sobre o processo de produção de publicização das religiões, atendo-me às reflexões desenvolvidas por Castells (2013) sobre associativismo e tecnologias de informação em “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”. Apesar de o objeto do autor não se caracterizar por aspectos religiosos, acredito ser possível traçar alguns paralelos, considerando a natureza da comunicação on-line e as formas organizativas e comunicacionais advindas desta num contexto de disputas e de tensões. Nos últimos anos, a principal mudança no domínio da comunicação, para Castells, foi a emergência da “autocomunicação”: o uso da internet e de redes sem fio (como celulares) como plataformas de comunicação digital. De acordo com Castells, configura-se aí uma comunicação de massa:

(...) porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança e pelo mundo. (...) Além disso a comunicação de massa é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos (CASTELLS, 2013, p. 15, grifo meu).

Como já observado até aqui, atores político-religiosos, como *Marta Sereno*, têm privilegiado a utilização de redes sociais digitais como plataformas importantes para a sua organização, atuação e expressões política e religiosa. Fato que se confirma ao passo que notamos a produção de material audiovisual exclusivo/inédito divulgado em ampla escala sobre atividades diárias e semanais (de trabalho, religiosas, de lazer), para as postagens diárias em seus *microblogs*, mostrando, assim, uma continuação entre o *on-line* e o *off-line*. Demarca-se,

desse modo, a importância do “segundo tabuleiro”, conforme as reflexões de Ronaldo de Almeida (2019), para a compreensão dos aspectos que caracterizam a crise democrática e como ela se estabelece.

Ganham destaque, no perfil do Instagram da deputada *Marta Sereno*, as atividades religiosas exercidas nos templos da *Igreja Tempos de Glória*, com a publicização de eventos (Encontro de Casais, Culto da Família, Congresso de Mulheres nos cenáculos da *Tempos de Glória* etc.), as atividades e atuações parlamentares e radiofônicas, seu cotidiano familiar (inclusive com momentos de lazer em família), temas acerca do governo Bolsonaro, da pandemia do COVID-19 e da vacinação. Também se destacam a repercussão de sua atuação política na mídia secular (através da republicação de reportagens) e propagandas políticas (acerca de seu mandato e das eleições e dos mandatos de seu marido, o pastor *Ricardo Sereno*). São também publicadas, como comentado anteriormente, denúncias sobre projetos de lei¹, a atuação de atores políticos e militantes dos movimentos feministas e LGBTQIA+, informações de debates sobre aborto, pedofilia, violência urbana, uso/liberação das drogas e gênero.

Os usos da plataforma Instagram, pela deputada, revelam uma dinamização no uso de novas tecnologias da informação, uma multiplicidade de tensões e disputas, como debates em relação a controvérsias públicas relativas a políticas de gênero e sexualidade, à reprodução sexual, à infância, ao direito à vida e ao corpo das mulheres. Tais considerações, portanto, trazem à tona o que Teixeira definiu como “tecnologias de produção de sujeitos políticos”, demarcando, assim, a importância em compreender a “produção de mecanismos de sujeição e de subjetivação”.

Em “Os evangélicos como nossos outros”, Roberto Efrem Filho (2019) argumenta acerca da produção de sentidos de oposição no interior de conflitos demarcados pelas fronteiras entre “nós” e “os evangélicos”. O autor argumenta que tal diferenciação produz sentidos em meio aos atuais conflitos em relação às “fronteiras da experiência democrática” ou às “tensões acerca de até onde a democracia pode ir”. Ressalta também que tais conflitos revelam-se, sobremaneira, nas disputas sobre os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Assim, gênero e sexualidade operam não somente controvérsias, como participam da própria construção dos conflitos acerca das fronteiras da democracia. Tendo em vista o argumento de Efrem Filho (2019), enfatizo que aqueles contornos e reconfigurações, provocados pelos processos deliberados através do uso da Internet, mais especificamente do Instagram, dão-se através dos conflitos em torno das “fronteiras da experiência democrática”, as quais, neste caso, delineiam-se através das mobilizações do sujeito político “família” e de uma linguagem de direitos.

Acredito, conforme análise realizada, que as mobilizações on-line e as interações discursivas empregadas pela deputada *Marta Sereno* atuam na produção de subjetividades através do estabelecimento de parâmetros de regulação sexual coletiva (por meio de pânico morais), que acabam, de um modo ou de outro, incitando deliberações éticas e/ou morais. Penso, ainda, em diálogo com Birman e Machado (2012), que tais mobilizações incorrem na conformação de espaços públicos voltados à gramática religiosa, e na conformação de espaços religiosos voltados à linguagem dos direitos, orientados a conflitos políticos e preocupações públicas, a partir da atribuição e da articulação de novos sentidos e formas de se pensar e estar no espaço público, de reivindicá-lo, por via de gramatizações religiosas e do acionamento de uma linguagem de direitos (Efrem Filho, 2019).

Como dito anteriormente, eu pretendo, com o presente trabalho, contribuir para a reflexão a respeito da articulação entre o uso das tecnologias de internet (de informação e comunicação) e a presença e a participação religiosas no cenário político contemporâneo brasileiro, por meio da observação de processos de visibilização político-religiosa a partir das mobilizações on-line da deputada *Marta Sereno*. Proponho, assim, considerando as articulações entre mídia, religião e política tramadas numa linguagem de gênero e sexualidade e realizadas pela deputada *Marta Sereno* (PSC) em sua conta de Instagram, compreender as correlações entre mobilizações político-religiosas e controvérsias de gênero e sexualidade, atentando às disputas em torno de noções como *proteção da vida e família*, que se perfazem nos conflitos em torno dos direitos sexuais, reprodutivos e de diversidade sexual e de gênero. Procuo então identificar porosidades das relações entre a representação político-religiosa e a utilização de plataformas digitais de comunicação e informação, através do mapeamento e da descrição de controvérsias públicas.

Além disso, nos capítulos que seguem, procuro abordar a formação do sujeito político “família”, buscando entender como a família se configura em uma categoria constitutiva do público. É a partir, também, da categoria “família” que os aspectos religiosos e de determinadas religiosidades são confrontados no processo formativo do público. Ademais, por meio da imersão no campo etnográfico da internet, tento evidenciar analiticamente o conservadorismo enquanto constituído por éticas corporais, que, através das performatividades públicas e de gênero empreendidas no processo de legitimação do sujeito político e da categoria “família”, conformam-no enquanto uma imagem corporalizada e generificada.

Perspectivando relações de gênero, procuro ainda observar sua relação direta com a formação do sujeito político e a legitimação da *família*, bem como o modo como o gênero contribui analiticamente para uma dessubstancialização de determinadas identidades. Por fim,

esta dissertação também busca, em seus itinerários analíticos, evidenciar a existência de uma relação entre continuidade e aliança, a partir do caráter contínuo e complementar entre o on-line e o off-line, assim como da dinâmica relacional que se estabelece com a Internet através desta contiguidade.

1.2 Abordagem teórico-metodológica

A pesquisa que subsidiou este texto empreendeu método qualitativo de coleta de dados através da etnografia. Tratou-se de pesquisa realizada estritamente on-line, estabelecendo um trabalho de campo nos ambientes das redes sociais digitais. A etnografia *on-line* não é, de modo algum, uma novidade. Arturo Escobar, já na década de 1990, escreveu *Welcome to the Cyberia* (1994) e, a partir de um conjunto de questões apresentadas, anunciava um novo objeto etnográfico ao campo antropológico: a cibercultura. Contudo, o trabalho seminal considerado mais marcante foi o de Donna Haraway, “Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX” (2000), originalmente publicado no ano de 1991⁸. Tais trabalhos até hoje continuam a influenciar os estudos antropológicos da cibercultura, como é o caso daqueles desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia (GrupCiber) da Universidade Federal de Santa Catarina. O grupo realiza pesquisas “cuja chave mestra é a etnografia” (Rifiotis; Segata *et.al.*, 2016, p. 10). Assim como os autores expostos acima, pretendo utilizar o método da etnografia on-line, já amplamente utilizado e proposto por Hine (2000) em *Virtual Ethnography*. Segundo Hine (2020, p.17), “a etnografia em espaços *on-line* pode olhar em detalhes para como uma cultura distinta pode emergir em tal espaço, com seu próprio conjunto de normas e valores [...] e um sentido de sua própria identidade como formação social distinta de outras”.

Quando fala dos desafios para a etnografia e a internet, Hine (2020) deixa claro que podemos elaborar, de modos múltiplos, locais de campo que atravessam e englobam a internet, adaptando estratégias frente às diversas circunstâncias e aos diferentes interesses investigativos. A Internet compreendida enquanto um local cultural e/ou um artefato cultural reserva diferentes abordagens, aspectos e trajetórias metodológicas, conforme suas dimensões práticas e significações contextualizadas se atualizam na abordagem do objeto de estudo (Hine, 2020, p.

⁸ A autora, conforme discussão presente no texto, define Ciborgue como “[...] um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo [...]” (Haraway, 2000, p.36), o que endossa a continuidade entre o on-line e o off-line, ou seja, a tecnologia (tomada forma através de aparelhos eletrônicos, como celular, computador etc.) como uma continuidade do corpo humano.

12-13). Desse modo, como nos coloca a autora, a etnografia é uma “metodologia adaptativa” (2020, p.15) e, por isso, “cada solução metodológica é única” (Hine, 2020, p.14). Desse modo, Hine defende a abordagem multimodal da internet, considerando o entrelaçamento das dimensões on e off-line e não a sua separação, com sua “miríade de potenciais conexões e estruturas de construção de significado” (Hine, 2020, p.36).

Nesse sentido, tomo como referência a antropologia digital proposta por Débora K. Leitão e Laura Graziela Gomes (2017). As autoras buscam direcionamento nos estudos urbanos e “modos de pensar as cidades” para o estabelecimento das mídias sociais enquanto “ambientes”: “Quando falamos em ambientes, referimo-nos a como as plataformas são incorporadas num fluxo de socialidades que não está restrito aos limites técnicos do programa, site ou aplicativo” (Leitão e Gomes, 2017, p.62).

Na pesquisa aqui desenvolvida, busquei empreender uma análise das interações discursivas e imagéticas, através de postagens de fotos, vídeos e textos, por meio da plataforma do Instagram. Conforme notei páginas atrás, a opção por esta rede social parte do fato de que as interações realizadas on-line, entre os parlamentares e os seus seguidores, promovem trocas e intercâmbios dentro de um regime contingente de pontos de vista.

Nessa lógica de abordagem e inserção nas redes sociais, procurei realizar a “observação participante” *on-line* em perambulações⁹ (observação flutuante) e acompanhamentos, frente aos usos contingenciais e hibridizados do Instagram e do Facebook. O termo *perambulações*, utilizado por Leitão e Gomes, conforma o caminho percorrido através do método de apreensão de fluxos de ações e discussões, propiciando o mapeamento de controvérsias e inflexões, através da coleta de dados por meio de imagens, reportagens, vídeos, mensagens, áudios, conteúdos textuais e até mesmo *hashtags*¹⁰. Assim, a narrativa etnográfica permite ao leitor reconstruir os caminhos on-line percorridos: “[...] suas perambulações pelos discursos proferidos por vozes diversas nos circuitos midiáticos, de consumo e de ativismo, mas também

⁹ O termo “perambulações” tem relação às dinâmicas espaciais e temporais de algumas redes sociais, como nos dizem Leitão e Gomes (2017), provocando um movimento definido através de uma “[...] sensibilidade etnográfica transeunte, de idas e vindas, percorrendo caminhos em meio à multidão de imagens e mensagens, pode ser profícua quando acionada na observação de plataformas que têm como característica os trânsitos intensos e a efemeridade” (2017, p.46), movimento este também marcado pelos contatos assimétricos, definidos pela não obrigatoriedade em estabelecer uma relação on-line recíproca, estabelecendo uma relação entre um produtor de conteúdo e um consumidor do conteúdo (o que ocorre principalmente no Instagram, no caso do Facebook apenas em perfis públicos ou comerciais).

¹⁰ “Hashtags são marcadores e indexadores das publicações, adicionadas pelos próprios usuários. Trata-se de uma palavra-chave ou expressão precedida do símbolo cerquilha (#), etiquetas que se transformam, na plataforma, em conectores, links dentro da rede” (Leitão e Gomes, 2017, p.46).

por imagens, gráficos, métricas, *printscreens* de telas de busca e de postagens” (Leitão e Gomes, 2017, p.47). No caso do Instagram (pelo fato de ser uma plataforma que promove imagens e vídeos), há considerável engajamento em diferentes fluxos e *hashtags* que, além de situarem a temática da discussão em uma conversa, acabam por “configurar uma rede transnacional de práticas reunidas sobre os mesmos signos ou palavras-chave” (Teixeira, 2014, p.250). Desse modo, considerar a lógica algorítmica dessas redes sociais, assim como o “engajamento” dessas contas, também se faz preciso.

Já o termo *acompanhamentos* refere-se a redes sociais que apresentam “[...] uma convergência identitária, sendo a presença no on-line do usuário, seu perfil, referida a sua identidade fora da rede, seu nome, sua localização [...]” (Leitão e Gomes, 2017, p. 51). Tal convergência proporciona o estabelecimento de um realismo identitário, muitas vezes como regra para a inserção nessas redes sociais. As contas de Instagram e de Facebook dos parlamentares *Marta Sereno* e *Ricardo Sereno* seguem tais parâmetros identitários por seguirem as lógicas de representação e visibilidade, e só podem operar sob tais atribuições por assumirem tal convergência. Nesse sentido, adoto o “acompanhamento” para endossar a continuidade entre o *on-line* e o *off-line* e a importância dessa relação para compreender o quadro geral, além do ambiente autocontido da internet.

Outra abordagem metodológica que inspirou esta pesquisa – e que, de forma contundente, incidiu sobre a compreensão dos temas e das controvérsias abordados – é a “etnografia do particular”, método utilizado por Lila Abu-Lughod (2020 [1993]). Em “A escrita contra a cultura” (2018 [1991]), Abu-Lughod trata de modo central das questões relacionadas à dimensão política da representação do “Outro” no dilema da diferença cultural e, portanto, na “política das representações”. Nesse sentido, a autora defende que os conceitos de cultura e culturas são utilizados de modo a enquadrar generalizações, promovendo uma ideia equivocada e generalizante desses “Outros” estudados. Sua crítica é construída a partir de três problemas cruciais: posicionalidade (toda observação e todo discurso partem de algum lugar); audiência (a multiplicidade de públicos e as responsabilidades múltiplas a partir desta); e as relações de poder que permeiam e constituem as diferenciações entre o eu e o outro, inerentes ao conhecimento antropológico. Sendo assim, temos a importância da relação entre a escrita etnográfica, a identidade do pesquisador e a *política das representações* evidenciada enquanto uma de suas preocupações principais. É nesse sentido que a autora traz algumas sugestões para apaziguar e equilibrar certas relações de poder presentes nos processos de “outramento”. Uma destas faz-se notável a partir de seu empreendimento narrativo em “A escrita dos mundos de

mulheres” (2020 [1993]), trabalho o qual Abu-Lughod classifica como uma “etnografia do particular”.

A “etnografia do particular” caracteriza-se por estar voltada ao cotidiano, às experiências, memórias, temporalidades, histórias. Enquanto experimento narrativo, demarca e anuncia a importância em considerar as passagens entre as dimensões micro e macro para além da questão teórica. É preciso usá-las na composição, ou, melhor dizendo, na busca pela composição de uma escrita que informe e condense as articulações entre elas, de modo a rastrear as particularidades dos macroprocessos. As particularidades promoveriam o estancamento das generalizações e tipificações, destacando as circunstâncias, as histórias individuais e as relações entre os indivíduos, possibilitando a desestatização temporal das homogeneizações e coerências acerca das relações sociais em constante mudança. Como enfatiza Abu-Lughod, é necessário considerar o fato de que os efeitos de processos extralocais “manifestam-se apenas local e especificamente, produzidos nas ações de indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras” (Abu-Lughod, 2018, p.207).

Em um movimento semelhante, os caminhos metodológicos apresentados por Camila Pierobon (2018) e a composição da análise de Moisés Kopper (2017) – através da abordagem da dimensão micropolítica dos conflitos e experiências – demonstram a potência analítica dessa “etnografia do particular”. Kopper se volta às trajetórias pública e privada de uma senhora negra de 97 anos de idade, de modo a contribuir para a compreensão dos “contornos e ambivalências da mobilidade econômica da década de 2000” (2017, p.3), das “pós-vidas” das políticas públicas no Brasil contemporâneo. Trata-se de um movimento analítico que perpassa não só o passado de Dona Hilda, o seu presente e o seu futuro, mas as temporalidades de políticas habitacionais e seus efeitos, para além de suas dimensões pública e política. De modo semelhante, em sua tese de doutorado, Camila Pierobon (2018) acompanha o cotidiano de Eleonor, uma senhora idosa, moradora de uma ocupação no centro da cidade do Rio de Janeiro. Pierobon busca analisar e compreender, através das suas escolhas metodológicas de “compartilhar e ‘habitar com’”, dentre muitas outras coisas, as relações que Eleonor e a ocupação desenvolvem com o Estado, relações estas “atravessadas por dinâmicas políticas, espaciais, infraestruturais, religiosas, familiares e de gênero” (Pierobon, 2018, p.17).

Creio que, assim, a etnografia do particular tem diretrizes importantes a oferecer analiticamente em relação ao caráter contingente e contextual de determinada “pluralidade irreduzível de formas, identidades” da “cena da religião pública” (Burity, 2015, p.91), em que organizações evangélicas vêm experimentando e ressignificando constantemente novas formas de exercer “agências reativas” e “agências construtivas” em acirramentos, competições,

aproximações e distanciamentos¹¹. E que, como corolário, através de uma abordagem micropolítica, pode-se promover a apreensão e o entendimento de efeitos e dimensões de processos macropolíticos e extralocais¹² relacionados a política, religião e mídia.

Acredito que a etnografia do particular apresente convergências e ganhos metodológicos em relação às observações de Hine (2020) acerca dos aspectos que compõem as múltiplas dimensões da Internet. Hine identifica três aspectos particulares da “experiência contemporânea da Internet” enquanto desafiadores e significativos para o desenvolvimento de “estratégias etnográficas”, implicando no seu tipo de abordagem, a saber: seu caráter “incorporado” e contextual, a partir de instituições e dispositivos; sua experiência de uso “corporificada” e, por isso, “altamente pessoal”; e, por fim, sua dimensão e abrangência “cotidiana” (Hine, 2020, pp. 14-15). Em relação ao seu caráter incorporado, frisa-se a importância em atentar aos sentidos aos quais a Internet se “entrelaça” em seu uso, aos diferentes contextos e “molduras de criação de significado” (Hine, 2020, 16). Esse aspecto, assim, evidencia a multiplicidade da internet, o fato de as tecnologias digitais estarem entrelaçadas à experiência: considerando que “uma tecnologia pode ser interpretada como um componente de circunstâncias culturais dinâmicas”, as práticas, diferentes e contingentes, podem produzir interpretações, representações e entendimentos múltiplos de uma tecnologia e, com isso, inclusive definir a identidade dessa tecnologia (Hine, 2020, p.19).

A perspectiva corporificada da internet reforça que, diferentemente da noção de ciberespaço autocontido e de seu caráter transcendente da experiência, a Internet é “parte de nós” e as identidades virtuais estão em consonância aos nossos corpos físicos. Estar on-line é assim entendido como uma extensão a outras maneiras de agir no mundo, também corporificadas. Dessa forma, as dimensões do online e do offline estão em notável continuidade e a experiência on-line não “substitui ou repõe” a experiência corporal. Hine, desse modo, enfatiza que eventos ocorridos no ciberespaço também são capazes de evocar emoções e reações físicas em um “usuário *inescapavelmente* corporificado” (Hine, 2020, p.24, grifo meu). Nessa abordagem da internet corporificada, o “on-line” e o “offline” são compreendidos

¹¹ De Vries ressalta que a religião deve ser compreendida em termos de uma “dispersão da religião”. O termo refere-se à possibilidade de que diversas “práticas sejam construídas de tal modo a serem socialmente sancionadas como religiosas ou mesmo atribuídas como tal, ainda que escapem às expressões institucionais existentes em cada contexto”, ou seja, cada contexto e situação específica oferecem a possibilidade de que “redefinições de religião” se apresentem, ao ser ela acessada, reafirmada, utilizada em suas antigas e novas articulações.

¹² Como exemplo contundente desses pontos de contato entre os processos locais e extralocais, temos as observações realizadas por Burity (2020) a respeito da correspondência/convergência entre a política pentecostal brasileira e o movimento Tea Party do Partido Republicano nos Estados Unidos, como citado anteriormente.

enquanto “modos complexos de ser”, modos que estão correlacionados a um mesmo corpo físico (Hine, 2020, p25).

Destarte, o envolvimento corporificado com a internet, segundo a autora, produz o modo como a internet se incorpora em nossas vidas, ao passo que a Internet também pode moldar nossas experiências corporificadas através das informações e percepções on-line, produzindo efeitos e mudanças em relação ao nosso autoentendimento e à nossa representação. Portanto, é importante perceber que a própria experiência corporificada do etnógrafo se revela aqui como ponto importante para a investigação, através da autoanálise sobre o que a experiência de “estar” on-line significa, ao que esse “estar” implica (Hine, 2020, p.26-27).

Em relação ao seu caráter cotidiano, Hine (2020) enfatiza a Internet enquanto consonante à dimensão prática de nossas experiências, “como uma forma de fazer”, e às nossas concepções e visões de mundo, ao nosso estilo de vida, “o que faz sentido para nós”, destacando-nos enquanto seres sociais incorporados e corporificados e, portanto, em reciprocidade complexa a uma determinada estrutura social, às suas relações de poder, assim como a dimensões morais em seus níveis micro e macropolíticos (Hine, 2020, p.29-30).

Hine chama atenção ao “trabalho estruturante invisível que as estruturas realizam”, partindo do entendimento de que tais estruturas dispõem de “escolhas e prioridades” incorporadas. A partir de uma perspectiva infraestrutural, a autora enfatiza a importância em desenvolver estratégias para “capturar e tornar visíveis os aspectos da Internet que se tornaram comuns, indo contra a maré cultural para falar sobre questões que não são tópicos de discussão cotidiana” (Hine, 2020, p.29). Dessa forma, o “desafio etnográfico” da Internet “mundana” (apresentada como banal), cotidiana, assim como do que se considera como “Internet excepcional”, é posicionar-se ceticamente frente a ambas, ou seja, é olhar cuidadosa e cautelosamente para o “trabalho invisível” das “tecnologias de infraestrutura” e as constantes mudanças e transformações dessas tecnologias e seus efeitos. O próprio *design* da estrutura, como argumenta Hine, ganha centralidade em relação à forma pela qual desenvolvemos interações através de seus efeitos facilitadores ou obstaculizantes e, desse modo, do seu potencial em criar espaço para papéis e responsabilidades sociais, assim como em definir possíveis ações. Esse é o ponto de encontro entre as técnicas de programação, os famigerados *algoritmos* e práticas culturais (Hine, 2020, p.29-31).

Assim, além de possibilitar uma abordagem historicamente contextualizada e situada politicamente, atendendo e se abrindo às relações de poder, transformações e mudanças (de modo a evidenciá-las e compreendê-las), o método da etnografia do particular traz certa reflexividade acerca da escrita etnográfica. Esta deve dar-se através de um olhar atento, de uma

sensibilidade analítica e da consciência de devir ético que nos permite questionar, seja enquanto pesquisadores, seja enquanto militantes, ou ainda enquanto *mestiços* ou *halfies*¹³, os efeitos de uma linguagem de poder desatenta às especificidades e particularidades das realidades às quais nos propomos analisar. Aqui refiro-me, de modo específico, ao que Roberto Efrem Filho (2019, p.126-127) observa como sendo as “polarizações narrativas” acerca das “fronteiras constitutivas” entre “nós” e “os evangélicos”; ou às “ficções perigosas” de que trata Abu-Lughod (2020, p.47), constructos dos efeitos reais de conflitos políticos vivenciados atualmente e, por conseguinte, dos processos de diferenciação através dos quais as categorias “nós” e “os evangélicos” ganham sentido.

Desse modo, enquanto mulher lésbica, feminista e militante dos direitos LGBTQIA+, na posição de pesquisadora, acredito que a reflexão proposta pela etnografia do particular (em diálogo com os aspectos que conformam a experiência da internet expostos por Hine (2020)), promove uma reflexão acerca de minhas próprias concepções acerca do papel e dos sentidos os quais atribuí, até então, à internet e às suas formas, e, principalmente, da tensa relação entre religião, política e a constituição do *self* etnográfico, sobre os processos de “outramento” aos quais “os evangélicos” são muitas vezes submetidos, seja através da militância, do senso comum ou do meio acadêmico.

1.3 Roteiro de observação

Para a abordagem do campo, segui, entre maio de 2020 e setembro de 2022, um roteiro de observação composto pelo registro dos horários e das datas, tanto das postagens quanto da navegação; pela observação analítica sobre elementos biográficos, postagens, hashtags, conteúdo audiovisual, assim como pela observação analítica das interações realizadas (entre os autores das postagens, possíveis outros atores que estejam relacionados a esta ação, seus seguidores e entre seus seguidores); e também pela observação da relação dessas práticas e interações com acontecimentos mais gerais e externos que compunham seus contextos e efeitos.

Utilizei, de modo a otimizar o meu tempo de navegação bem como meu registros etnográficos, softwares diversos que entregaram bons resultados e boa qualidade dos arquivos produzidos, entre *printscreens* e gravações de tela das fotos e vídeos publicados. Por conta da dinâmica de interação do Instagram e da alta frequência das postagens da deputada, visitei seu

¹³ Assim como as feministas, estes antropólogos pertencem a dois grupos culturais: o do pesquisador e o do pesquisado (Abu-Lughod, 2018 [1991]).

perfil todos os dias, inclusive aos domingos. Ainda que não estivesse realizando os registros, tomava notas acerca das postagens (ou retornava às mesmas nos momentos em que emergiam no campo de sua rede social do Instagram).

Em média, em um dia de perambulação, eram produzidos de 2Mb (megabites) a 2,5Mb em *printscreens*; e de 5Mb a 7Mb em gravações de tela (formato de vídeo), tamanhas a frequência e a quantidade de conteúdos publicados e relacionados a outras publicações e sujeitos políticos, bem como a veículos midiáticos. Os registros foram organizados em pastas armazenadas em um HD externo e cada registro recebia, no título, informações acerca do evento específico publicado e de sua data de publicação.

As minhas perambulações foram realizadas sobretudo através de um computador. Como apoio, utilizei outros equipamentos, mais especificamente, um celular e um tablet. O celular e o tablet eram utilizados concomitantemente à navegação no computador, por conta das restrições do site do Instagram comparado ao aplicativo móvel da plataforma: embora seja melhor o acompanhamento dos comentários via site, o número de visualizações de vídeos publicados só pode ser conferido por meio do aplicativo móvel.

Além disso, essa abordagem me permitia, no mínimo, uma checagem síncrona de até 3 fontes diferentes. Esse detalhe é crucial para compreender a fluidez das navegações realizadas por meio do método da perambulação, principalmente ao considerarmos que estas postagens do Instagram direcionavam, muitas vezes, a diferentes mídias, como jornais, *blogs* jornalísticos, rádios, inclusive outras redes sociais, como Facebook, Youtube e o Tiktok, principalmente. A deputada utiliza o compartilhamento de redes de forma que estas estão conectadas entre si.

É importante notar, portanto, que suas publicações e conteúdos compõem uma rede de informações. De tal modo que, para compreender e analisar o contexto dos eventos e ocasiões referidas, precisa-se, inexoravelmente, navegar por uma gama diversificada de veículos de informações, perfis, notícias e redes sociais em suas plataformas diversas.

1.4 Questões éticas

Considerando que o principal foco de análise é a utilização de mídias de Internet por parte de uma parlamentar evangélica na construção de suas representatividade, visibilidade e mobilizações político-religiosas, assim como de sua agenda política, o que se torna pertinente é o acompanhamento das diversas controvérsias e de suas articulações tendo em vista comentários e reações, a criação de uma rede de discussão por meio de *hashtags*, não só dos seguidores dessa parlamentar, mas de outros atores ligados a movimentos sociais, igualmente.

Acredito que, como colocado por Leitão e Gomes (2017), é preciso considerar o que significa “participar” nesses ambientes virtuais. Nesse caso, o fato de seguir tais perfis, visualizando seus *stories* e “salvando” algumas de suas publicações, já me torna participante dessas práticas. Pelo seu caráter efêmero, faz-se necessário o registro (através de capturas de tela ou transcrições) dessas publicações, fotos e vídeos.

Pelo fato de esta pesquisadora utilizar sua conta de Instagram de forma pessoal e de ser declaradamente homossexual, apesar de não militar especificamente em nenhum movimento social, creio que qualquer possível exposição pessoal não seria proveitosa para o andamento da pesquisa. Desse modo, optei por subsumir as informações presentes na biografia a respeito da minha formação acadêmica, de modo a não influenciar de forma negativa no processo de coleta de dados, indicando certa observação daquelas práticas. A condição de pesquisadora aliada à caracterização da homossexualidade poderia, naquele contexto, levar a pesquisa a ser identificada como um ato persecutório, sendo eu mesma, alvo de denúncias ou exposições. Aqui, o fato de ser lésbica e de realizar uma pesquisa perpassada pelo campo dos estudos de gênero e sexualidade cria, assim, um fator duplamente negativo, que resulta em uma pré-tensão estabelecida.

Nesse sentido, Natália Bouças do Lago (2018), em “Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com ‘mulheres de Preso’”, relata algumas tensões e desafios etnográficos de sua pesquisa a partir de convenções de gênero e sexualidade que permeiam seu contexto de campo e que se desvelavam nas conversas entre as “mulheres de preso”, visitantes e a própria antropóloga. Tais convenções, identifica Lago, produzem efeitos nas relações entre as mulheres, seus presos e com a própria prisão.

A tensão circundante da qual a autora nos deixa a par refere-se aos limites e fronteiras que se perfazem em relação à sua presença em campo, mais especificamente ao “perigo da sapatão” (o risco de torna-se “sapatão” no período de encarceramento), suscitado nas conversas entre Flora, Fabiana e Aline, suas interlocutoras. Segundo Lago, esse “perigo” revela, como corolário, não só um posicionamento “homo/lesbofóbico”, mas o modo como aquelas mulheres produzem sentidos para a própria ideia de gênero. O fato de Natália ser lésbica e estar na posição de pesquisadora, sendo alguém “de fora”, fez com que diversos episódios de sua pesquisa em campo despertassem para si desconforto e paranoias, apresentando-se enquanto um fator com potencial disruptivo para a sua pesquisa etnográfica. As “observações, comentários e perguntas” que eram feitas a seu respeito informavam “processos de produção de diferenças” relacionados a classificações de raça, gênero e sexualidade, evidenciando que o constructo da feminilidade, seja nas pensões, seja nas filas de visitantes, constitui-se a partir de negociações

e tensões múltiplas, de modo a estabelecer certos padrões de “composição do feminino” em Tamara (Lago, 2019, p. 18).

Tal composição do feminino contrastava, desse modo, com a própria “apresentação de gênero” da autora, que por essa razão acabava sendo impelida a criar estratégias e velamentos acerca das questões sobre relacionamentos amorosos e, por conseguinte, sobre sexualidade que se apresentavam na forma de “curiosidades”. O comportamento e a estética ganham centralidade nessa abordagem curiosa das diferenças, o próprio “estilo da autora” e suas roupas “consideradas esquisitas” despertavam dúvidas sobre o seu estado civil, seus relacionamentos e, conseqüentemente, seus parceiros sexuais.

A omissão estratégica de Lago a respeito de ser homossexual e casada com uma mulher faz com que, dessa forma, pressuponha-se a heterossexualidade de suas relações amorosas, mostrando-se indispensável em relação ao seu campo: a autora se questiona, considerando que uma de suas interlocutoras e suas filhas são *evangélicas*, que efeitos “imprevisíveis” tal revelação poderia causar à sua inserção em campo, onde a ideia de gênero encontra-se sob disputa, mobilizada a partir de repertórios heteronormativos e de depreciação homossexual, ora através da jocosidade, ora através do perigo. Os discursos de Flora acerca de sua noção de gênero articulada à de sexualidade, quando diz que “os GLS não se chamam mais assim (...), eles se chamam de *gênero*” (Lago, 2019, p.21), a partir de um discurso “antigênero”, reprodutor de “fantasias públicas” (Butler, 2019, p.230) intimamente relacionadas a valores morais ditos evangélicos, demonstram aspectos relacionais da diversidade sexual que perfizeram um limite à presença da pesquisadora.

Dessa forma, Natália Lago relata a sensação de suspeita e de “um clima similar à paranoia que se instaura nas relações em torno da prisão” (Lago, 2019, p.21). O “perigo da sapatão”, o risco sobre a sexualidade que permeia as relações entre mulheres na cadeia, transporta para o campo seus efeitos, produzindo uma sensação de perigo para a pesquisadora. Ao passo que o “perigo da sapatão” era questionado, discutido, revisitado por essas mulheres, a pesquisadora se sentia ameaçada em relação ao próprio *self*: no processo de produção relacional das feminilidades, em que a própria expressão de gênero da autora também estava dinamizada, os contrastes e diferenças que perfizeram os limites de sua presença informavam negociações e tensões a respeito do seu comportamento e de sua estética, que além de causarem medos, também evidenciavam os riscos e tensões do campo em que a homossexualidade, “a sapatão”, apresentava-se como potencialmente disruptiva em relação à pesquisa etnográfica desenvolvida.

Assim, acredito que, no mesmo sentido daquele vivenciado por Lago (2019), alguns aspectos e significados vinculados a ideias de gênero e sexualidade, e acessados através de um modelo cristão de heterossexualidade contrastado ao da imagem da “sapatão”, perfazem limites em relação a minha “expressão de gênero” na abordagem do campo político-religioso evangélico. Isto tendo em vista que, considerando o fato de ser uma mulher lésbica, feminista, andrógina (“masculinizada”), cientista social e defensora dos direitos LGBTQIA+, condenso muitas das características “demonizáveis” por determinados setores do segmento evangélico. A esse respeito, é também notável o estilo incisivo e causticante muitas vezes apresentado por *Marta Sereno* em suas abordagens e conflagrações do tema da transgeneridade e da homossexualidade.

Essa ameaça parece-me ainda maior quando pensada em seus possíveis efeitos *on-line*, como o *exposed*, a prática da exposição on-line que envolve, dentre muitas outras coisas, o linchamento e a perseguição moral, estes últimos podendo, também, assumir uma forma física, para além da virtualidade. De certo modo, meu corpo tatuado, meu cabelo curto e meu arquétipo “masculino” de “sapatão” instam em mim sentidos e significado que, de modo direto e contundente, refletem as ameaças e os esvaziamentos morais supostamente promovidos por um feminismo “esquerdopata” e pela “teoria/ideologia de gênero”. Isto se agrava pelo fato de eu realizar uma pesquisa acerca de temas como família e aborto, que necessariamente dialogam e atravessam questões do campo dos estudos de gênero, colocando a mim, dessa maneira, em uma posição sugestiva de ataque e animosidade a serem combatidas, confrontadas.

Mesmo considerando a massiva quantidade de seguidores dessas contas – partindo do raciocínio de que isso, juntamente ao número de publicações diárias, pode ser um indicador de um controle menor por parte de seus donos (sendo minha participação irrisória diante do desenrolar das ações) – preciso ter atenção. Isto porque o acompanhamento que realizo é diário e, volta e meia, é preciso revisitar alguns materiais e procurar por outros, de modo que, não intencionalmente, muitas vezes, acaba-se reagindo a uma publicação antiga, o que de certo modo pode levantar algum tipo de interesse em relação a essa “reação” tardia, chamando atenção desnecessariamente. Assim, foram retiradas algumas informações do meu perfil do Instagram, tendo em vista garantir que certas informações não ganhem nenhum tipo de ênfase ou evidência que possa prejudicar esse processo. O intuito é de “neutralizar” de modo estético algumas diferenças que poderiam ser avaliadas negativamente. Nenhuma informação que tenha relação a minha identidade foi alterada, como nome, idade ou gênero, e nenhuma informação não verdadeira foi adicionada ao meu perfil de conta do Instagram.

Ponto igualmente que, considerando a questão do sigilo, ainda que se trate de uma figura pública e que, ostensivamente, publiciza sua imagem e as de seus familiares; considerando igualmente o que foi exposto e as múltiplas incertezas relacionadas a reações ou retaliações, resolvi pela substituição ficcionalizada do seu nome e dos nomes dos sujeitos políticos cujas mobilizações compuseram o quadro do objeto analisado. É assim que, nesta dissertação, determinados nomes próprios aparecem em itálico, significando que são ficcionalizados. Sigo, desse modo, a estratégia textual adotada por Efrem Filho (2023) em razão de um contexto de pesquisa implicado também em certos perigos: “Embora os casos aqui discutidos sejam facilmente encontráveis on-line, preferi a ficcionalização para evitar que as identidades dos sujeitos sejam mais uma vez expostas ou que determinados agentes alcancem este artigo a partir da busca on-line por seus nomes” (Efrem Filho, 2023, p. 3).

Penso ademais que a utilização de seus nomes verídicos dificultaria a formulação de novos sentidos por meio do itinerário analítico adotado, para com seus corpos e posicionamentos político-religiosos. Acredito que a adoção de nomes fictícios promove, em meu exercício etnográfico, uma salvaguarda quanto às questões relacionadas à autoridade etnográfica, já discutidas por meio das considerações de Lila Abu-Lughod (2020).

1.5 Mapa da dissertação

O primeiro capítulo, em conformidade à disposição dos objetivos específicos, propõe-se a abordar as mobilizações on-line da deputada *Marta Sereno* na rede social Instagram. Como ponto de partida, perquiro as suas práticas on-line, analisando o seu uso da Internet e da plataforma do Instagram. Do mesmo modo, faço uma breve apresentação de seu esposo e seu perfil político. Apresentando e descrevendo algumas das publicações feitas pelo casal, busco apreender a produção e a reprodução de controvérsias públicas estrategicamente acionadas. Aqui, dialogo com Butler (2018) de forma introdutória, principalmente acerca de suas noções de público. No primeiro capítulo, portanto, são identificados os fluxos e articulações referentes à circulação de determinadas categorias em disputa e negociação, de modo a compreender suas dinâmicas e significações e, assim, a forma como tais mobilizações on-line, incluindo a reprodução de pânico morais pela deputada *Marta Sereno*, estão relacionadas à visibilidade e à legitimação de sua agenda político-religiosa.

No segundo capítulo, referente às questões relacionadas à atuação política e midiática da deputada *Marta Sereno*, tenho como objetivo analisar o protesto religioso, já descrito nesta

introdução, como um meio para que compreendamos os efeitos e produções de suas ações políticas mobilizadas através da Internet. Delineando, assim, suas narrativas, estratégias e os significados das ações políticas promovidas pela deputada por meio do Instagram. Mais uma vez, estabeleço um diálogo com Butler (2018) acerca dos conceitos de ética da coabitação, aliança, performatividade pública, produção de espaços públicos e engajamento.

O terceiro capítulo, por sua vez, volta-se a diferentes articulações entre as ações políticas organizadas pela deputada, o bolsonarismo e o projeto político de extrema direita no Brasil. Neste momento do trabalho, considero algumas de suas mobilizações em torno de temas relacionados à pandemia de Covid-19, em alinhamento às abordagens e investidas do governo Bolsonaro acerca das questões concernentes ao controle e ao tratamento da doença.

Acredito que a combinação analítica entre esses três pontos permitirá que observemos algumas das articulações entre mídia, religião e política tramadas numa linguagem de direitos e de gênero e sexualidade. Demonstrando, assim, as articulações e particularidades de um projeto político mais abrangente. É através de tal enfoque que pretendo, como corolário desse percurso analítico, apreender aspectos da utilização da Internet nos processos de produção de publicidade e de legitimação da religião pública do pentecostalismo e de uma agenda voltada a um projeto político nacional, promovido nas postagens, compartilhamentos, exposições e denúncias desencadeados pela deputada *Marta Sereno* em sua conta do Instagram.

2 A EMERGÊNCIA DO SUJEITO POLÍTICO

2.1 Aspectos da performatividade pública de uma feminilidade evangélica

“*Sereno*”, em Pernambuco, é um sobrenome de grande influência. Tanto política quanto religiosamente. A trajetória que legitimou esse sobrenome tem início com o Pastor *Antônio Sereno*, patriarca e fundador da Igreja *Tempos de Glória*. Como um demonstrativo dessa influência, é possível destacar a candidatura de **Marta Moraes**. Nascida no Recife em 26 de dezembro de 1984, conhecida através do nome *Marta Sereno*, filha de *Antônio Sereno*, Pastor Presidente da Assembleia de Deus *Tempos de Glória*, a deputada estadual *Marta* foi inicialmente eleita no ano de 2018, pelo Partido Social Cristão, com mais de cinquenta mil votos, sendo, então, a terceira mulher mais votada de Pernambuco. O nome *Sereno* é atribuído, assim, a *Marta*, de modo a destacar e evidenciar a sua ligação com seu pai, muito respeitado e conhecido na cidade de Jaboatão dos Guararapes¹⁴.

Desse modo, ao olharmos para a trajetória política de *Marta*, não podemos deixar de lado a sua trajetória religiosa, bem como a de sua família, principalmente em relação ao seu pai. É preciso, antes de tudo, compreender a sua ligação com a igreja *Tempos de Glória*, na qual *Marta* desempenha seu poder pastoral, consistindo, assim como seu pai e seu esposo, em figura central da congregação em questão.

O pastor e presidente da Igreja Assembleia de Deus *Tempos de Glória* (ADTDG) em Pernambuco, *Antônio Sereno*, nasceu no município de Floresta, no sertão de Pernambuco, e narra uma história de vida marcada por dificuldades e pela migração para o Recife após o falecimento do seu pai. Além de pastor, é também oficial da reserva da Polícia Militar sob a patente de Coronel¹⁵, além de bacharel em teologia e administração de empresas. O desejo pela

¹⁴ Jaboatão dos Guararapes é um município situado na Região Metropolitana do Recife. Atualmente, possui uma população estimada em 711 330 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/jaboatao-dos-guararapes.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

¹⁵ Estas informações resultam de declarações realizadas pelo próprio pastor *Antônio Sereno*, durante uma homenagem recebida pelo mesmo na Câmara Municipal do Recife, no dia 14 de maio de 2015. O autor da proposta de homenagem foi o então vereador Alfredo Santana (PRB). Na ocasião, o Pastor *Antônio* recebeu as seguintes medalhas: medalha do Serviço Militar 10 anos, Medalha do Serviço Militar 20 anos, Medalha de Mérito Policial Militar, Medalha de Mérito Guararapes; além dos títulos de cidadão das cidades de Jaboatão dos Guararapes e de Paulista. *Antônio* exerceu o comando do Primeiro Batalhão da Polícia Militar de Olinda e do segundo Comando do 18º Batalhão da PM, no Cabo de Santo Agostinho, entre outros comandos. Câmara Municipal do Recife, 14 de maio 2015. Notícias. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/pastor-recebe-titulo-de-cidadao>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

carreira militar, segundo conta, iniciou-se como um sonho, desde cedo, seguindo os passos de seu pai.

Curiosamente, sua história como líder religioso se inicia dentro da própria corporação da Polícia Militar, motivada ao público desta: *Antônio Sereno* fundou a “primeira igreja do Brasil dentro de um quartel militar”¹⁶: “Criei a igreja porque defendi tese na PM sobre a importância do evangelho para os militares. Criei também a União dos Evangélicos da PM”. Assim, sua trajetória público-religiosa começou dentro do quartel com cultos de evangelização. O Pastor *Antônio Sereno* conseguiu até mesmo inserir o culto evangélico no quartel do Derby, central no Recife, mais precisamente na noite de Natal. No ano de 1995, enfim, inaugurou a Igreja Assembleia de Deus *Tempos de Glória* dentro do quartel da Polícia Militar na cidade de Jaboatão dos Guararapes.

Atualmente, do mesmo modo, a igreja sede encontra-se situada em Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Jardim Piedade, e com diversas congregações dispostas no estado de Pernambuco. Ganham destaque os cenáculos situados na Avenida Cruz Cabugá e na Avenida Caxangá, duas vias importantes da cidade do Recife, no bairro de Tejipló e nas cidades de São Lourenço da Mata, Camaragibe, Limoeiro, Carpina, Paudalho e Feira Nova. A igreja também se encontra em campos missionários na Venezuela e na Bolívia¹⁷, além de contar com dois centros profissionalizantes, localizados nas cidades de Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes. Chamados de Centro de Ensino *Tempos de Glória*, dispõem dos cursos de cabeleireiro profissional, barbeiro profissional, corte e costura e informática¹⁸.

O crescimento da Igreja dos Sereno, assim como de sua influência religiosa, é notável. No ano de 2019, a Igreja *Tempos de Glória* dispunha de 78 templos e mais de 10 mil fiéis¹⁹. Já no ano de 2022, esse número praticamente dobrou para 150 templos – com 82 localizadas apenas em Jaboatão dos Guararapes – e passou a contar com mais de 15 mil fiéis²⁰. Além disso, no ano de 2014, sob a Direção Geral do Pr. Francisco Silva, foi criada a Rádio *Tempos de Glória*. Em abril de 2020, a rádio em questão liderava a audiência na frequência FM. Pelo segundo ano consecutivo, esteve na primeira colocação geral.²¹ A rádio em questão conta com

¹⁶ Câmara Municipal do Recife, Recife, 14 de mai. 2015. Notícias. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/pastor-recebe-titulo-de-cidadao>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

¹⁷ Rádio Tempos de Glória, Recife, s/ data, História. Disponível em: <https://encr.pw/VVvNX>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://11nq.com/7SzuC>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://11nq.com/LusS0>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

²⁰ Disponível em: <https://encr.pw/Cgh6z>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

²¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_dkow6hnqX/. Acesso em: 27 de Jul. de 2021.

5 emissoras e com uma programação de segunda a domingo, 24 horas por dia²². A rádio concessionada em São Lourenço da Mata é a mais ouvida do estado de Pernambuco²³. Já tendo operado nas sintonias 101.7 FM e 91.3 FM, desde 2020 está na sintonia 88.1 FM. O conteúdo de sua programação concerne a músicas, mensagens religiosas, orações, entrevistas, notícias, bem como se dedica aos grandes eventos da igreja Assembleia de Deus *Tempos de Glória*.

O pastor *Antônio Sereno* é, desse modo, um “homem reconhecido” por seu sacerdócio, mas também pela expansão dos trabalhos sociais de sua Igreja, como a criação da Casa de Recuperação *Tempos de Glória*, a qual preside, voltada exclusivamente para homens “dependentes químicos”. Esse reconhecimento vem, inclusive, por meio do prestígio da classe política e de suas homenagens: no ano de 2015, no dia 14 de maio, por meio do requerimento de nº 1787/2015 criado pelo vereador Alfredo Santana (PRB), o pastor *Antônio Sereno* foi homenageado na Câmara Municipal do Recife. Na cerimônia, recebeu diversos títulos, como a Medalha do Serviço Militar 10 anos, a Medalha do Serviço Militar 20 anos, a Medalha de Mérito Policial Militar, a Medalha de Mérito Guararapes, além dos títulos de cidadão das cidades de Jaboatão dos Guararapes e de Paulista. Podemos citar, ainda, o recebimento do título de Cidadão Honorífico de São Lourenço da Mata, no dia 12 de maio de 2016, constituído pela lei municipal 179/2016, de autoria do vereador Irmão Manoel (PR). Na ocasião, o vereador Irmão Manoel declarou:

O Pr. *Antônio Sereno* tem mais de 15 anos de serviços de evangelização, resgate de jovens dependentes químicos, idosos, entre outras ações. Aqui em São Lourenço da Mata, o Ministério Nova de Paz tem dois cenáculos e está construindo mais um. Nós do Poder Legislativo achamos importante reconhecer o trabalho do Pr. Sereno²⁴.

No dia 28 de março de 2018, na Câmara dos Vereadores do Recife, *Antônio Sereno* recebeu também uma homenagem pela fundação da União dos Militares Evangélicos de Pernambuco, gesto que remete a seu legado híbrido enquanto coronel da Polícia Militar e pastor evangélico. Uma de suas mais recentes homenagens diz respeito ao Grande Expediente Especial, que comemorou os seus 26 anos de sacerdócio. A solenidade ocorreu no dia 08 de agosto de 2019, no auditório Senador Sérgio Guerra, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O evento em questão foi solicitado por sua filha, então deputada estadual, *Marta*

²² Disponível em: <https://encr.pw/jiZt5>. Acesso em: 08 de maio de 2022.

²³ Segundo informações presentes na publicação “Emoção toma conta na homenagem ao Pastor *Antônio Sereno*”, de 09 de agosto de 2019, de Edmar Lyra, a Rádio *Tempos de Glória* era então ouvida, aproximadamente, por 150 mil pessoas por minuto em horário de pico. Sendo, então, líder em todo o Estado pelo 15º mês consecutivo. Disponível em: <https://11nq.com/TTyxH>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

²⁴ Disponível em: <https://encr.pw/K9Wt0>. Acesso em: 30 de jul. De 2022.

Sereno. A homenagem contou com a presença de deputados, lideranças religiosas e fiéis da Assembleia de Deus *Tempos de Glória*.

É notável, portanto, que a trajetória de *Marta* é atravessada pela trajetória de seu pai. Isto se torna evidente ao passo que acompanhamos suas publicações e sua vida pública. Em algumas postagens realizadas em seu Instagram, mais especificamente em uma foto de sua infância postada no dia 12 de julho de 2019, *Marta* encontra-se em continência, fardada com o uniforme do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco. A fotografia é seguida pela legenda:

Eu, desde pequenininha... E assim estarei até o fim da minha vida, em continência: Ao General dos Generais, a minha família e ao Brasil. Continência é a saudação militar e umas das maneiras de manifestar respeito e apreço aos seus superiores, pares, subordinados e símbolos, como a bandeira nacional, por exemplo. Foi assim que aprendi.

Em outra publicação da mesma foto, realizada no dia 7 de outubro de 2021, *Marta* escreveu a seguinte legenda:

Em comemoração ao dia das crianças, recordo a criança feliz que fui no Colégio da Polícia Militar. Ali aprendia a amar a minha pátria, as forças policiais e a estar sempre do lado do bem. COM SANGUE AZUL!

A deputada é, como dito, membro da Igreja Assembleia de Deus Ministério Novas da Paz (ADMNP) e consiste numa das personagens mais emblemáticas do contexto de atuação da frente evangélica na política e na esfera pública pernambucanas. Suas mobilizações políticas incluem decisivamente o contexto on-line. Como notei na introdução desta dissertação, o seu micro blog no Instagram contava com noventa mil seguidores no final do mês de julho de 2020, quando iniciava esta pesquisa. Enquanto eu escrevia a primeira versão deste trecho, no mês de setembro de 2022, a deputada já contava com mais de 790 mil seguidores, representando então um ganho de mais de 600 mil seguidores no intervalo de quatro meses, entre junho de 2022 e setembro de 2022. Atualmente, em abril de 2023, como dito, ela ultrapassa o número de 970 mil seguidores.

Em uma rápida pesquisa pelo seu nome no site de buscas *Google*, não é difícil encontrar referências a vários acontecimentos polêmicos, sendo a deputada em questão protagonista de diversas controvérsias públicas relacionadas a temas como o da essencialidade da igreja, que deveria estar aberta aos fiéis mesmo durante os períodos mais críticos da pandemia, o da “ideologia de gênero” e o do aborto. Dentre tais acontecimentos está o exemplo citado do fatídico protesto religioso - que tinha como objetivo impedir a realização de um procedimento legal de aborto em uma menina de 10 anos violentada por seu tio -, em razão do qual *Marta* foi alvo de uma crítica pública massiva, que marcou o debate público nacional acerca dos limites da atuação político-religiosa.

A deputada *Marta Sereno* é reconhecida por sua condução parlamentar e seu ativismo em “defesa da família”, o que a leva ao enfrentamento a determinados projetos de lei, políticas públicas e ações judiciais atinentes a uma agenda voltada aos direitos de LGBTQIA+, como ocorreu quando de sua mobilização contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5668²⁵. Em sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), André Ferreira, na época presidente estadual do partido e pré-candidato ao Senado, afirmou que “A filiação de *Marta Sereno* engrossa a defesa da nossa principal bandeira, que é a defesa da família”²⁶. Vale notar que, já em seu primeiro mandato, a deputada estadual integrou as seguintes Comissões parlamentares: educação e cultura; cidadania, direitos humanos, participação popular, saúde e assistência social; e de defesa dos direitos da mulher.

Marta Sereno tem 38 anos, é casada com o Pastor *Ricardo Sereno*, atual deputado estadual de Pernambuco, há aproximadamente 17 anos. Tem duas filhas e, quando iniciei esta pesquisa, apresentava-se em seu perfil do Instagram como “serva do Deus altíssimo”, “esposa”, “mãe” e “deputada estadual”. Ou seja, como uma liderança política, religiosa e familiar. Ganham destaque, em seu perfil do Instagram, publicações como reportagens e *reposts* de outras autoridades religiosas, além de alusões a suas atividades profissionais na ALEPE. Fotos da deputada *Marta Sereno* ao lado do seu marido, o pastor *Ricardo Sereno*, e ao lado de suas duas filhas também são conteúdos publicados reiteradamente.

Não é à toa que *Marta Sereno* alcançou números impressionantes em relação ao seu número de seguidores: há um grande investimento estético em seus conteúdos de modo geral, na forma como *Marta* se apresenta, discursiva e corporalmente. Antes de tudo, é preciso dizer que a grande maioria das postagens da atual deputada federal são voltadas às controvérsias criadas em torno de temas e debates políticos, comumente com um tom de desprezo, ridicularização, desaprovação e denúncia. Contudo, *Marta Sereno* também constrói junto ao seu público uma imagem doce e gentil, por meio de suas publicações de fotos e vídeos junto à família. Esses momentos “espontâneos” registrados e publicizados são repletos de alegria, risadas, passeios ao shopping, montarias a cavalo, praias, festas de aniversário, brincadeiras

²⁵ Em um vídeo de três minutos e 3 segundos, com 27.743 visualizações e 398 comentários, postado no dia 31 de outubro de 2020, a deputada *Marta Sereno* (PSC) denuncia, enfaticamente, mais uma suposta “tentativa absurda de ataque à família brasileira”. *Marta* declara: “Querem obrigar o ensino da Ideologia de Gênero, na escola do seu filho! No próximo dia 11 de novembro, o STF deverá votar a ADI 5688, que se for aprovada, obrigará todas as escolas a ensinarem Teoria de Gênero. Precisamos nos mobilizar urgentemente. Use suas redes sociais!”. A ADI 5688, ao contrário do que afirma a deputada, não propõe a obrigatoriedade do ensino da teoria de gênero, ou ainda, a adoção da “ideologia de gênero”. O que a ação propõe é, na verdade, que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir o *bullying* homofóbico.

²⁶ Disponível em: <https://encr.pw/Y7Vas>. Acesso em: 15 de set. De 2021.

junto às filhas no *playground* de seu condomínio, tardes em família e cultos da Igreja *Tempos de Glória*, sempre bem-vestida, de cabelos soltos e maquiada.

As fotos e os vídeos publicados possuem, de modo geral, alta resolução. Algumas também passam, visivelmente, por edição gráfica. O contexto, o ambiente e seus elementos apresentam-se dispostos de forma a compor um quadro coerente e que, junto com a descrição, contam suas próprias histórias. Sua performance, plural e corpórea, segue condizente, enfatizando seu posicionamento e sua agenda político-religiosa, à sua estratégia de criar e atuar em controvérsias sociopolíticas. Nesse sentido, *Marta Sereno* e seu esposo *Ricardo Sereno* encontram-se sempre muito apresentáveis. Vale ressaltar, não raro utilizam camisetas com estampas temáticas produzidas com seus jargões político-religiosos: “Ore pelo Brasil”; “Deus&Pátria&Família&Liberdade”; “Mulher&Cristã&Bolsonarista”; “É Jair ou já era”; “Respeitem a minha fé”; “Minha família, minhas regras” etc.

Como exemplo de tais publicações, podemos citar o vídeo publicado em 29 de agosto de 2020, em que a deputada *Marta* e o Pastor *Ricardo Sereno* encontram-se no que parece ser uma praça, um espaço verde. A legenda corresponde a “Meu amor @pastorricardosereno 🧡”. No vídeo em questão, vemos o pastor segurando um violão, enquanto a deputada se aproxima afetuosamente, beijando-o carinhosamente. Os dois sorriem de forma excessiva.

Em outra publicação, dessa vez de uma foto, *Marta* aparece junto a suas duas filhas e a uma sobrinha, em um dia ensolarado na piscina. Uma das filhas e sua prima estão na piscina, enquanto a outra menina senta ao lado da mãe. *Marta* encontra-se despojada, sentada na borda da piscina, segurando uma travessa de vidro e uma colher, utilizando roupas que dificilmente a vemos utilizar: uma bermuda cinza, folgada, e uma camiseta preta estampada. Na legenda, lê-se: “Almoço comunitário na travessa. Coisa de mãe/tia raiz. Um excelente domingo pra (sic) você!” (grifo meu).

Em outro momento familiar de lazer, em um dia de montaria, *Marta*, *Ricardo* e as duas filhas posam para a foto montados em seus respectivos cavalos. A foto encontra-se legendada com o seguinte texto: “Uma família unida supera qualquer obstáculo na vida. Que Deus derrame chuva de UNIÃO sobre a sua casa”. As fotos e vídeos de momentos familiares, como festas comemorativas, passeios, almoços, aniversários etc., seguem um padrão inquebrável na *time line* da deputada, de modo a projetar uma felicidade e uma harmonia constantes, em que convenções de gênero são reafirmadas e invocadas em uma representação do que seria um modelo fidedigno de uma família “tradicional”. Há momentos de diversão, tanto ao lado das

filhas quanto de seu esposo, como passear de bicicleta ou ir ao campo de treino de tiro, um local em que treinamentos dirigidos para a utilização de armas de fogo são oferecidos.

Se em muitas de suas fotos a deputada segura uma *Bíblia King James* de cor preta, revestida com capa dura e em couro, nesta, juntamente ao seu esposo, ela apresenta um recurso de “Guerra” bem diferente da “palavra de Deus” pregada pela mesma na suposta empreitada espiritual contra o “mal”: a deputada *Marta Sereno* segura em suas mãos uma escopeta de cano longo, enquanto o Pastor *Ricardo Sereno* no segura, em punho, acima da cintura e com o dedo esticado acima do gatilho, uma pistola, apontada para baixo, enquanto se beijam na boca. Nota-se, pela postura no manuseio das armas, que tanto *Marta* quanto *Ricardo* já possuíam conhecimento prévio e treinamento acerca da utilização correta de armas de fogo em suas especificidades e normas de segurança, como, por exemplo, o modo correto de segurar uma arma. Vale notar o detalhe da camiseta usada pela deputada: a estampa em vermelho remete ao símbolo *geek* e à imagem da personagem dos quadrinhos da Marvel, a *Wonder Woman*, ou, em português, a mulher maravilha.

A publicação no clube de tiro localizado na cidade de Aldeia (PE) foi realizada no dia 21 de outubro de 2021, possuindo mais de 17.000 curtidas na época de sua publicação. Atualmente, o número de curtidas não pode ser visualizado devido a configurações promovidas pela deputada em relação a suas publicações. Dentre as muitas críticas e desaprovações, havia também incentivos e validações. Ao lado da foto, podemos ler a legenda: “Juntos enfrentaremos todas as guerras, seja no mundo espiritual ou material! ‘Ele treina as minhas mãos para a batalha e os meus braços para vergar um arco de bronze.’ Salmos 18:34 NVI.”

Aqui, ressalto também o conteúdo produzido tendo como base a própria linguagem da rede social Instagram. Essas publicações têm um teor humorístico e descontraído, em que a deputada interpreta, por meio da dublagem, áudios ou ainda recria performances de outros usuários que *viralizaram* ou se tornaram um *meme* no cenário das relações e interações virtuais. Há um vídeo em que, por exemplo, junto às filhas e mais três sobrinhas, a deputada realiza uma coreografia do TikTok²⁷ ao som da música gospel “Joquebete”, do artista Israel Santos. Na descrição desse vídeo em específico, publicado no dia 20 de fevereiro de 2022, há a seguinte legenda: “Olha o que eu aprendo com elas 🤪🤪🤪🤪🤪
Só alegria 🧡🧡🧡”.

²⁷ Rede social de compartilhamento de vídeos curtos (de 15 ou 60 segundos e 3 minutos), sendo famosa pelos recursos de edição da plataforma, bem como, sua dinâmica e internacionalidade.

Em seu aniversário de 38 anos, em 26 de dezembro de 2022, *Marta* publicou uma foto de uma festa simples, uma pequena comemoração com seus familiares: dos rostos que estão sempre em evidência em seu Instagram, identificamos seu pai, sua mãe, suas filhas e sobrinhas, além do seu esposo. Na legenda da foto, *Marta* fez a seguinte declaração: “Melhor festa da vida! Completo 38 anos com as pessoas mais especiais do mundo ao meu lado. *Compartilho com você que nos acompanha e torce por nós!* Muito obrigada por tudo! Obrigada meu Deus! (grifo meu)”.

Estas mobilizações discursivas político-religiosas, todas com ligação à “proteção da família tradicional”, são investimentos baseados em valores morais e fundamentos religiosos que acionam o modelo das relações familiares ditas “tradicionais”. Daí a importância de estampar suas relações familiares afinadas ao “modelo tradicional”, além de discutir temas ligados à “defesa das crianças e da família”.

Também ganham destaque, no perfil do Instagram da deputada *Marta Sereno*, as atividades religiosas exercidas nos templos, com a publicização de eventos (Encontro de Casais, Culto da Família, Congresso de Mulheres etc.), as atividades e atuações parlamentares e radiofônicas, seu cotidiano familiar (inclusive com momentos de lazer em família, como demonstrado), temas acerca do governo Bolsonaro, da pandemia do COVID-19 e da vacinação. Também se destaca a repercussão de sua atuação política na mídia secular (através da republicação do material) e de propagandas políticas (acerca de seu mandato e da eleição de seu marido, pastor *Ricardo Sereno*, nas eleições municipais de 2020). São também publicadas denúncias sobre projetos de lei²⁸, bem como à atuação de atores políticos e militantes dos movimentos feministas e LGBTQIA+, informações de debates sobre aborto, pedofilia, violência urbana, uso/liberação das drogas e “ideologia de gênero”.

Marta apresenta uma atuação religiosa intensa nos diversos cenáculos da igreja *Tempos de Glória* da Assembleia de Deus no Recife, nos quais realiza suas atividades pastorais, inclusive na Casa de Recuperação *Tempos de Glória*, destinada à reabilitação de “dependentes químicos”. Com a maior flexibilização das normas sanitárias da pandemia de COVID-19, mostrou-se, também, presente em diversos cultos, que possuem formatos midiáticos e estruturas

²⁸ Cito como exemplo a denúncia do Projeto de Lei 399/2015, conhecido sob a sigla de “PL da maconha”. Com 14.057 visualizações e 377 comentários, o vídeo publicado pela deputada, no dia 7 de setembro de 2020, inicia-se com cenas de três homicídios, com mães chorando desesperadamente ao lado dos corpos ensanguentados, prostrados no chão, de seus filhos. Todos no vídeo são pessoas negras. A deputada *Marta* e o Pastor *Ricardo Sereno* afirmam: “Sabemos que por trás desse projeto que tramita na Câmara dos Deputados, defendendo o plantio da maconha, existem outros interesses que extrapolam o uso medicinal”. O PL399/2015 propõe apenas a legalização da maconha para fins medicinais e impõe restrições quanto ao seu plantio: somente pessoas jurídicas, como empresas, associações e organizações não governamentais estariam capacitadas para cultivá-la.

de pequenos shows, intitulados de “Cruzadas *Tempos de Glória*”, em diversos bairros e municípios dentro e fora da região metropolitana do Recife, como nos bairros de Maranguape 2, Pina, Nova descoberta, Carpina etc.

A popularidade de *Marta* se destaca por meio de uma postura incisiva em suas redes sociais e, ao mesmo tempo, por meio de sua posição eclesiástica e sacerdotal. Seja nas plataformas Instagram, Facebook, Twitter, seja na rádio, *Marta* não só engaja determinados temas e pautas políticas e religiosas, ela é também o próprio engajamento. Como colocado por Adriano Roberto – que, assim como Edmar Lyra²⁹, cobre os acontecimentos e novidades do mundo político-religioso –, o carisma e a popularidade de *Marta* chamam atenção na cena política.

Em 07 de junho de 2018, o radialista e jornalista Adriano Roberto publicou em seu blog uma matéria intitulada “*Marta Sereno da Tempos de Glória: evangélica sim, mas também muito popular*”. No texto, Adriano destacou algumas das principais mobilizações relacionadas à popularidade inquestionável de *Marta*: aquelas que já se davam em sua atuação na rádio *Tempos de Glória* e em seu perfil no Facebook. A então candidata ao posto de deputada estadual era apresentadora do programa “Manhã de Paz”, alcançava um pico de até 100 mil ouvintes por minuto³⁰. O programa era apresentado de segunda à sexta, das oito horas até as dez horas da manhã. Em 2022, o programa Manhã de Paz já era realizado por outros apresentadores. Porém, a deputada *Marta* ainda empreende transmissões intituladas “*Manhã de Glória com Marta Sereno*” em suas contas do YouTube e do Instagram. Atualmente, a deputada apresenta na rádio *Tempos de Glória* os programas: “Momentos de sabedoria” e “Momentos de Oração”. Trata-se de programas que propõem reflexões sobre mensagens e passagens bíblicas, no formato de fábulas morais.

Naquela matéria em seu blog, Adriano Roberto citou especificamente a repercussão do vídeo intitulado “Os EXTREMOS da IDEOLOGIA DE GÊNERO”³¹, publicado no perfil do Facebook de *Marta Sereno* no dia 12 de abril de 2018. Na época, esse vídeo engendrara um engajamento de mais de 800 mil visualizações no Facebook.

No período de sua primeira candidatura, no ano de 2018, *Marta* coordenava a “Jornada em Defesa da Família”, sob a direção de seu pai: a jornada se tratava da realização de cultos e

²⁹ Edmar Lyra é um jornalista conhecido por sua atuação na área política. Em 2009 recebeu o título de Jornalista Profissional, DRT 4571 Pernambuco. É colunista no jornal Folha do Pajeú, do Sertão do Pajeú (PE). Já atuou como comentarista do Política em Pauta da rádio Guabiraba FM e colaborador das revistas Algo Mais, Fácil Nordeste e Negócios S.A. Suas reportagens dão protagonismo às mobilizações e à agenda política de *Marta Sereno* e seu esposo.

³⁰ Disponível em: <https://encr.pw/Bueio>. Acesso em: 23 de julho de 2022.

³¹ Disponível em: <https://11nk.dev/4InyU>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

mobilizações religiosas por meio de visitas em diversas cidades e bairros. Tais visitas tinham como objetivo alertar a população, alegadamente desvelando projetos de leis que, supostamente, ameaçavam crianças e adolescentes sob as premissas de uma “ideologia de gênero”. Na cidade do Recife, a jornada foi realizada em bairros periféricos como Prazeres e Linha do Tiro. Também houve visitas nas cidades de Olinda, no Alto da Bondade, em Abreu e Lima, Chã de Alegria e Jaboatão dos Guararapes. Todos os eventos realizados pela Jornada em Defesa da Família foram registrados por meio de gravações, as quais foram disponibilizadas em redes sociais da congregação *Tempos de Glória*.

Como se vê, *Marta Sereno* demonstra certa familiaridade na administração e no uso de tecnologias múltiplas de visibilidade. Isto se dá inclusive no cruzamento destas tecnologias, produzindo inúmeras combinações entre diferentes redes sociais e veículos de transmissão. Por exemplo, os radialistas da *Tempos de Glória* realizam gravações, até mesmo *lives*, durante suas transmissões. Essas mesmas *lives* podem ocorrer no YouTube, no Facebook ou no Instagram. Assim, durante as transmissões da rádio, há intensa interação entre o radialista/locutor e os seus ouvintes/internautas. As gravações são disponibilizadas nas contas da Rádio *Tempos de Glória* nas plataformas citadas anteriormente. Sabe-se que *Marta* conta com uma equipe responsável por produzir algumas de suas publicações, como fotomontagens, edições de vídeos, esquetes, chamadas etc. Todavia, é a própria deputada quem realiza as postagens e produz as legendas e descrições dos conteúdos publicados. Nas publicações de *Marta* identifica-se, tanto de modo discursivo quanto performático, o poder político, por meio de sua representação como Deputada, e o poder pastoral, enquanto uma líder evangélica, convalidam-se um ao outro por meio de suas prerrogativas e tornam-se uma coisa só: a própria legitimidade e autoridade desse sujeito político.

Desde o início da primeira campanha eleitoral de *Marta*, no ano de 2018, o Facebook e o Instagram foram plataformas integrantes de suas estratégias de visibilidade e propaganda política. As redes sociais também foram decisivas e indispensáveis na atuação de *Marta Sereno* em sua empreitada de lançamento do seu marido, o pastor *Ricardo Sereno*, à candidatura a vereador do Recife em 2020. À época iniciando sua carreira política, *Ricardo de Almeida* era então vice-presidente e pastor da Igreja Assembleia de Deus *Tempos de Glória*, coordenador da Casa de Recuperação *Tempos de Glória* e coordenador e apresentador da rádio *Tempos de Glória*.

Nesse sentido, considerando o que foi observado até aqui, pode-se dizer que a deputada *Marta Sereno*, assim como acontece com outros atores religiosos, tem privilegiado a utilização de redes sociais digitais como plataformas indispensáveis para a sua organização, atuação e

expressões política e religiosa, potencializando suas mobilizações. Para tentar compreender essa dinâmica, lembro das reflexões de Jacqueline Teixeira (2014) acerca do papel da mídia, principalmente das tecnologias da internet, na formação de performatividades de gênero no desafio Godllywood, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Em “Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: O desafio Godllywood”, Teixeira (2014) realiza a descrição e o mapeamento de práticas relacionadas à mimetização de uma performatividade de gênero, em formas de se apreender e de experienciar os corpos. Tais práticas são empreendidas via circulação de imagens na internet direcionadas especificamente ao público feminino. Para isso, a autora dispõe na análise do modelo da “Mulher V”, nome dado ao estágio mais elevado do projeto Godllywood. Observa, assim, a mobilização da noção de “vida em abundância” na reunião de um conjunto de práticas disciplinares demarcadas pela divisão binária de gênero, por meio da “produção pedagógica” dos “desafios”, tarefas guiadas, programadas semanalmente e destinadas às mulheres participantes. Tais tarefas devem ser divulgadas nas redes sociais digitais, por meio de *selfies*, mediante seu cumprimento (Teixeira, 2014, p.233).

Através da análise de redes sociais digitais, Jacqueline Teixeira (2014) pensa o papel da mídia, principalmente das tecnologias da internet, na formação de performatividades de gênero no desafio Godllywood da Igreja Universal do Reino de Deus, seja através da “linguagem de ‘gendramento’ dos gêneros”, seja por meio de “tecnologias de poder que conformam a sujeição e subjetivação dos sujeitos” (Teixeira, 2014). Para a autora, a internet incide, mutuamente, na “produção de formas de regulação coletiva”, com base na circulação das fotos, e em “disposições subjetivas”, no que tange à dinâmica de cumprimento dos desafios (Teixeira, 2014, p.252). É, também, o principal “mecanismo de divulgação e universalização” dessas práticas, considerando que o uso das redes sociais é a fonte central da expansão das atividades promovidas pelo programa Godllywod.

A dinâmica da utilização das redes sociais digitais surge em um contexto de regulação do material que é produzido e em relação ao tipo “de configuração de comunicação utilizado em cada canal”. Segundo Teixeira:

Essa lógica de exteriorização do cotidiano por meio do registro ativo do cumprimento de um dever e de interiorização da regra parece sugerir que o movimento dessa rede de práticas não se inscreve no ato de fazer o desafio, mas sim na produção e no uso de tecnologias para fazer ver o desafio. Assim a linguagem do desafio Godllywood não se estabelece apenas no tempo em que a tarefa é praticada, mas fundamentalmente nas metodologias e capacidades envolvidas para garantir a visibilidade da ação. É esse devir que

faz com que o conceito de performance, e nesse sentido específico, de performance de gêneros, pareça importante (Teixeira, 2014, pp. 250-251).

Trata-se de um modo não só de se fazer presente publicamente, mas de tornar visível tal presença. Nesse caso, o ocorrido no dia 16 de agosto de 2020 e a preparação de vídeos e esquetes sobre o tema pela parlamentar *Marta Sereno* refletem bem essa prática. Durante o protesto religioso, a partir de material audiovisual editado e divulgado, percebe-se constantemente que as atividades desenvolvidas no local estavam sendo filmadas, narradas (garantindo e enfatizando os significados da ação) e documentadas, promovendo a visibilidade da prática para além do tempo e do espaço nos quais a mesma foi realizada. Desse modo, a linguagem da ação não se dá apenas em um momento específico, mas como bem colocado por Teixeira (2014, p. 144), também através das “metodologias e capacidades envolvidas para garantir a visibilidade da ação”. Essa mesma “lógica de exteriorização” do cotidiano sugere a base das performances de *Marta Sereno*, materializadas nas fotos, nos vídeos e conteúdos, de modo geral, que são publicados diariamente em sua conta do Instagram e que acabam configurando-se em instrumentos e mecanismos de visibilidade da forma ou do modelo de “família tradicional”.

Portanto, é através dessas mobilizações e interações narrativas da Internet, dos discursos, fotos, vídeos e reportagens publicados, que observamos, nas mobilizações on-line realizadas pela deputada *Marta Sereno*, a generalização de um modelo de família “tradicional”. Tal generalização exsurge através das discussões e debates diários no Instagram, por meio da “linguagem de ‘gendramento’ dos gêneros” e de “tecnologias de poder que conformam a sujeição e subjetivação dos sujeitos” (Teixeira, 2014), como as *selfies* familiares e os pânicos morais criados em torno dos temas do aborto, da “ideologia de gênero” e do “combate às drogas”. As mobilizações on-line e as interações discursivas empregadas pela deputada *Marta Sereno* atuam, assim, na produção de subjetividades através do estabelecimento de parâmetros de regulação sexual coletiva (por meio de pânicos morais), que acabam, de um modo ou de outro, incitando deliberações éticas e/ou morais por parte de seus seguidores e de outros usuários (como aconteceu no caso exposto, sobre o vídeo do protesto religioso, em que o número de curtidas e comentários excedeu em muito o número de seguidores da deputada).

Em outras palavras, é a partir de um repertório baseado em conservadorismos e convenções de gênero e sexualidade (a partir da noção de “família tradicional”) mobilizado no conjunto das práticas apresentadas pela deputada (através de seus conteúdos cotidianos) que confluem moralidades, política e religiosidade. Uma performatividade evangélica e feminina (mãe, esposa) engajada na proteção e na “defesa da família” é reificada, publicizada e acionada.

Revelam-se, assim, “formas de se apreender e de se experienciar” (Teixeira, 2014) os significados de uma cidadania voltada aos conflitos e disputas políticas acerca das noções de família e infância, contrapondo-se aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como aos relativos à diversidade sexual e de gênero. Ou seja, é através da “fricção dos limites da sexualidade” que:

A mobilização de pânicos morais relacionados a gênero e sexualidade compõe [...] *experiências de constituição de sujeitos políticos*. Angaria visibilidade, congrega forças sociais diversas, opera processos profundos de sujeição e agencia mesmo aqueles conflitos que tramam a laicidade, a democracia e a linguagem de direitos (Efrem Filho, 2019, p. 144, grifo meu).

Durante o acompanhamento das mobilizações on-line do Instagram produzidas diariamente pela deputada *Marta Sereno*, pude observar a generalização de um modelo de família “tradicional”, feliz, *abençoada* por Deus, temente aos valores religiosos e morais constituintes de cada gênero correspondente aos seus componentes familiares, composta por um homem provedor, protetor e masculino, assim como por uma mulher, mãe, batalhadora diante das supostas ameaças morais e sexuais contra crianças e adolescentes, uma verdadeira “paladina” e cidadã incansavelmente ativa politicamente.

Há a construção de uma linguagem de rede social (especialmente voltada a cristãos da direita conservadora) que se articula por meio de processos de produção de capacidade de comunicação e de seus alcances. Tais capacidades de comunicação estão ligadas de formas complementares, potencializadoras e incrustadas tácita e implicitamente às possibilidades de conteúdo e discursos que promovem o engajamento dos usuários da rede social. Desse modo, é o engajamento que constitui a interação. E é a própria interação que se pretende à constituição desse sujeito composto por uma configuração generificada e específica aos significados de ser homem e mulher. Mais do que isso, dá-se o próprio exercício epistêmico do processo de formação da categoria “família tradicional” e dos perigos e riscos que supostamente a circundam.

Destarte, parece-me fundamental voltarmos os nossos olhares e preocupações sociopolíticas para a formação de um público, formado através dos equipamentos e tecnologias de visibilidade, nesse processo interativo que, por meio da aparição, da liberdade de aparecer (Butler, 2018, p. 92) corporificada e performática – no sentido butleriano, ou seja, que produz efeitos –, conforma e constrói de modo contingente, mas projetado de forma tática e estratégica, a legitimidade política de determinado agente.

Tais tecnologias de visibilidade e publicização da imagem (Internet, rádio, rede de televisão, outdoors, jornais impressos etc.), de modo geral, compõem um conjunto que, ao mesmo tempo, complementa-se e possui cada uma de suas unidades e equipamentos de

comunicação independentes entre si. Vale enfatizar que as tecnologias múltiplas e os equipamentos de visibilidade são indispensáveis, tanto na construção quanto no processo de interação, na relacionalidade e na formação do público, bem como no engendramento da legitimidade política do sujeito que se projeta discursiva e corporalmente nos múltiplos espaços compostos pelas relações sociais.

E é nesse ponto que a Internet, em especial as redes sociais, é fundamental, indispensável. Não só por promover canais ou plataformas direcionados à dinamicidade e ao cruzamento das informações provindas de outras tecnologias da comunicação, mas, justamente, por ser multiconfigurável, e por disponibilizar, para além da relação discursiva, uma relação também altamente corporificada. A utilização da Internet – como um meio de comunicação e, portanto, de formação de um público, em especial através de suas plataformas de redes sociais (com ênfase no Instagram, uma plataforma de compartilhamento de fotos e vídeos em diversos formatos, como *shorts*, *reels*, *stories*) – deslinda-se em sua potencialidade multimodal e em seu caráter massivo. Aqui, refiro-me ao fenômeno classificado como “autocomunicação” por Castells (2013). Segundo o autor:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. *Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos* (Castells, 2013, p. 15, grifo meu).

As tecnologias de aparição, como a Internet, desse modo, promovem a constituição de um público específico³², por meio de uma gramática voltada às redes sociais, assim como a partir do conteúdo e dos engajamentos relacionados às publicações (seus temas e abordagens), na maioria, de teor político e religioso. Desse modo, temos de forma clara, que este **público**,

³² Conforme Butler em suas análises sobre o público e o espaço público a partir da obra “Corpos em Aliança e Política das ruas (2018). Logo em sua introdução, a autora discute e questiona o que pode ser considerado público e quem pode ser considerado enquanto “povo” em seus sentidos e desdobramentos políticos e sociais. Para isso, Butler inicia a sua reflexão a partir da polissemia da noção de democracia, a qual define como um termo discursivo estratégico, o qual se lança mão na formação de um certo público, caracterizado pela operação de poder discursivo, circunscrevendo assim, por meio de linhas demarcatórias e fronteiras discursivas (morais, religiosas, de gênero, de classe etc.), o “povo” (Butler, 2018, p. 8 e 9).

assim, é uma relação social, uma interação, que está, sempre, sendo pautada por tecnologias e equipamentos de visibilidade e pelas ações discursivas relativas à criação de fronteiras do reconhecível e do reconhecimento (Butler, 2018, p.12). Por isso, é importante observar e se ater mais cautelosamente a tais cenas: é preciso abordá-las não apenas pelo viés demarcatório correspondente à versão de povo declarada (nesse caso, evangélico, conservador, de direita e heterossexual), mas também, e principalmente, por meio do viés político que anunciam: é preciso apreender as relações de poder por meio das quais essas mesmas cenas, protagonizadas por *Marta Sereno*, são representadas (Butler, 2018, p. 13).

Como colocado por Butler, a internet – enquanto uma tecnologia de visibilidade, reconhecimento, aparição e interação – leva-nos a reconsiderar as formas por meio das quais a “esfera pública” vem sendo definida pelos que possuem acesso e plenos direitos de aparecimento em suas plataformas de comunicação. Isto de modo que “um segundo sentido da representação surge, à luz das formas corporificadas de ações e mobilidade que significam além do que quer que seja dito”. (Butler, 2018, p. 14). Assim, temos que a internet, sendo um espaço de interação, constitui-se enquanto uma das dimensões da esfera pública e, portanto, da constituição do público e das disputas políticas relacionadas ao mesmo. Para Butler, a reunião de pessoas, mais especificamente, a reunião de *corpos* – seja nas ruas, em praças, ou em “outras formas de espaço público”, o que abrange a internet e suas redes virtuais – promove o exercício de um direito plural e performativo – que produz efeitos – de aparecer.

Para a autora, esse direito “afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por *um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas*” (2018, p.17, grifo meu). Esse é o direito à liberdade de assembleia, o direito de reunir-se. Ou seja, o efeito de assembleia, produzido na reunião de corpos, em seu ajuntamento em um espaço público, é a *performatividade corpórea*, que se sobrepõe a uma performatividade linguística, discursiva (Butler, 2018, p. 15). As ações corporificadas e seus significados, produzidos ou pré-estabelecidos, não são, necessariamente, discursivas ou pré-discursivas: as diversas formas/tipos de assembleia já têm significado, anterior e independentemente a qualquer reivindicação feita de modo particular (Butler, 2018, p.14).

Considerando a corporeidade diante do uso da internet, parece-me indispensável trazer as noções e os apontamentos, já dispostos na introdução desta dissertação, realizados por Hine (2020) acerca da dimensão corporificada da Internet. A Internet, enquanto experiência, pode ser vivenciada como um lugar, uma ferramenta ou um modo de ser. A partir de uma comunicação cada vez mais audiovisual, a Internet se fundamenta em uma gama ampla de

performances de uma realidade corporal. Para Hine, a realidade contemporânea das redes sociais concentra a atenção popular nessa corporificação diversificada. De modo que a internet se tornou um lugar para a expressão de um *self* corporificado.

Além disso, os usuários da Internet e seus corpos são situados socialmente: os aspectos de seus posicionamentos sociais e condições materiais irão moldar suas experiências na Internet (Hine, 2020, p. 26). Assim, a Internet depende e reforça um corpo “físico, sensual e emocional”, de maneira que a forma como a Internet e seu uso estão incorporados em nossas vidas cotidianas é também resultado de um certo envolvimento corporificado com a Internet, que também atua moldando nossa experiência de corporificação, por meio de “suas informações e percepções” que proporcionam o autoconhecimento (Hine, 2018, p.27).

A perspectiva corporificada da internet reforça que, diferentemente e ao contrário da noção de ciberespaço autocontido e de seu caráter transcendente da experiência, a Internet é “parte de nós” e que as identidades virtuais estão em consonância aos nossos corpos físicos. Estar on-line é assim entendido como uma extensão a outras maneiras de agir no mundo, também corporificadas. Dessa forma, as dimensões do online e do offline estão em notável continuidade e a experiência on-line não “substitui ou repõe” a experiência corporal. Hine, desse modo, ressalva que eventos ocorridos no ciberespaço também são capazes de evocar emoções e reações físicas em um “usuário *inescapavelmente* corporificado” (Hine, 2020, p.24, grifo meu). Nessa abordagem da internet corporificada, o “on-line” e o “offline” são compreendidos enquanto “modos complexos de ser”, modos que estão correlacionados a um mesmo corpo físico (Hine, 2020, p25) e suas subjetividades.

Assim, a rua, a praça ou a Internet não se configuram como espaços públicos *a priori*. Estes espaços são antes de tudo equipamentos, suportes materiais e virtuais, utilizados pelos corpos, ou seja, esses espaços são considerados públicos para Butler enquanto ações ou, em outras palavras, enquanto partes que compõem a performance e, por conseguinte, a performatividade de tais ações. O cruzamento de tecnologias de visibilidade promovido por *Marta Sereno* assegura o agrupamento de um público, a reunião de pessoas/usuários em torno de posicionamentos políticos e religiosos, os quais constituem a sua agenda, impulsionam o seu engajamento, sua aparição (alcance da conta) e sua popularidade na rede social do Instagram. Nota-se, assim, que este cruzamento também forja novos sentidos às localidades, sentidos que operam frente a virtualidade do poder presente em determinados espaços, inclusive, nos espaços da Internet e de suas plataformas.

2.2 Pastor *Ricardo Sereno*, do púlpito templário à Câmara Municipal do Recife

Em 2019, ainda fora dos holofotes políticos, o Pastor *Ricardo* permanecia apresentando publicamente o seu próprio sobrenome, e não o sobrenome de seu sogro, o Pastor *Antônio Sereno*. Sua entrada na política se deu logo após as eleições de 2018, com sua participação em debates de temas políticos e econômicos e sua crescente participação na agenda política de sua esposa, a deputada *Marta Sereno*.

Ricardo de Almeida tem 36 anos de idade, é vice-presidente da Convenção Fraternal de Ministros da Assembleia de Deus de Pernambuco (CONFRAMADEPE), atua como radialista e, como já citado anteriormente, foi coordenador da Rádio *Tempos de Glória*. Além disso, também desenvolve um trabalho de acompanhamento para a recuperação de “dependentes químicos” há mais de uma década. Em 2020, quando candidato à Câmara Municipal do Recife, enfatizou que suas prioridades correspondiam à defesa dos valores cristão e ao “fortalecimento da família”. Além disso, durante toda a sua campanha, a “defesa do conservadorismo”, o combate à “ideologia de gênero”, aliados ao tema da “liberdade religiosa”, perfaziam suas pautas centrais e sua agenda político-religiosa.

Antes de declarar a confirmação de sua pré-candidatura a vereador, o Pastor *Ricardo* lançou no Recife a campanha “Cabra macho não bate em mulher”, em consonância à campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, criada em junho de 2020 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como estratégia de combate aos altos índices de violência doméstica e violência contra a mulher durante o período de isolamento social da pandemia. Em sua publicação no Instagram, no entanto, o Pastor *Ricardo* atribui a campanha ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, então sob o comando de Damares Alves. A campanha de *Ricardo* consistiria num gap de sua inserção política, perfeitamente alinhada ao discurso religioso e binário do papel do homem quanto à proteção da família e à mulher.

O pastor *Ricardo Sereno* se filiou ao Partido Podemos, sob o comando de Ricardo Teobaldo, no dia 20 de março de 2020, seguido por seu sogro *Antônio Sereno*. O pastor *Ricardo Sereno* confirmou a sua pré-candidatura a vereador do Recife no dia 16 de setembro. Em sua publicação no Instagram, o pastor *Ricardo Sereno* disponibilizou 4 fotos do momento em questão, a primeira delas, como capa da publicação, é o registro de um beijo entre o casal *Sereno* em cima do palco montado para a ocasião. Ao contrário do que acontece com alguns casais que se inserem na política pernambucana, não foi a influência do Pastor *Ricardo Sereno* que levou *Marta*, sua esposa, ao primeiro mandato na Câmara de Vereadores do Recife ou na Assembleia

Legislativa de Pernambuco, mas justamente o contrário: é a deputada *Marta Sereno* que impulsiona os perfis do seu esposo, enfatizando-o enquanto pai, pastor, radialista, bem como candidato. *Marta* também participou ativamente de sua campanha como candidato a deputado estadual de Pernambuco, em 2022. Vale ressaltar que até mesmo a propaganda eleitoral de suas candidaturas foi realizada em conjunto. Sua candidaturas não são apresentadas de modo individual: *Marta Sereno*, não apenas uma candidata, mas antes de tudo, esposa do pastor, do mesmo modo, o Pastor *Ricardo* é também um candidato, mas, primeiramente, esposo de *Marta*.

Como demonstração do seu agradecimento e orgulho, tendo em vista ser *Marta Sereno* a percursora da trajetória política e da visibilidade do seu esposo³³, no dia 20 de dezembro de 2022, durante o seu discurso de despedida como vereador da cidade do Recife, *Ricardo Sereno* declarou na tribuna:

Estou indo para a Assembleia Legislativa. Eu decidi defender as instituições sagradas. Se o homem quer ir bem, ele deve amar, respeitar e lutar pela sua família! Eu tive a oportunidade de reconhecer a música de adoração a Deus como Patrimônio Cultural e Imaterial do Recife. Quero agradecer à mulher da minha mocidade, *Marta Sereno*, a minha companheira, e espero fazer pelo menos metade do que ela fez na ALEPE. *Marta*, te amo. Você é a mulher da minha vida. Minha Igreja Assembleia de Deus *Tempos de Glória*, agradecer aos meus pais... Eu tenho, é... A melhor equipe, o melhor gabinete do mundo! Vocês são fruto da minha oração. Muito obrigado, Recife. Muito obrigado, Pernambuco. A Deus seja toda honra, toda glória e toda exaltação. (*Sereno, Ricardo*, “Discurso de despedida!”, Instagram, 20 de dezembro de 2022).

Como dito anteriormente, durante a sua campanha como candidato a vereador do Recife, o pastor *Ricardo Sereno* apresentou a sua agenda política como orientada à “defesa dos valores da família”, à oposição à “ideologia de gênero” e a “ofensas religiosas”, ao “combate às drogas” e ao “comunismo”. O fato de ele ser “cristão e conservador” também ganhou ênfase nos materiais de campanha. Todos esses temas são atravessados pela noção de “família tradicional” tomada enquanto sujeito político, ostensivamente reificada a cada uma dessas publicações. E é por isso que todos esses temas repousam, sem demais dificuldades, sob o seu slogan de campanha: “Se a mulher for guerreira, e o cabra for macho, vem pra cá também!”.

Como vereador, o pastor *Ricardo Sereno* foi membro da Bancada Cristã e titular da Comissão de Acessibilidade e Mobilidade Urbana da Casa José Mariano. Durante o mandato, foi também autor e apoiador de leis polêmicas³⁴, buscando consolidar e legitimar a “cultura evangélica”, bem como a ideologia conservadora, no estado de Pernambuco.

³³ A forma como a deputada *Marta Sereno* investiu na visibilidade de seu esposo, via redes sociais, demonstra o esforço empreendido e necessário para a legitimação do Pastor *Ricardo Sereno* como um sujeito religioso, como um sujeito político e, ao mesmo tempo, na formação do seu próprio público.

³⁴ Por exemplo, cito o Projeto de Lei 18.932/2022 de sua autoria, aprovado pela Câmara Municipal do Recife em abril de 2022, em que é instituído o dia municipal do conservadorismo na cidade de Recife. *Ricardo* também

Entre as polêmicas em que se engaja, o Pastor *Ricardo Sereno* não mede palavras contra o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+. Como momentos fatídicos desse comportamento, cito duas publicações de seu Instagram, ambas de vídeos, nas quais o pastor discursa na Câmara do Recife. Os vídeos tiveram sua duração e trechos editados, de modo a dar visibilidade e centralidade àquilo que pretendem atingir. O ponto principal é notar que tais manifestações desinibidas e desprovidas de hesitação objetivam, para além do desrespeito de que podem ser acusadas, alçar ainda mais a visibilidade daquele que se manifesta, reforçando-o enquanto sujeito político combativo. Além disso, nessas manifestações há o pretense uso do humor como *gap* específico para a toada daquele desrespeito.

O primeiro vídeo com 149.858 reproduções, configurado para não aceitar comentários, foi intitulado “Como irritar uma feminista” e publicado no 5 de julho de 2022. Naquela ocasião, discutia-se na Câmara de Vereadores a proposta de decreto legislativo de número 34, criada por Michelle Collins³⁵, que buscava conceder a Medalha do Mérito Olegária Mariano à primeira-dama Michelle Bolsonaro. O vídeo do Pastor *Ricardo Sereno* apresenta a seguinte legenda:

MICHELLE BOLSONARO, UMA MULHER FEMININA!!! ELA SIM REPRESENTA AS MULHERES!!! Diferente das feministas, que só maculam a imagem das brasileiras. Votei sim, sim e sim, mas, infelizmente, foi rejeitado o projeto concedendo Medalha do Mérito Olegária Mariano à nossa Primeira-Dama do Brasil, Michelle Bolsonaro! A Primeira-Dama mais atuante que já tivemos e que desenvolve um importante trabalho além das relevantes ações sociais! Ela sim, merece todas as homenagens! Somos todos Michelle Bolsonaro! (*Sereno, Ricardo*, “Discurso de despedida!”, Instagram, 5 de julho de 2022).

No vídeo, observamos o Pastor *Ricardo Sereno* na Câmara Municipal do Recife, durante a votação, falando de pé ao microfone, com um tom jocoso, gesticulando com as duas mãos: “- Uma mulher doce, vossa excelência”. Nesse momento, uma imagem da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro é sobreposta no canto direito da tela. O pastor, assim, dá continuidade: “- Doce. Que raspa o sovaco [*Ricardo* levanta as mãos para o interior de seu braços, sinalizando a região das axilas], as pernas”. Mais uma imagem é inserida no vídeo. Desta vez, de Jair Bolsonaro rindo, gargalhando. Nesse momento, observamos e ouvimos os outros vereadores (que aparecem no fundo do recinto) gargalhando, inclusive o Pastor *Ricardo Sereno* também ri da própria provocação sexista. O pastor continua em meio às gargalhadas que reverberam entre os presentes: - Eita! Uma mulher, diga-se de passagem, uma mulher *feminina*. O pastor *Ricardo*

apoiou o Projeto de Lei 2480/2021, o qual estabelece a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos por professores da rede pública de Pernambuco, de autoria de sua esposa, *Marta Sereno*.

³⁵ Daize Michele de Aguiar Gonçalves, mais conhecida como Missionária Michele Collins, como se identifica politicamente, é administradora e política da cidade do Recife. Michele é filiada ao partido Progressistas, sendo vereadora do Recife desde o ano de 2013.

pronuncia a palavra grifada de modo pausado, sílaba por sílaba, enquanto gesticula com as mãos abertas para cima. Após sua fala, a câmera é direcionada ao andar de cima, onde seus apoiadores o ovacionam com gritos, salvas de palmas e o brandir de cartazes. Ele então retoma a palavra: - Uma mulher que tem atuado como nenhuma outra dama anteriormente atuou. Alguém que dedica sua vida ao serviço social, meu voto é sim, meu voto é sim quantas vezes eu puder na nossa Primeira-dama.

O segundo vídeo corresponde a uma publicação também realizada no dia 5 de julho de 2022, durante a mesma votação da proposta do decreto legislativo de número 34. A descrição do vídeo: “É só abrir uma Bíblia e uma carteira de trabalho que eles correm” Vereador [@pastorricardoserreno](#) irrita petistas na câmara do Recife!

Também editado, este segundo vídeo tem início com o Pastor *Ricardo* visivelmente exaltado, gritando e gesticulando energicamente, na Câmara Municipal do Recife, contra a vereadora Dani Portela (Psol) e apoiadores da esquerda. Enquanto fala com a voz marcada pela respiração pesada, o vereador vaticina: “- Abre a bíblia e vai-se [sic] embora! Vai! Xô, caminho é por ali!” Enquanto grita, o vereador aponta para a saída. Então, caminhando até a bancada da Câmara, onde alcança uma bíblia, o pastor, erguendo-a em direção aos militantes de movimentos sociais³⁶ presentes na votação, repete: “- Aqui, ó: abre a bíblia, vocês partem! Carteira de trabalho também!” Notamos a exaltação em sua voz, a trepidez na sua respiração, ele está visivelmente irritado.

Parte do mesmo vídeo foi republicada pelo Pastor *Ricardo Sereno* em sua página do Instagram como um *tbt* (acrônimo para expressão Throwback Thursday³⁷), no dia 29 de setembro de 2022. O vídeo “*tbt*” remonta, em retrospectiva, sua atuação como vereador da cidade do Recife, na Câmara Municipal, e traz diversos registros de seus discursos na tribuna da Câmara. O pastor afirma que os momentos trazidos na retrospectiva traduzem o seu protagonismo em “debates e embates importantes, em defesa da vida, da família, da fé e pelo combate às drogas”.

³⁶ Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Levante Popular da Juventude, o Movimento Brasil Popular, além de apoiadores dos partidos de esquerda como PT, PSOL e PCdoB.

³⁷ O termo configura-se como um marcador para publicações referentes a algo já ocorrido, de modo a relembrar determinada ocasião/acontecimento. Os motivos para isso são diversos, seja para relembrar momentos de conquistas, vitórias, superações ou demonstrar saudades etc. Como a tradução do termo sugere, “quinta-feira do retorno”, as publicações dos “*tbt*s” eram realizadas inicialmente apenas nas quinta-feiras da semana. Porém, o termo passou a representar uma espécie de categoria de conteúdos, voltados a rememorar momentos importantes e marcantes da vida dos usuários em geral. O termo, estima-se, começou a ser utilizado no final da primeira década dos anos 2000.

Nascido em Macaparana³⁸, *Ricardo Sereno* é um assíduo praticante de uma atividade cultural bastante popular no agreste pernambucano, a vaquejada. O pastor faz questão de registrar e enfatizar sua participação em vaquejadas, valendo-se de fotos e vídeos. O fato de ser um “vaqueiro” atesta inquestionavelmente uma das comprovações de seu gênero, de sua sexualidade, bem como a expressão desta última. Trata-se do “cabra-macho”, termo muito utilizado pelo próprio Pastor *Ricardo* para categorizar o seu nível de masculinidade.

Nas redes sociais do pastor, são diversas as publicações de passeios em família a cavalo, demonstrando domínio e experiência em determinadas atividades mais ligadas ao imaginário do nordestino, do sertanejo, de seus valores e, claro, de sua suposta masculinidade. Inclusive, um dos destaques em seu Instagram é intitulado “Minhas Paixões”, em que *Ricardo Sereno* posta dois vídeos (*stories*) curtos em sequência relacionados aos animais. Em uma foto publicada no dia 25 de outubro de 2021, *Ricardo Sereno* comemora, ao lado de outro competidor, a sua vitória no circuito: “Esse final de semana fui campeão de vaquejada ABQM categoria Amador Light na Cidade de Caruaru - PE . Ladeado por Gilberto Luiz . Agradeço a Deus e dedico esse prêmio para minha filha (papai prometeu um troféu 🏆 e cumpriu)”.

Na foto, ambos montados a cavalo erguem, com as duas mãos acima da cabeça, o troféu da competição em questão. Aqui vale notar que o cavalo montado pelo homem ao lado do Pastor *Ricardo Sereno* está equipado com um peitoral de esteira com o *slogan* político de *Marta Sereno*. Isto demonstra que ambos, o Pastor *Ricardo Sereno* e *Marta*, utilizam-se de diversos espaços, ferramentas e oportunidades para promover de forma estratégica e assertiva a aparição pública do casal, tanto nos espaços urbanos e rurais quanto na Internet, onde fazem questão de estabelecer sentidos e significados político-religiosos às suas atividades registradas e publicadas. Portanto, até mesmo uma vaquejada pode ter um caráter político-eleitoral, atuando em aspectos representacionais envolvidos em sua prática e publicização.

Os campos de areia onde ocorrem as perseguições das vaquejadas são hibridizados durante os discursos do Pastor *Ricardo Sereno*: tornam-se púlpitos religiosos da mesma forma como se tornam palanques para ataques e propagandas políticas em um momentos de visibilidade privilegiada, planejada e estratégica. Como exemplo dessas ocasiões, temos o evento da “Maior Vaquejada do Brasil”, realizado na cidade pernambucana de Caruaru, e que, não por acaso, obviamente, teve um momento específico do evento registrado e publicado pelo pastor.

³⁸ Macaparana é um município do estado de Pernambuco, situado a 83.24 km da capital do Recife. É formado pelos povoados de Chã do Relógio, Pirauá, Poço Comprido e Nova esperança, possui uma população de aproximadamente 23.925 habitantes.

O vídeo publicado no dia 25 de outubro de 2022, na página do Facebook do Pastor *Ricardo Sereno*, não trata da competição ou disputa entre os vaqueiros, mas de propaganda política em prol da reeleição de Jair Bolsonaro. O vídeo possui um minuto. Nele, o campo encontra-se tomado por pessoas vestidas com as cores da bandeira do Brasil, criando um *background* amarelo vivo na noite do interior pernambucano. Todos os presentes no campo estão montados em seus respectivos cavalos. Também notamos que alguns ali seguram a bandeira do Brasil. No centro do campo de areia, encontram-se dois homens. Um desses homens é *Ricardo Sereno*.

O vídeo tem início com o apresentador do evento (que não é apresentado ou identificado no registro) falando ao microfone para todas as pessoas no campo e, mais genericamente, também para as pessoas que participam do evento da vaquejada: “Tem que conquistar voto a voto, para poder a gente (sic) chegar no dia 30 [de outubro], domingo, a gente poder chegar, olhar para nossos filhos e dizer: que nós vamos continuar sim com a nossa vaquejada e com o nosso emprego!” Logo após a sua fala, o apresentador passa o microfone para o Pastor *Ricardo Sereno*, que inicia o seu discurso:

Nada é por acaso e eu agradeço ao meu Deus [neste instante, o pastor tira o boné que estava usando e o ergue em direção ao céu, levantando a mão acima de sua cabeça] por poder participar desse momento tão importante que vai ficar registrado na história da vaquejada no nosso estado! Deus está no controle de todas as coisas! Se Deus é por nós, será que você pode dizer: Quem será contra nós? [a pergunta é realizada em uníssono junto aos presentes no campo].

Então o pastor continua a repetir a pergunta junto aos presentes: “Se Deus é por nós, quem será contra nós? Nós estamos aqui por Deus, pela pátria, pela família e pela liberdade!” Após sua fala, há um corte no vídeo que permite ao apresentador voltar à palavra: “Mas eu acompanho muito o trabalho seu [sic] e de sua esposa. Vocês são *diferentes* (grifo meu). Porque vocês mostram a realidade do povo! Eu acho que, por isso que o povo elegeram [sic] vocês os mais votados de Pernambuco. E vocês defendem os ideais. Defendem a família”. Após isso, nota-se novamente um corte no vídeo, que é então encerrado em meio às palavras do apresentador em questão. Na legenda do vídeo, o Pastor *Ricardo Sereno* enfatiza:

Na maior vaquejada do Brasil, em Caruaru, tivemos a oportunidade de juntos com milhares de vaqueiros defender nossos valores: Deus, Pátria, Família e Liberdade!

Parabenizo a família @harasfernandolucena @tvvaquejada @josivaldolocutor @pedromilitaoo @grupoaliancadevaquejada pela posição correta e honrada de votar no @jairmessiasbolsonaro
A vaquejada é 22!!!

Até o ano de 2019, o pastor *Ricardo Sereno* participava da vida política de sua esposa como um coadjuvante. Contudo, ao passar dos meses, e com a chegada das disputas eleitorais municipais, ele ganhou maior visibilidade publicitária, legitimando discursos e posicionamentos análogos aos de *Marta*, sob as mesmas premissas e promessas, mas partindo de um outro espectro da prática política já bastante explorado: o da cis-masculinidade, paternal, evangélica e pastoral. Mas por que o “apresentador” faz questão de dizer que *Marta e Ricardo Sereno*, evangélicos e conservadores como muitos outros políticos, e que também mantêm o mesmo discurso acerca da proteção da família “tradicional” e dos valores conservadores, são *diferentes*?

Sabemos que os discursos e posicionamentos políticos apresentados pelo casal *Sereno* não são uma “novidade” no cenário político brasileiro – principalmente quando consideramos a disputa presidencial do ano de 2018. Tampouco são novidade no cenário internacional, com as mais recentes formas de organização de setores de direita e extrema-direita apontam. Então, pergunto novamente: por que o casal *Sereno* é considerado *diferente* em relação a suas atuações e agendas políticas voltadas ao conservadorismo e à religiosidade cristã-evangélica? Quais fatores confluem e legitimam tal distinção e singularidade?

Como citado anteriormente, um dos principais efeitos produzidos por meio da formação de um público encontra-se na sustentação e na validação da legitimidade do sujeito político em questão. De forma que é necessário compreender a articulação estabelecida pela formação do público e a legitimação do sujeito político que, ao mesmo tempo, promove e reconhece a sua formação: para se tornar político, o sujeito político necessita de um público e, ao mesmo tempo, este público se ampara na construção e na legitimação desse sujeito, que, por conseguinte, promoverá a participação política desse público. Assim, o *engajamento* nos meios de interação on-line da cena pública da internet e de suas redes sociais é o que produz, definitivamente, a interação, e esta, por sua vez, a formação de um determinado público. É este público que fundamentalmente promove a constituição da legitimidade de sujeitos políticos, inclusive daqueles a que me volto ao longo deste estudo. Mais uma vez, faz-se oportuno e essencial trazermos a noção de Butler acerca desse efeito:

(...) o efeito significante das assembleias, o efeito legitimador, pode funcionar precisamente por meio de representações e de uma cobertura de mídia organizadas, reduzindo e enquadrando a circulação do “popular” como uma estratégia para autolegitimação do Estado (2018, p. 25).

Podemos afirmar, como corolário, conforme o pensamento da autora, que a busca pela legitimação depende da dinâmica entre as representações públicas e a visibilidade midiática dentro das condições de possibilidade de aparição desse público. Essas condições dependem

das condições de infraestrutura para a performance, ato, manifestação, assembleia etc., e sobremaneira dos meios tecnológicos que irão captura-los e transmiti-los. A esfera pública é constituída, desse modo, enquanto uma *condição de aparecimento*, e é um efeito da atividade de *auto constituição* na esfera pública (Butler, 2018, p.25 e 26).

Mas não podemos esquecer que esse movimento de legitimação possui como prerequisite o reconhecimento do que/de quem constitui (ou que deveria constituir) a categoria das mulheres e dos homens, que se apresentam nas formas de mães e pais, evangélicas e evangélicos trabalhadores e que prezam pelos valores conservadores e pela “proteção” da família. Tais categorias são definidas por *Marta e Ricardo* como “mulher guerreira” e “cabra macho”, apresentando a si próprios enquanto referenciais e modelos ideais dessas mesmas categorias – de modo tácito e performativo –, às quais um sujeito precisa atender para ser reconhecido. No sentido forte de que se vale Butler (2018), essa noção de reconhecimento alude à condição de possibilidade da participação política.

Desse modo, a representação só pode estender-se ao que pode ser reconhecido como sujeito. As qualificações do sujeito precisam ser atendidas para que a representação possa expandir-se. Ou seja, é preciso atender às condições daquilo que se pensa como sujeito e seus aspectos para alçar a condição de categoria representável. Pois que, na política da modernidade, a representação é a forma por excelência de participação política do poder.

Portanto, as performances e discursos da deputada *Marta Sereno* e de seu esposo, sua visibilidade e sua representação constituem, de modo constante, uma posição que afirma e invoca as condições citadas anteriormente, o que os permite alçar o poder e, mais do que isso, permanecer em uma posição de poder legitimada e reconhecida, política e religiosamente. Tem-se, portanto, que a forma de poder na modernidade é, inexoravelmente, *o reconhecimento do sujeito*.

No limite, o Pastor *Ricardo Sereno* e *Marta Sereno* são considerados diferentes porque atuam de modo intensivo na promoção do reconhecimento e na legitimação deste público no cenário político, promovendo, por conseguinte, sua emancipação política. Esta emancipação também é construída por meio da discussão e da visibilidade de controvérsias públicas, sempre correlacionadas a aspectos de cunho moral, político e religioso, incentivando a participação política do seu público, em sua maioria evangélico e/ou conservador, em temas específicos. Como enfatizado por Teixeira (2018), ao considerarmos o problema teórico da religião como produto de interações pelos espaços de publicidade – observando, inclusive, as mudanças e transformações sociais resultantes da utilização de novas tecnologias que possuem como objetivo a produção de audiência e visibilidade, assim como a própria disposição de novos

atores e espaços de fala –, compreendemos que o papel fundamental dos sujeitos religiosos não corresponde tão somente à produção de legitimidade/ “reconhecimento público” das agências religiosas, e sim, de modo inexorável, à produção de novos secularismos.

3 “JOELHOS DOBRADOS, FAMÍLIA DE PÉ”: aparição estratégica e visibilidade, o caso do protesto religioso realizado em agosto de 2020.

3.1 De São Mateus ao Recife: desdobramentos e mobilizações sobre o caso do aborto

O quadro contextual que conformou o protesto religioso que ocorreu às portas do CISAM iniciou-se durante o mês de agosto do ano de 2020. Naquele mês, pudemos acompanhar, através da mídia em geral, notícias e posicionamentos de vários agentes e segmentos sociais a respeito do caso de violência sexual de uma criança, de apenas 10 anos de idade, então grávida por haver sido violentada sexualmente por seu tio, um homem de trinta e três anos. O caso é oriundo da cidade de São Mateus, no Espírito Santo, e infelizmente não é tão diferente de outros casos que também ganharam certa notoriedade pública em Pernambuco³⁹. Mas, como veremos adiante, este caso em específico mostra emblematicamente a dinâmica discursiva constante nas mobilizações de setores políticos pernambucanos autodeclarados evangélicos, sobretudo em relação à utilização de mídias sociais, através das quais provocam diálogos e incitam sensibilidades morais.

O fato de médicos e juristas promoverem uma “avaliação”, no intuito de decidir pela realização ou não realização do aborto nesse caso específico de violência sexual a uma criança, dadas as suas circunstâncias e urgência (visto que a gestação estava no tempo limite de execução do procedimento de modo a não oferecer risco à criança), a duração dessas violências (quatro anos) e a idade com que a criança em questão começou a sofrê-las (seis anos de idade) levaram a indignação e revolta, à constatação da violação de direitos, mas também a especulações de cunho moral e religioso.

Atentos a tais especulações, representantes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo declararam, através de uma nota publicada em seu *microblog* Twitter @TJESoficial⁴⁰, que o Tribunal “se pauta estritamente no rigoroso e técnico cumprimento da legislação, sem influências religiosas, filosóficas morais, ou de qualquer outro tipo que não a aplicação das normas pertinentes ao caso”.

³⁹ Casos como o da criança de nove anos, na cidade de Alagoinha, a 230km da cidade do Recife, no ano de 2009, grávida de gêmeos, tendo realizado o procedimento de interrupção da gravidez na unidade do Centro Integrado Amaury de Medeiros na Universidade de Pernambuco: "Menina de 9 anos estuprada interrompe gravidez de gêmeos em Recife (PE)". Folha On-line, São Paulo, 04 mar. 2009. Cotidiano. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/03/529301-menina-de-9-anos-estuprada-interrompe-gravidez-de-gemeos-em-recife-pe.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://twitter.com/TJESoficial/status/1294335061161123842>. Acesso em: 04 de fev. 2020.

A decisão judicial que garantiu a interrupção da gravidez foi expedida pelo juiz Antônio Moreira Fernandes, da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Mateus (ES), atendendo ao pedido do representante do Ministério Público, no dia 14 de agosto de 2020, uma sexta-feira. A permissão para a interrupção da gestação foi baseada no Código Penal e na Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, editada em 2005 pelo Ministério da Saúde. Na autorização judicial para o procedimento, o magistrado destacou ainda que a “A vontade da criança é soberana ainda que se trate de incapaz, tendo a mesma declarado que não deseja dar seguimento à gravidez fruto de ato de extrema violência que sofreu”⁴¹.

A criança chegou a ser internada no Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais (Hucam), na cidade de Vitória. Porém, no sábado dia 15 de agosto, a equipe médica do Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavivi) se recusou a realizar o procedimento abortivo. Segundo informações dadas, durante uma coletiva de imprensa, por Rita Checon⁴², superintendente do Hucam, a recusa teria sido de caráter inteiramente técnico, pois que o protocolo do hospital para esse procedimento médico é o mesmo do Ministério da Saúde, que se refere à realização do procedimento até 22 semanas e com peso fetal de 500 gramas, e nesse caso específico tratar-se-ia de uma gestação de 22 semanas e 4 dias, com o peso do feto tendo alcançado 537 gramas. Esse protocolo corresponde à Nota Técnica do Ministério da Saúde para abortamento humanizado⁴³.

Destarte, faltaria assim capacidade técnica para dar continuidade à realização do aborto, o que levaria a Secretaria do Estado de Saúde a encaminhar o caso para um hospital que possuísse um protocolo que contemplasse as exigências pré-dispostas. Apesar de o Código Penal, que é o único instrumento legal no Brasil que versa sobre a interrupção gestacional⁴⁴, não fixar a quantidade de semanas ou o peso fetal como parâmetros de realização do procedimento, existem protocolos médicos da década de 1990⁴⁵ que delimitam situações ideais para a prática de um procedimento que garanta o êxito do aborto sem ameaças à saúde e à integridade da vítima. Trata-se, porém, de premissas ideais, ou seja, dadas em um plano

⁴¹ SENRA, Ricardo. “Estupro de criança revela ‘lado animalesco do homem’, diz Marco Aurélio do STF”. BBC News Brasil, Londres, 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814276>. Acesso em: 02 fev. 2020.

⁴² “Superintendente do HUCAM destaca decisão técnica na condução do caso da menina grávida”. Universidade Federal do Espírito Santo, 17 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/superintendente-do-hucam-destaca-decisao-tecnica-na-conducao-do-caso-da-menina-gravida>. Acesso em: 02 fev. 2021.

⁴³ Ministério da Saúde (MS), 2005. Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento. Série A. Normas e Manuais Técnicos: Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Caderno nº 4. Brasília: MS.

⁴⁴ Parte especial do Código Penal, no Título Dos Crimes Contra a Pessoa, Capítulo I, Dos Crimes Contra a Vida, Art. 124 ao Art. 128 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (BRASIL, 2020).

⁴⁵ MS (Ministério da Saúde), 1999. Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. Brasília: MS.

idealístico e teórico, não correspondendo às circunstâncias e às particularidades de inúmeros casos existentes.

Conforme a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, editada em 2005 pelo Ministério da Saúde, já citada anteriormente, é assegurado o direito de interrupção gestacional, inclusive em casos mais avançados, como afirma o juiz que autorizou a interrupção da gravidez: “...assegura que até mesmo gestações mais avançadas podem ser interrompidas, do ponto de vista jurídico, aduzindo o texto que é legítimo e legal o aborto acima de 20-22 semanas nos casos de gravidez decorrente de estupro, risco de vida à mulher e anencefalia fetal”⁴⁶. Em conformidade a isso, a garota foi encaminhada para o Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM) da Universidade de Pernambuco (UPE), localizado em Recife, Pernambuco. O CISAM foi a segunda unidade de saúde do país a ser autorizada a promover abortos legais. O Centro teve origem na Maternidade Professor Monteiro de Moraes, inaugurada no dia 23 de janeiro de 1946. No ano de 1996, segundo o site da própria UPE, o CISAM tornou-se uma referência na assistência à mulher e à adolescente em casos de violência sexual e doméstica, incluindo a questão do aborto⁴⁷.

Então, no domingo dia 16 de agosto de 2020, acompanhada de parentes, a criança embarcou no aeroporto de Vitória em direção ao Recife. Segundo o Secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes, o Espírito Santo não possuiria serviço de medicina fetal que pudesse dar procedência a casos como o da criança em questão⁴⁸. A esse respeito, o diretor do CISAM, Olímpio Moraes Filho, quando questionado sobre os protocolos dos hospitais do ES e de PE, em entrevista ao Bom dia Espírito Santo da TV Gazeta, declarou que:

O protocolo que seguimos é o mesmo do Brasil. O que pode existir, do corpo clínico, é a falta de experiência, o *know-how* de tempo, de segurança. Para ter o funcionamento de um serviço, a sociedade tem que dar segurança aos médicos. Em muitos lugares, o médico não se sente seguro. Então, esse é um processo de respeito aos direitos humanos e reprodutivos. Mas a lei é a mesma, o nosso código de ética é o mesmo (Olímpio Moraes Filho em entrevista concedida à revista TV Gazeta)⁴⁹.

⁴⁶ “Menina de 10 anos estuprada pelo tio no Espírito Santo tem gravidez interrompida”. G1 Pernambuco. 07 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2020.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.upe.br/uh-cisam.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

⁴⁸ MADEIRO, Carlos. “Por que Recife foi o destino escolhido para fazer aborto de menina do ES”. Universa. 18 ago. 2020. Violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/18/10-dias-4-hospitais-2-viagens-trajeto-de-uma-crianca-em-busca-de-direito.htm>. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁴⁹ “‘Não temos dúvida’ diz médico sobre o procedimento que interrompeu a gravidez de menina”. A Gazeta. Vitória-ES. 17 ago. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/nao-temos-duvida-diz-medico-sobre-procedimento-que-interrompeu-gravidez-de-menina-0820>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Em outra entrevista, dessa vez concedida ao Diário de Pernambuco, o diretor e obstetra Olímpio Moraes Filho, responsável pela interrupção gestacional em questão, explicou que a criança chegou ao hospital em um porta-malas de carro, enquanto ele distraía os ativistas religiosos na parte externa à unidade. Segundo o depoimento do médico, a perseguição havia-se iniciado ainda no aeroporto. Na ocasião, até mesmo o número da placa do veículo onde estava a garota foi registrado. O médico declarou que: "Esse era um caso diferente. Quando eu soube do vazamento dos dados, fui pro hospital e quando cheguei estava aquela confusão. Ficamos com medo de ela não conseguir entrar. Criamos uma distração para tirar a atenção e o carro passar escondido. Ninguém viu"⁵⁰.

Após a chegada da criança no final da tarde, deu-se início ao procedimento de indução do óbito fetal, ao passo que protestos religiosos eram iniciados do lado de fora do hospital. O grupo contrário ao aborto iniciou a organização do ato de protesto após a publicação da extremista de direita Sara Giromini, declaradamente "ex-feminista", *bolsonarista* e recém saída da prisão⁵¹, que divulgou nas redes sociais, através de um vídeo⁵² no Youtube, no Twitter e no Facebook, os nomes da criança e do hospital em que o procedimento seria realizado no Recife, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No mesmo domingo, uma decisão judicial no Espírito Santo determinou, através do pedido da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, que Google Brasil, Facebook e Twitter retirassem do ar, em 24 horas, o nome e todas as informações pessoais referentes à criança, estipulando multa diária de cinquenta mil reais caso houvesse descumprimento da determinação. O Facebook informou que o vídeo já havia sido removido por promover possíveis riscos e danos a pessoas no mundo *off-line* de modo direcionado. O Youtube (pertencente ao Google) disse que não comenta casos específicos, afirmando que as suas

⁵⁰ PAULUZE, Thaiza, VALADARES, João. "Menina de dez anos entrou em hospital em porta-malas de carro enquanto médico distraía religiosos". Diário de Pernambuco. Recife. 18 ago. 2020. Notícia de Local. Disponível em: <https://diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-em-porta-mala-de-carro-enquanto.html>. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁵¹ A prisão preventiva da ativista, líder do grupo "300 do Brasil", foi decretada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, no âmbito do Inquérito (IQN) 4828, que apurava a organização de atos contra a democracia. Detida no dia 15/06/2020 pela Polícia Federal, Sara permaneceu na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, Colméia, até o dia 24/06/2020, passando a ser monitorada através de tornozeleira eletrônica. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446232>. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁵² Primeiro, Sara Giromini publicou na sua conta de Twitter (criada recentemente naquele período, após sua conta anterior ser desativada por ordem dos ministros do Supremo Tribunal Federal no âmbito do INQ 4781, o inquérito das fake news) o nome e o endereço do hospital em que o procedimento do aborto seria realizado, assim como o primeiro nome da criança vítima de abusos. Utilizou o termo "aborteiro" para se referir ao médico Olímpio. Em seguida, durante a tarde, Giromini publicou um vídeo no Youtube, em que divulgava o nome da criança e da cidade onde ela vive, também expunha o nome e o rosto do médico responsável pela realização do procedimento em Pernambuco. Esse material também foi disponibilizado no seu Instagram. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/sara-winter-comete-crime-e-divulga-dados-menina-de-10-anos-que-engravidou-apos-estupro/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

diretrizes de plataforma incluem medidas de proteção emocional ou física do bem-estar de menores de idade. Por sua vez, o Twitter explicou que possui regras claras em relação tanto ao comportamento quanto aos conteúdos que podem ou não ser compartilhados em sua plataforma, e que a violação destas regras está sujeita a medidas de ação corretiva, cooperando junto às autoridades brasileiras.

Fato importante, ocorrido após o desenrolar das pressões evangélica e católica, foi a decisão da Promotoria da Infância e da Juventude de São Mateus em investigar as pressões externas sobre a avó da criança para a não autorização do aborto. Integrantes do MP suspeitavam de pessoas ligadas a grupos políticos e instituições religiosas, em razão da apuração de áudios e conversas. Por exemplo, num áudio divulgado pela mídia⁵³, um homem afirma: “E essa equipe que eu tô [sic] colocando à disposição da senhora é uma equipe de especialistas, médicos, ginecologistas, médicos que sabem lidar com esse tipo de situação. E tão dando toda a garantia que fazer o que eles querem fazer agora é mais risco do que levar a gestação à frente e fazer uma cesárea com anestesia, com tudo correto, entendeu?”. Do que se ouve no áudio, subentende-se que a aproximação e a abordagem dessas pessoas dispensam considerar a vontade da criança e a dor da família, realizando especulações e laudos de forma imprudente e tendenciosa, delegando a terceiros o poder de decisão e colocando os atores do caso como desprovidos de agência e capacidade decisória: “... que fazer o que *eles* querem fazer agora...”.

O tema do aborto vem sendo fortemente discutido no Brasil desde a década 1990, principalmente devido ao contexto político proporcionado pela redemocratização e, em especial, após o ano de 1988, que correspondia a um momento de afirmação dos direitos humanos, possibilitando, por essa razão, que os temas da sexualidade e do gênero passassem a ser vistos e compreendidos na arena pública enquanto um campo legítimo de exercício de direitos. Essa compreensão articulava-se a tendências internacionais, em que se destaca a IV Conferência Internacional da Mulher, ocorrida no ano de 1995 e atravessada pelas ideias de direitos reprodutivos e direitos sexuais (Leite, 2017, p.129).

⁵³ “Promotoria vai investigar se grupos tentaram pressionar avó de menina estuprada a não autorizar aborto”. G1 (Fantástico). 16 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/16/promotoria-vai-investigar-se-grupos-tentaram-pressionar-avo-de-menina-estuprada-a-nao-autorizar-aborto.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2021.

Maria das Dores Campos Machado (2000), através de dados coletados nas mídias eletrônica e impressa das Igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus nos anos de 1996 e 1997, analisa e identifica o tema do aborto na mídia pentecostal enquanto um debate estimulado pela política e pela competição religiosa. Para a autora, aquele novo cenário de diversificação da presença de atores sociais, temáticas e abordagens no debate sobre o aborto proporcionava posicionamentos mais liberais, com certa flexibilização das lideranças da igreja, que passam a administrar e publicizar a diversidade de posições doutrinárias. Machado (2000) pontua que tais posicionamentos, de modo geral, expressam certa falta de alinhamento e de amadurecimento da discussão do aborto no interior das igrejas pentecostais, sendo estimulados principalmente pela competição religiosa em relação à hegemonia católica e pelos diálogos paralelos estabelecidos com a mídia secular, de modo a pluralizar os cenários político e religioso.

Apesar desse vislumbre mais liberal para os anos 90 e o início dos anos 2000, que se refletia em uma pluralização de posicionamentos políticos no campo religioso em relação aos direitos reprodutivos e sexuais e certo embate frente à posição doutrinária da Igreja católica, as movimentações religiosas e as neoconservadoras baseadas em um ideário religioso alinharam-se no sentido contrário ao progressismo. Tais movimentações se opunham, como nos informa Lia Zanotta Machado (2017), ao afastamento da sociedade secularizada em relação ao que seriam os valores familiares tradicionais, o poder masculino e a moralidade dita tradicional (Machado, 2017, p.17). Com a premência da ampliação do debate sobre o aborto e com iniciativas que objetivavam a inclusão de demandas feministas na retomada dos movimentos pela legalização do aborto no Brasil, acirraram-se as disputas e os confrontos em torno dos temas do aborto e da sexualidade, com a organização política de atores neoconservadores e religiosos em frentes parlamentares. Frentes estas que se integram sobre o preceito da “defesa de valores religiosos” em relação à noção de família “tradicional”, em oposição ao aborto e aos direitos de LGBTQIA+ (Machado, 2017, p. 19).

Como discutido por Vanessa Leite (2019), o ponto alto dessa organização de base religiosa – e do fortalecimento de conservadorismos em relação ao confronto de moralidades sexuais distintas acerca da proteção da família – está no discurso de defesa das crianças e dos adolescentes, por meio de articulações de resistências e pânico morais em torno de políticas de educação (iniciativas do MEC junto ao movimento LGBTQIA+, por exemplo) que buscavam atuar na afirmação das diversidades em relação a gênero e sexualidade. O principal caso, considerado como “estopim” propulsor do fortalecimento de uma pauta conservadora e religiosa, como enfatiza Leite (2019, p.125), foi o projeto Escola sem Homofobia (ESH) do ano

de 2011, nomeado de “kit gay” por seus opositores. Através do pânico moral criado a partir de então, com a participação de diversos atores políticos e ampla divulgação da mídia, pôde-se acompanhar fortes reações públicas que tinham como causa uma suposta ameaça à família e eram movidas pela ideia de que o Estado estaria promovendo e financiando o “aliciamento e o desvirtuamento das crianças” através do combate à homofobia (Leite, 2019, p. 124/125).

No decorrer de novas polêmicas e controvérsias nos anos seguintes, os argumentos acerca da “existência de uma orquestração gay e feminista que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família” (Leite, 2019, p.130), utilizados no pânico moral em razão do projeto ESH, foram novamente colocados em cena. Estes argumentos passaram a protagonizar novas controvérsias públicas nos anos seguintes, principalmente aquelas em relação ao surgimento do “confronto com a ‘ideologia de gênero’”, no ano de 2013, e ao contexto das eleições presidenciais do ano de 2018 (Leite, 2019, p.130). Assim, através da categoria “infância” e da necessidade de protegê-la, a categoria “pedofilia” também vem ganhando gravidade e centralidade, de forma a articular complementarmente o discurso de “defesa da família”.

Segundo Butler (2019), a “ideologia antigênero”, em sua forma tal qual conhecemos hoje, surge na década de 1990, quando a "teoria de gênero" é identificada enquanto “ameaça à família e à autoridade bíblica” pelo Pontifício Conselho para a Família: como nos explica a autora, a noção de gênero enquanto construção social deu início à convicção de que os indivíduos poderiam, ao seu bel prazer, em detrimento do "poder divino de criação" ou do "poder criativo de Deus", criar/escolher seu próprio gênero (Butler, 2019, p. 221-222). Segundo Butler o ponto alto de toda essa mobilização começou, há alguns anos, quando o Pontifício Conselho da Família, sob a direção de Joseph Ratzinger, alertou sobre os "teóricos de gênero": estes estariam colocando a família em uma posição de risco, ao passo que os papéis sociais do homem e da mulher, condizentes ao cristianismo, eram questionados quanto a sua natureza biológica (Butler, 2019, p. 222).

3.2 Das narrativas estratégicas acionadas no vídeo

Apesar de relevantes setores e agentes do movimento pentecostal brasileiro atuarem de modo a fixar uma representação totalizante através de impositivos morais e religiosos, possuindo como preceito uma lógica majoritária cristã articulada às agendas econômica e política de conservadores, não se deve pressupor que a adesão a uma agenda política conservadora e a moralidades religiosas parte apenas de sujeitos religiosos. Sobretudo porque,

segundo Flávia Biroli (2019, p. 128), a reação conservadora se caracteriza, principalmente, pela insegurança promovida por meio da fragilização dos “sistemas conhecidos de proteção”, e que, por sua vez, permeiam possibilidades para que se convoque a família, enquanto sujeito político, contra os ataques morais promovidos através da agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual e de gênero promovida por atores ligados ao campo e à linguagem dos direitos humanos. E, ainda que consideremos a parcela religiosa evangélico-pentecostal desse movimento, não podemos inferir unanimidade em relação a posicionamentos morais no que tange a atuação e representação de uma certa elite parlamentar pastoral⁵⁴. A exemplo dessa assimetria, temos os diversos comentários em oposição a *Marta Sereno* e a sua atuação contrária à realização do procedimento do aborto. Nesses comentários, vários dos seus seguidores, alguns deles cristãos que fazem questão de reafirmar as suas crenças religiosas a respeito do material audiovisual, reprovam a ação e a atitude de *Marta* diante da controvérsia do aborto.

Tereza

Meu Deus, sou cristã e não aceito o aborto, mas essa menina foi violada desde os 6 anos, [@deputadamartasereno](#), como ela iria ver essa criança no futuro?

Renata

Isso é um nojo... eu sou evangélica e tenho vergonha de vocês, minoria! Se fosse com a sua filha? Se fosse com um parente seu? Sou contra o aborto... mas esse caso é uma criança... E estupro... Se coloque no lugar de mãe!

Viviane

Você nunca me representará como cristã!!!!

Paulo

TE ASSUSTA UM ABORTO, MAS NÃO TE ASSUSTOU UMA C-R-I-A-N-Ç-A ESTAR GRÁVIDA VITIMA DE UM ESTUPRO DO PRÓPRIO TIO? Eu fico pasmo com o Cristo que vcs falam, porque o Cristo que eu conheço não agiria assim.

Felipe

Sou cristão, evangélico, mas não concordo com essas atitudes, sinto muito, Deus sabe o meu coração.

Eduarda

Você deveria sentir vergonha de se intitular cristã. Você nunca vai saber o significado disso.

Fato é que os próprios seguidores da deputada *Marta Sereno*, em sua maioria evangélicos e/ou apoiadores de sua agenda conservadora “pró-vida” e “em defesa da família”, apresentam descontinuidades e discordâncias em relação à questão do aborto. Aqui, utilizo-me

⁵⁴ Assim como demonstram certos estudos sobre a relação de LGBTQIA+ com instituições e práticas religiosas, dos quais destaco os trabalhos de Cris Serra (2019) e Marcelo Natividade (2010, 2017).

da reflexão de Efrem Filho, a partir da análise da mobilização de convenções morais de gênero e de sexualidade que se articulam a pânico morais, de que a fricção dos limites da sexualidade se desenlaça ambigualmente (Efrem Filho 2019, p. 136). Sendo tal ambiguidade produto da “assimetria existente entre as valorações morais de um projeto de cidadania operado por parlamentares religiosos e uma maior variabilidade/adaptabilidade dos fiéis no que se refere ao exercício cotidiano de suas crenças e relações” (Efrem Filho 2019, p. 136). Como se pôde observar, essa assimetria também abrange o tema do aborto, um tema de peso nos discursos e interações narrativas da deputada *Marta Sereno* nas redes sociais digitais, e que se expressa no vídeo do protesto religioso apresentado. Aqui o ponto de intersecção dessa assimetria está no abuso sexual sofrido por uma criança de 10 anos de idade – afinal, um caso de “pedofilia” –, em seu sofrimento, sua saúde e seus direitos.

O que ressoa potentemente em diferentes comentários realizados na publicação do vídeo no Instagram é a revolta para com a indignação seletiva da deputada *Marta Sereno* ao procedimento de aborto autorizado judicialmente e ao médico Olímpio de Moraes Filho, no lugar do tio da criança, autor dos abusos. O fato de *Marta* se autodenominar “pró-vida” e defensora da família criou animosidade e questionamentos sobre sua postura e sua abordagem arbitrária do caso, em que condena a criança e toda a equipe médica do CISAM, responsável pela validação de seus direitos. Muitos usuários também mencionam a pandemia da COVID-19 como um contraponto às premissas defendidas pela deputada, que sem respeitar as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) acerca da utilização de máscaras e da prática do distanciamento, realizara o protesto causando aglomeração. Afinal de contas, de que vida a deputada *Marta* está falando quando diz ser a favor da vida?

Parte dos questionamentos também levantados a partir da ação do dia 16 de agosto relaciona-se aos porquês da falta de comoção e empatia sobre as circunstâncias em que a criança foi violentada. Comentários sugeriam que, com a posição da deputada, de modo tácito, vela-se o criminoso, delegando o papel de bode expiatório ao médico Olímpio e, por correspondência, certa parcela de culpa à criança, em razão da escolha em realizar o procedimento abortivo. Como podemos perceber nos seguintes comentários, que demarcam o teor da crítica pública direcionada centralmente a *Marta*:

Rafaela

Abortar é crime e estuprar não?

Cristina

Assassinato é vc deixar a gestação continuar! Aí sim vai estar matando as DUAS CRIANÇAS! Vc esqueceu do ESTUPRO? Cadê o protesto pela prisão do estuprador? Já se colocou no lugar dessa criança? O curioso nesse país é

que a vítima é sempre a principal figura exposta!!!! Vai em busca do estuprador; da castração química; da pena de morte!!!!!!!!!!!! Palhaça.

Marcela

ELES ESTÃO APOIANDO O ESTRUPO, VÉI, QUE MUNDO É ESSE MEU DEUS? ATÉ QUANDO, MEU PAI?

Pedro

Muita lorota que sai da sua boca, a vida de uma menina de 10 anos não vale mais que a vida de um feto, a parte do estupro não se vê falar.

Uma das principais controvérsias relacionadas à realização do protesto religioso liga-se ao fato de a deputada acionar frequentemente a categoria pedofilia nas suas ofensivas contra o movimento LGBTQIA+ e o movimento feminista. Essas ofensivas se dão sobretudo em relação à chamada “ideologia de gênero” e se justificariam por sua atuação parlamentar na “defesa da família”, o que a leva ao enfrentamento a determinados projetos de lei, políticas públicas e ações judiciais atinentes a uma agenda voltada aos direitos de LGBTQIA+, como ocorreu quando de sua mobilização contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5668⁵⁵. Levando em consideração que a deputada *Marta* não faz menção ao estuprador da criança e muito menos ao verdadeiro crime em questão (a violência sexual continuada), há uma margem interpretativa para que alguns sujeitos acusem-na, de certo modo, ainda que indiretamente, de estar “apoiando” ou “defendendo” o estuprador ou, ainda, o estupro de uma vulnerável. Importa notar, portanto, a discrepância na abordagem do tema da pedofilia: quando esta abordagem se encontra alinhada a uma crítica voltada às pautas condizentes aos direitos relativos à diversidade sexual e de gênero, ou quando a abordagem vai de encontro aos ditames e diretrizes morais e religiosos que constroem as argumentações estratégicas contra o aborto, neste caso, legalmente previsto e judicialmente autorizado.

Essa estratégia argumentativa – a qual coloca crianças e adolescentes enquanto alvo de violação e controle via “sexualizações precoces” e “doutrinação de gênero” supostamente promovidas pelos movimentos LGBTQIA+ e feminista – corresponde, como nos diz Leite, à “construção de uma polarização entre os defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes e os defensores dos direitos LGBTQIA+ e também dos direitos das mulheres” (Leite, 2019, p.131). Assim, as controvérsias em torno do aborto e da “ideologia de gênero” tornam-se complementares em relação à ameaça à família “tradicional” e aos valores morais que a

⁵⁵ Em um vídeo de três minutos e 3 segundos, postado no dia 31 de outubro de 2020, a deputada *Marta Sereno* (PSC) denuncia, enfaticamente, mais uma suposta “tentativa absurda de ataque à família brasileira”. *Marta* declara: “Querem obrigar o ensino da Ideologia de Gênero, na escola do seu filho! No próximo dia 11 de novembro, o STF deverá votar a ADI 5688, que se for aprovada, obrigará todas as escolas a ensinarem Teoria de Gênero. Precisamos nos mobilizar urgentemente. Use suas redes sociais!”. A ADI 5688, ao contrário do que afirma a deputada, não propõe a obrigatoriedade do ensino da teoria de gênero, ou ainda a adoção da “ideologia de gênero”. O que a ação propõe é, na verdade, que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir o *bullying* homofóbico.

definem. É nesse sentido que a deputada *Marta Sereno* impera: “Ensine sua filha a odiar o feminismo”. Isto sugere, por sua vez, uma hierarquização qualitativa entre as violações cometidas contra crianças, tomando como parâmetro principal não os crimes em si (a pedofilia e o estupro), mas o criminoso praticante a partir de sua orientação sexual, ou ainda, a identidade de gênero.

Uma publicação em tom de justificativa, postada pela deputada *Sereno* no dia 18 de agosto, dois dias após o protesto, portanto, ajuda-nos a pensar a respeito desses termos. Na publicação há um *meme*⁵⁶ no qual dois personagens conversam. Um dos personagens, que está de óculos, caracterizado com cabelos coloridos e olhos vermelhos, chorando, diz: “Os cristãos deveriam se revoltar com o estuprador”. O outro, caracterizado como um homem loiro e branco, diz: “Nos revoltamos quando um apareceu no fantástico, mas como era um *trans*, vocês fizeram vaquinha e pediram mais empatia...”. O caso a que o *meme* em questão se refere relaciona-se à polêmica de Susy, uma detenta condenada pelo estupro seguido de morte de um menino de nove anos no ano de 2010⁵⁷. Personagem de reportagem do Dr. Drauzio Varella sobre a situação de pessoas transexuais e transgêneros no sistema penitenciário, Susy causou comoção ao revelar seu cotidiano na prisão, assim como o fato de não receber visitas há aproximadamente oito anos. A cena, assim, causou a comoção de internautas, que se mobilizaram em seu apoio. Porém estes, todavia, não sabiam do crime cometido por Susy. Aqui, mais uma vez, a discrepância das revoltas vem à tona.

Alvo de uma crítica pública massiva, o rumor principal dessa controvérsia, amplamente divulgado nas mídias digitais, é o de que a deputada houvera chamado a criança de “assassina”, o que ela nega veementemente: “Quem veiculou isso será processado!!!”. O ponto central da grande polêmica e da revolta que circundam essa disputa narrativa deve-se justamente ao fato de a deputada se apresentar enquanto representante e defensora das crianças e dos adolescentes, sob a larga esteira da “defesa da família” contra a ideologia de gênero e a pedofilia. Certamente, o absurdo dessa acusação estaria em – além de culpar uma criança de dez anos pelas circunstâncias das quais foi vítima e, nesse processo, invalidar completamente seus direitos por meio de uma perspectiva religiosa – compreender a criança enquanto agente e protagonista de sua própria violação de direitos, sujeita à condenação (divina e terrena) por se fazer valer de direitos voltados, justamente, a crianças violentadas sexualmente e mulheres vítimas do

⁵⁶ Imagens que contêm símbolos culturais e ideias, funcionando a partir de conceitos universais que podem ser interpretados localmente.

⁵⁷ “Trans abraçada por Drauzio na TV foi condenada por estupro e morte de criança.” Folha de São Paulo, 9 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trans-abracada-por-drauzio-na-tv-foi-condenada-por-estupro-e-morte-de-crianca.shtml>. Acesso em 14 de set. de 2021.

estupro. Esta inversão, proposta na disputa narrativa sobre a acusação de “assassina” realizada à criança, guarda um sentido mais profundo e que se articula às reflexões anteriores: a vida a ser defendida ali era a do conceito de vinte e duas semanas de gestação e não a da criança de dez anos de idade, abusada sexualmente durante quatro anos de sua vida. Assim, em nome do direito absoluto à vida do conceito, a anulação da titularidade dos direitos da criança é validada.

Evidenciam-se aqui elementos argumentativos próprios à narrativa jurídica utilizada pelas mobilizações conservadoras contrárias à descriminalização do aborto, como nos informa Lia Zanotta Machado (2017). A narrativa jurídica do direito absoluto do conceito reifica, emblematicamente, a subordinação da mulher. É, na verdade, narrativa religiosa que exclui princípios da narrativa jurídica baseados na ponderação entre distintos bens jurídicos:

Tal narrativa de fato propugna o valor e a volta da mulher ao lugar tradicional de subordinação, obediência e ajuda ao marido/companheiro. Propugna que o Estado regule a criminalização máxima (crime hediondo) de qualquer forma de aborto em qualquer circunstância. Visa reinstaurar, engrandecendo-o, o poder masculino familiar e, em seu nome, o controle sobre as mulheres no terreno da sexualidade e da reprodução (Machado, 2017, p. 33/34)

Desse modo, a valorização da mulher passiva ou “sensível” – como defendido pela deputada na fala em que condena e declara seu ódio ao feminismo no protesto religioso, “... para que então ela seja uma cidadã de bem, honesta, temente a Deus. Uma mulher sensível, certo? Pra ela não vir pra frente de um hospital gritar a favor do aborto, feito essas feministas estão [gritando] aí.” – é sustentada por certos enquadramentos da mulher em relação ao que seria o modelo da “família tradicional”. Este modelo fundamenta as razões e o objetivo do protesto religioso, assim como a postura da deputada frente ao ocorrido, ou seja, a de protestar contra o médico, e não contra o estupro. E, por isso, ao se referir ao feminismo, a deputada não se refere apenas ao grupo de mulheres, intermediárias favoráveis ao procedimento e opositoras do protesto religioso. *Marta Sereno* refere-se também, direta e amplamente, ao movimento social que demarca, através dos direitos sexuais e reprodutivos que defende, certo afastamento entre a sociedade secularizada e os valores ditos familiares tradicionais em seus arranjos: o poder masculino, o papel da mãe que ama seu filho/conceito incondicionalmente e o “papel adjutório” de esposa dedicada ao marido, os quais conformam, assim, a desvalia das mulheres enquanto sujeitos de direitos (Machado, 2017, p.22 e p.31).

Além da narrativa jurídica, contudo, também podem ser identificadas a narrativa da maioria cristã e a narrativa científica, que se aproximam àquelas estudadas por Machado (2017), exploradas pela deputada nas publicações ulteriores à do vídeo. Outras três publicações foram realizadas no mesmo dia, 16 de agosto, cada uma delas reforçando enfaticamente o

posicionamento “pró-vida” da deputada. A primeira, publicada logo após o vídeo, corresponde ao *tweet* da Deputada *Marta Sereno* afirmando que, dessa vez, “Recife não é a capital do ABORTO!”⁵⁸. A segunda publicação consistiu numa foto de uma ultrassonografia fetal de um concepto com a idade gestacional de 22 semanas. Enfim, a última publicação feita nesse dia é um *printscreen* de uma *live* realizada junto a Tiba Camargos, em que o debate é marcado, mais uma vez, por inúmeras críticas e ponderações de ambos os lados.

Apresentador da TV Canção Nova e uma importante liderança do movimento “pró-vida” no Brasil, Tiba Camargos vem despontando por ser responsável por diversas articulações entre diferentes entidades e movimentos pró-vida. Na *live* da captura de tela em questão, Tiba mostrava como é feito o procedimento para o “assassinato” do “bebê no útero de sua mãe”, segurando em suas mãos a réplica de um bebê de cinco meses. Essa parceria demarca, de modo reificado, o posicionamento mais rígido da Assembleia de Deus, mais especificamente da *Tempos de Glória*, em relação ao tema do aborto, de modo a se alinhar a um discurso católico de criminalização, vetando o aborto em todas as situações e contextos, inclusive nesse caso, em uma situação de abuso sexual infantil continuado.

Desse modo, conclui-se que a deputada não defendia o estupro, mas sim, o modelo de família tradicional. Porém, mesmo que a série de abusos sofrida pela criança não reflita nem se ampare, de modo algum, a preceitos e diretrizes propostas por moralismos religiosos provindos de um suposto modelo tradicional de relacionamento conjugal, a postura da deputada endossa “a perspectiva biológica reducionista do binarismo de gênero”, assim como uma “hierarquização das orientações sexuais” (Leite, 2019, p. 130), esta última em relação à identidade de gênero e à orientação sexual do pedófilo agressor. Mesmo a criança possuindo dez anos de idade, e sendo impensável a suposição de certa obrigatoriedade em relação à maternidade, ela deve ser “sensível”, “passiva” aos desígnios morais de uma ordem superior, “aceitar” o seu devir enquanto mulher e mãe, conformar-se em objeto de proteção assistencial, assim como submeter-se a um poder masculino familiar que se traduz na figura de seu tio. Tudo isto consagrando aspectos da sacralidade heterossexual e da procriação obrigatória. É justamente por intervir na consumação plena desse poder divino, interrompendo a gravidez, que o médico Olímpio de Moraes Filho está no topo desta hierarquia de agravos, referente ao concepto de vinte e duas semanas descrito como vítima maior. Enfim, por isso, odeia-se, primeiramente, o médico, e, somente depois, o estupro.

⁵⁸ Tais publicações encontram-se sem comentários, devido à desativação dos comentários na publicação.

3.3 Atos político-religiosos e suas mobilizações

Nos dias que se seguiram à publicação do vídeo, a deputada *Marta Sereno* tentou desfazer alguns rumores e supostos mal entendidos sobre sua atuação no protesto. Fez isso através de publicações, como reportagens e *reposts* de outras autoridades religiosas e sobre suas atividades profissionais na ALEPE, que visavam a enfrentar questões como o aborto, a pedofilia e o gênero, reforçando as bandeiras políticas “pró-vida” e “em defesa da família”. Fotos da deputada *Marta Sereno* ao lado do seu marido, o *Ricardo Sereno*, e ao lado de suas duas filhas também foram publicadas reiteradamente. Dá-se que estas mobilizações discursivas político-religiosas, realizadas por *Marta Sereno*, acerca da relação entre os “direitos humanos” (enquanto emblema de um novo regime secular, sinônimo da desregulação moral cristã) e o aborto (enquanto pecado e crime), atravessam, inexoravelmente, significados e valores implicados em “ser mulher” e “ser mãe”. Estes investimentos, baseados em valores morais e fundamentos religiosos, acabam, assim, acionando o modelo das relações familiares “tradicionais”. Daí a importância de estampar suas relações familiares afinadas ao modelo tradicional, além de discutir temas ligados à “defesa das crianças e da família”.

Nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, foram realizadas, ao total, 410 publicações no perfil da deputada no Instagram. Nota-se nessas postagens a adoção de uma postura mais incisiva de *Marta Sereno* junto aos temas referentes às agendas dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos de LGBTQIA+. Há também um aumento em suas publicações diárias, dentre fotos, fotomontagens, vídeos, reportagens e *stories*. No mês de agosto foram realizadas 66 publicações, das quais 13 fazem menção ao tema do aborto e 4 ao tema da pedofilia. Em setembro, com 81 publicações, o aparecimento desses temas decaiu bastante, ainda que venham à tona esporadicamente: são feitas duas menções ao tema do aborto, e uma à pedofilia. É a partir daí que temos o aumento, considerável, das referências e acionamentos da categoria “família”, de forma direta e indireta, por meio de fotos em família (*Marta* e as filhas, *Marta* e o marido), de atividades religiosas, de suas denúncias, como também das discussões acerca do uso de drogas e da “ideologia de gênero”.

Esse predomínio temático se repete nos meses seguintes, até dezembro, com, respectivamente, 90, 86 e 87 publicações nos meses de outubro, novembro e dezembro. Aqui, principalmente nos meses de outubro e novembro, há um maior engajamento sobre a pauta da “defesa da família”, devido à campanha eleitoral do pastor *Ricardo Sereno* (Podemos) realizada pela deputada *Marta Sereno* também através de sua conta de Instagram. Como discuti no capítulo anterior, na sua campanha a vereador do Recife, o pastor *Ricardo Sereno* apresentou a

sua agenda política como orientada à “defesa dos valores da família”, à oposição à “ideologia de gênero” e a “ofensas religiosas”, ao “combate às drogas” e ao “comunismo”. O fato de ser “cristão e conservador” também ganha ênfase nos materiais de campanha. Todos esses temas são atravessados, como mencionei, pela noção de “família tradicional” tomada enquanto sujeito político, ostensivamente reificada a cada uma dessas publicações. E é por isso que todos esses temas repousam, sem demais dificuldades, sob o seu slogan de campanha: *“Se a mulher for guerreira, e o cabra for macho, vem pra cá também!”*.

Considerando as reflexões de Ronaldo de Almeida (2019) sobre o segundo tabuleiro, lembro que as manifestações de rua até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, contaram, paralela e virtualmente, com as redes sociais como uma plataforma de “expressão e discussão política por meio de opiniões e compartilhamentos”. A militância virtual, assim, para o autor, foi fundamental na organização dos protestos, além de fomentar a formação de correntes de opinião alternativas da grande imprensa. Almeida ressalta, ainda, que a plataforma digital teve papel decisivo na aprovação ou na reprovação da representação política durante a campanha eleitoral de 2018.

Nesse sentido, atento-me às reflexões, acerca de mais alguns aspectos da utilização das mídias no estabelecimento da mediação religiosa, propostas por Patrícia Birman e Carly Machado (2012) em “A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole”, através da análise que desenvolvem de vídeos postados no Youtube pelo pastor Marcos Pereira, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD). As autoras nos informam que a ADUD promove um conjunto de ações voltadas a espaços exteriores, especialmente no interior de favelas e periferias, instituindo o “mundo do crime”, “cotidianamente evocado” como o “outro”. Essas ações são viabilizadas por meio da mediação audiovisual, de modo a fazer com que “territórios, pessoas e identidades formem um conjunto em analogia à comunidade de fiéis” (Birman e Machado, 2012, p. 57). Por conseguinte, as “relações entre os espaços internos e externos são ritualmente trabalhadas” no sentido de produzir e reiterar essa analogia, na construção de sentidos e aproximações. Constrói-se então uma “percepção evangélica” dos territórios à margem, do Estado e da população, pondo em prática “soluções cristãs” como instrumentos de intervenção em problemas sociais. Esse movimento proporciona à mídia em questão o caráter de “um canal investido de poder religioso e secular direcionado às intervenções da igreja a um só tempo religiosas, sociais e políticas” (Birman e Machado, 2012, p. 56).

Seguindo a análise de Patrícia Birman e Carly Machado (2012) sobre a dinâmica desse processo, recordando as formas com que *Marta* retrata a cidade do Recife e, não menos vezes,

o Brasil por meio de suas mobilizações on-line e usos da rede social digital do Instagram, acredito haver reformulações e configurações de espaços disputados politicamente. A partir do discurso e dos conteúdos publicados, percebe-se a utilização da gramática religiosa, o que alude a um poder pastoral (e político) voltado para a construção e a formação de saberes e posicionamentos político-religiosos pautados em modelos predispostos religiosamente sobre gênero e sexualidade. Tal gramática se realiza também articulada a outras narrativas, através da oposição e da diferenciação moral, estética e comportamental a um modelo de esquerda “comunista” e “feminista”, constantemente reafirmado e ressignificado.

Aqui, o próprio exercício político é relativizado e ressignificado de acordo com diretrizes e princípios religiosos; a esfera pública e os “espaços políticos”, de certo modo, ganham conotações religiosas, através da gramatização religiosa do debate público sobre sexualidade e gênero, por exemplo. Do mesmo modo, “espaços religiosos” ganham conotações políticas, ao passo que são configurados ou refletidos sob um viés político, ou seja, secular, por meio da atuação desses atores, de uma narrativa jurídica e de uma linguagem de direitos na qual se implicam para se fazer valer democraticamente de seus preceitos e convenções religiosas. Assim, o *microblog* da deputada *Marta Sereno* adquire o caráter de uma militância santificada/abençoada, um canal comprometido com a justiça e com a verdade, porque baseado no bem maior da “família tradicional brasileira” e, por isso, comprometido com os preceitos de Jesus, “O Rei, o Deus do Brasil”. Tais observações, assim, evidenciam disputas a espaços da/na cidade, ao passo que esta encontra-se no centro das mobilizações e disputas empreendidas por *Marta* (acerca da visibilidade evangélica e na conformação de seu projeto de sociedade) e de suas denúncias e pautas políticas. Operam aqui uma atribuição de novos sentidos ao espaço público e diferentes formas de pensá-lo e estar nele, de reivindicá-lo (Castells, 2013).

É por meio dessa breve reflexão que me volto à análise e às observações de Judith Butler (2018) acerca da noção de *ação política*. Para isso, proponho uma revisão rápida sobre o que é e do que se constitui uma ação desse tipo dentro da perspectiva da autora. Assim como o seu entendimento de *público*, já anteriormente explorado, a ação para Butler é relacional. Relacional porque é direccionalmente exteriorizada. Agir, supõe um *outro*: outro sujeito, outro corpo. Contudo, nem toda ação pode ser considerada enquanto política.

Sendo assim, a diferença entre essas duas categorias da ação residiria, de modo sucinto, na capacidade de determinada ação, em suas potencialidades de produzir determinados efeitos e acontecimentos, ou seja, na dimensão de sua *performatividade pública*. E, em meio ao debate que Butler estabelece com Hanna Arendt a respeito da formulação da concepção de “espaço de aparecimento”, desenvolvida por Arendt em sua obra “*The Human condition*” ([1958], 2016),

Butler (2018, p.82) reafirma que a ação política tem como um dos seus efeitos a produção de *localidades*. Isto porque a ação política incide no espaço urbano, de tal modo que este mesmo espaço urbano passa a ser, factualmente, constituído e ressignificado, em seus usos e sentidos, por essa ação política. O espaço urbano, assim, alça ao caráter de público. Como discutido brevemente no capítulo anterior, os espaços urbanos para Butler são equipamentos, suportes materiais e virtuais, utilizados pelos corpos:

Deixamos de lado parte do objetivo dessas manifestações públicas se deixamos de ver que o próprio caráter público do espaço está sendo questionado, ou até mesmo disputado, quando essas multidões se reúnem. Então, embora esses movimentos dependessem da existência anterior de calçadas, ruas e praças, [...] é igualmente verdadeiro que as ações coletivas agregaram o próprio espaço, congregam a calçada, organizam e animam a arquitetura. Do mesmo modo que devemos insistir na existência de condições materiais para a assembleia e a fala públicas, também temos que nos perguntar de que maneira as assembleias e a fala reconfiguram a materialidade do espaço público e produzem, ou reproduzem, o caráter público desse ambiente material. (Butler, 2018, P. 80).

Trata-se, assim, de uma noção de espaço político muito transponível. Enquanto a política demanda o espaço de aparecimento, o espaço, por sua vez, faz surgir a própria política ou, seguindo o conceito utilizado por Butler, o próprio espaço de aparecimento. O espaço de aparecimento é, senão, o espaço de promoção da visibilidade do sujeito, de visibilidade daqueles corpos reunidos. Contudo, é necessário observar que, para além da produção política, os espaços urbanos também agem, material e imaterialmente, sobre os corpos em aliança. Não agimos sobre o espaço, e sim, com ele. Nas palavras de Butler (2018, p.95):

Os corpos nas ruas transferem o espaço de aparecimento a fim de contestar e negar as formas existentes de legitimidade política - e assim como algumas vezes preenchem ou assumem o controle do espaço público, a história material dessas estruturas também atua sobre elas, tornando-se parte da sua ação, refazendo uma história [...] Ao tirar esse poder, um novo espaço é criado, um novo "entre" corpos, por assim dizer, que reivindica o espaço existente por meio da ação de uma nova aliança, e esses corpos são tomados e animados por esses espaços existentes nos próprios atos por meio dos quais reivindicam e reconstituem seus significados (Butler, 2018, p. 95).

Dessa forma, a ação política acaba por se imiscuir ativamente na organização espacial do poder, o que acaba, por sua vez, promovendo restrições e limitações referentes às localizações do espaço onde, nas e por meio das quais, esses corpos podem aparecer (BUTLER, 2018, p. 95). A ação política a qual me debruço reflexivamente nesta seção é a mesma a qual Butler chama de “assembleia”, ou seja, o movimento de aliança entre corpos, a experiência de multidão. E são, portanto, esses corpos em multidão que promovem, ainda que local e temporalmente, a transformação de determinado espaço em seu espaço de aparição. Assim, a segunda característica diferencial da ação política é, necessariamente, a constituição de espaços

de aparecimento. O espaço de aparecimento e a experiência de assembleia, de modo geral, são fomentados e produzidos por meio da sensação de engajamento.

Para a constituição de um espaço de aparecimento, a ação requer uma disposição maior de pessoas, sendo por esta razão a sua natureza política: no momento da produção do espaço de aparecimento, todos os presentes constituem ali a sua *aliança*. A aliança pressupõe antes de tudo, reforça Butler, uma ética baseada e voltada para a coabitação desses corpos (Butler, 2018, p.122). Há o corpo enquanto sua fundamentação material. Ou seja, a materialidade que fomenta a aliança é, inexoravelmente, o corpo, essência da ação. O corpo, assim, apresenta-se como o foco das ações políticas, ao passo que também é sujeito – porque age – e equipamento dessas mesmas ações, pois que possibilita a ação de outros corpos em aliança.

A ética da coabitação é, em consonância a Butler, uma *cena*, uma performatividade pública: pois se constitui em um tempo e um espaço específicos, fomentando seus novos sentidos, suas novas localidades. Sendo estas últimas fundamentais e indispensáveis para promover a ideia de aparição. E é por isso que, quando o movimento de assembleia é então encerrado ou acaba por distintos motivos ou causalidades, dissipando-se, a ética de coabitação também tem o mesmo fim.

A cena da ética de coabitação tem caráter público e performativo. Por isso a dimensão da performatividade pública dos eventos aqui documentados – principalmente o protesto político-religioso descrito em detalhes – mostra-se tão importante. A ação performativa pública é aquela que produz efeitos, que se desdobra de forma contingente e indeterminada no espaço público, ou seja, em espaços urbanos ocupados e questionados à medida que a ação política de assembleia suspende o seu poder “afirmador” e sua legitimidade. É uma ação que possui como objetivo a visibilidade pública. Corpos reunidos exercem o poder performativo, reivindicando o público, por meio do discurso, e sobretudo por meio de suas corporalidades. Essas ações têm por finalidade promover a reconfiguração do que é/será público, o que será um espaço político (Butler, 2018, p. 84).

O exercício performativo da ação política pode ocorrer apenas “entre” corpos, em um espaço que se constitui na relação do meu corpo com o do outro (Butler, 2018, p. 86). *Somos socialmente* em relação a um outro, nossa apresentação corporal será interpretada e significada por um outro, podemos aparecer de diferentes modos, os quais não se pode ver ou ouvir. Desse modo, tornamo-nos disponíveis corporalmente para um outro que não podemos controlar ou compreender completamente (Butler, 2018, p. 86).

Penso que, ao tratar do aspecto público da performatividade das ações políticas, é possível estabelecer um pequeno diálogo com a concepção/conceituação da performatividade

de gênero presente na obra “Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade”, também de autoria de Butler (2003), de modo a promover uma correlação entre os dois conceitos, auxiliando a compreensão acerca da performatividade pública promovida e mobilizada pela deputada *Marta Sereno*, tanto em seu Instagram quanto nos espaços urbanos da cidade do Recife.

Butler, na obra citada acima, não está simplesmente pensado o gênero. Acredito que o ponto principal em suas observações corresponde à formação do sujeito a partir do gênero, ou melhor, das normas de gênero. O gênero, para a autora, configura-se enquanto um campo fundamentado em ambivalências, o que chamamos de “homem” ou “mulher”, bem como “masculino” e “feminino”, corresponde assim a uma ficção política encarnada, teatralizada. Essas ficções políticas correspondem à produção de identidades e de modos de vida condicionados culturalmente pelo gênero.

É por meio do gênero e das tecnologias, práticas e discursos que o conformam, que o corpo então se corporifica. É a partir do gênero que se inscreve o corpo, seja como uma prática social ou uma relação social. O gênero, assim, é um *modus* de funcionamento, uma tecnologia, um conjunto de atos corporais estilizados e mimetizados que irão se definir relacionalmente e corporalmente, em uma relação de oposição e complementariedade.

Se o gênero é constituído de forma relacional, compreende-se que a formação do gênero, sua conformação, não se dá no âmbito privado tão somente, e sim no âmbito público. Isto posto que a performatividade de gênero deve ser compreendida como uma prática reiterativa e situacional (Butler, 2003, p.154):

[...] as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2003, p. 156).

O gênero, então, possui um caráter público, sendo, sem embargos, o condicionante ocidental para a possibilidade da condição de reconhecimento e, muitas vezes, um codificador de humanidade nas diversas dinâmicas sociais e culturais. É, assim, parte de um regime significativo acerca do que é ser humano, em outras palavras, ser um sujeito reconhecível, digno de reconhecimento. Tornamo-nos humanos à medida que nos tornamos homens ou mulheres.

Ainda que a performatividade de gênero seja considerada um “modo de nomear um poder que a linguagem tem de reproduzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos” (Butler, 2018. P.35), segundo a autora, compreender a formação do gênero é também compreender as manifestações de massa. Desse modo, temos uma performatividade considerada por seu caráter linguístico relacionado aos atos corporais performativos.

É que as normas de gênero não são apenas absorvidas conforme sua imposição, de modo unilateral ou passivo, elas também nos produzem à medida que nos informam os modos de corporificação a serem adquiridos e conformados ao longo do tempo. Estes modos de corporificação podem, assim, questionar ou legitimar estas mesmas normas, no sentido de rompê-las, perpetuá-las ou as impor, de forma que a reprodução de gênero é sempre uma negociação com o poder, pois que o gênero não existe sem a reprodução das normas (Butler, 2018, p. 37-39). Nas palavras da autora:

A performatividade de gênero presume um campo de aparecimento no qual o gênero aparece, e um esquema de condição de reconhecimento dentro do qual o gênero se mostra {...}; e uma vez que o campo de aparecimento é regulado por normas de reconhecimento que são hierárquicas e excludentes, a performatividade de gênero está assim ligada às formas diferenciais por meio das quais os sujeitos se tornam passíveis de reconhecimento (Butler, 2018. P. 44).

Parece-me que a ampliação do conceito de performatividade operado por Butler (2018) é justamente parte do esforço realizado pela autora para pensar que a experiência pública de gênero, das relações que o constituem, não compreendem apenas o gênero, estas relações constituem também qualquer identidade política. Toda identidade política é fomentada, elaborada, construída para ser vista, sendo experimentada por uma cena de aparição. A multidão é, deste modo, uma forma de performatividade.

Da mesma forma como se aprende a se constituir como indivíduo e um sujeito generificado e, portanto, produzido por performatividades masculinas e femininas dentro de um sistema binário, faz-se essa constituição também como ação política. Esta ação é realizada ao passo que se constituem diferentes performatividades militantes e os processos que deflagram a condição de possibilidade de coabitações e alianças diversificadas.

É por isso que a atuação e as mobilizações da deputada *Marta Sereno*, tomando a Internet enquanto tecnologia, equipamento e também, indubitavelmente, como um espaço transformado e vertido em caráter público, são tão importantes e demonstram em complexidade as relações e usos das plataformas de redes sociais, em especial o Instagram, em sua popularidade e viés corporificado e, portanto, performativo.

É por meio do Instagram que diversos movimentos e protestos são agendados, informados, lembrados, registrados e divulgados. Muitos deles são acompanhados pela audiência sincronamente, ou seja, em tempo real à realização destas ações políticas. Estas ações são estrategicamente planejadas, possuem como objetivo a criação de um espaço de aparecimento, bem como a transformação do espaço ocupado e utilizado enquanto

equipamento. Este espaço que está sendo disputado em seus sentidos históricos, políticos, culturais.

O CISAM, então tomado pelas orações e xingamentos, debates e julgamentos, não é mais um hospital. Torna-se qualquer outra coisa, outro espaço, que está sendo utilizado publicamente para oração, deliberação pública, para a aparição de sujeitos políticos, homens e mulheres, que, dentre muitas outras coisas, tomam as questões de gênero e a defesa de suas normatividades, em nome da família, como o cerne de sua agenda. Esta é a cena. O hospital é transformado em um outro espaço, repito. Um espaço que, para ser adentrado, antes de tudo, implica o conflito e o embate, sendo preciso considerar aqueles corpos-equipamentos ali dispostos, apostos: um espaço em que a criança deve entrar *escondida, constrangida e desumanizada* dentro de um porta-malas. E esta é uma das materialidades produzidas pela multidão liderada pela deputada *Marta Sereno*, enquanto esta outra localidade é também produzida.

O engajamento desta aliança, é preciso observar, não é precisamente uma ação calculada, pensada. O engajamento é um sentimento gerado pela experiência de multidão, que inclui afetos e emotividades (Butler, 2018, p.198). O sujeito da luta política é constituído na própria cena de assembleia. Ele passa a se compreender e a se engajar com forças políticas específicas a partir das cenas e da sensação de produção de uma localidade, da sensação de *corpo social*, ou seja, a partir da relação entre corpos e do corpo enquanto equipamento:

Se o sujeito plural é constituído no curso da sua ação performativa, então ainda não está constituído; seja qual for a forma que tenha antes do seu exercício performativo, não se trata da mesma forma que toma no curso da ação e depois de ter agido. [...] Não se trata de um ato, mas de uma convergência de ações diferentes umas das outras, uma forma de sociabilidade política irreduzível à conformidade. [...] Serialidade e coordenação temporal, proximidade corporal, amplitude auditiva, vocalização coordenada – tudo isso são dimensões essenciais da assembleia e da manifestação. (Butler, 2018, p.194).

É assim que outros sentidos, tanto do orgânico (no que se refere às corporalidades) quanto do político (relações entre essas corporalidades), são indexados. Sentidos que são compreendidos como representação da própria performatividade de assembleia. A cena do protesto religioso (como de todas as outras mobilizações realizadas nas cidades do Recife e do estado de Pernambuco) torna-se politicamente potente no momento em que foi apresentada por meio de registros audiovisuais da cena comunicada em tempo real. As tecnologias de mídia utilizadas ali não só reportam e garantem a visibilidade da cena, como também fazem parte da ação. O Instagram de *Marta*, assim, é também a cena e o espaço da ação em suas dimensões audiovisuais, de forma estendida e replicada, alterando e promovendo a delimitação e

transponibilidade da mesma. Como nos diz Butler (2018, p. 101), “a mídia estende a cena em um tempo e em um lugar que incluem e excedem a sua instanciação local”.

Assim, a cena depende da mediação para ser considerada como a cena a que se pretende. Os meios de comunicação, as *lives*, vídeos etc., atestam-na em importância e legitimidade. O local demanda ser reformulado exteriormente, fora de si mesmo, para que seja considerado como localidade. Tais tecnologias deflagram novas formas de ação política, formas em que o instrumento (celular, câmera etc.) é uma extensão corporificada da ação em si (Butler, 2018, p.102).

Penso ser necessário, diante dessa discussão, refletir a respeito de algumas questões referentes ao objeto de estudo de Butler, suas observações e conjecturas analíticas em “Corpos em aliança e a política das ruas” (2018). Na obra citada, a autora se volta aos movimentos sociais e à política contemporânea das ruas, suas lutas por justiça social, na busca de garantir direitos plurais que são, a um só tempo, coletivos e corporificados. Butler lança mão de diversas ocorrências mundo a fora enquanto objetos de análise dessas mobilizações protagonizadas por populações caracterizadas como *precárias*. Ela cita, por exemplo, os movimentos promovidos contra regimes “tirânicos” e ditatoriais, como os ocorridos no inverno de 2011 no norte da África e no Oriente Médio; o movimento trabalhista na Europa e no Hemisfério Sul; a luta travada pela educação pública nos Estados Unidos e na Europa; e as mobilizações de feminista e LGBTQIA+ no Chile e suas demandas por segurança e reconhecimento (Butler, 2018, p.83).

Tais movimentos surgem a partir da compreensão de assujeitamento a condições socioeconômicas desiguais, compreendidas enquanto precariedades socialmente dirigidas e distribuídas. Esses grupos são compostos por pessoas provenientes de diferentes contextos de vulnerabilidade, como os de classe, raça, religião, gênero e sexualidade, e atravessam, portanto, diferentes “comunidades” de formação linguística e cultural (2018, p. 77). Eles forjam alianças com o propósito de obter reconhecimento político e legal de seus corpos e de seus direitos. A precariedade é, nas palavras de Butler (2018), “... uma exposição não administrável à perda, ao prejuízo e à indignidade arbitrários” (p.78), sendo a sensação de experimentação das precariedades tanto singular quanto plural:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte (Butler, 2018, p. 40).

Porém, no que analiso neste texto, a aliança é instrumentalizada de modo a garantir determinadas atribuições de direitos a um público delimitado (identificado enquanto

evangélico, conservador, “cabra macho” ou “mulher guerreira”) ao passo que sujeitos marcados por relações desiguais de gênero e sexualidade são privados de direitos básicos e têm suas lutas deslegitimadas: as precariedades elencadas no Instagram de *Marta Sereno*, relacionadas a saúde, infraestrutura, segurança, economia ou, principalmente, sexualidade, gênero e educação, são abordadas e problematizadas mediante vieses religiosos e conservadores. São precariedades forjadas em um viés normativo e religioso, e que muitas vezes se baseiam em razão do caráter performativo das apresentações de gênero que diferem destes vieses.

Assim, toda e qualquer precariedade retratada passa também a ser uma precariedade moral, intensificada e aludida temerosamente por uma suposta precariedade política generalizada por parte da esquerda e de suas supostas ameaças à família. E é por meio dessas “precariedades morais”, se é que podemos chama-las assim, retratadas e discutidas que há o estímulo e as condições de possibilidade para a promoção de uma aliança, e portanto, do efeito de assembleia, tanto virtualmente quanto presencialmente.

4 FAZENDO-SE BOLSONARISTA

4.1 De Jaboatão dos Guararapes ao cenário político nacional

Marta Sereno iniciou sua carreira política no Partido Social Cristão. Seu ingresso e sua candidatura pela sigla foram anunciados no dia 29 de março de 2018. Ela recebeu o convite do então presidente estadual do PSC de Pernambuco, à época pré-candidato ao Senado, o deputado estadual André Ferreira, hoje filiado ao Partido Liberal (PL). Inclusive, sua ficha de filiação foi abonada pelo próprio André Ferreira. Estavam presentes na solenidade o irmão de André, Anderson Ferreira (então membro do PSC, atualmente membro do PL), prefeito de Jaboatão dos Guararapes, o seu cunhado, o vereador do Recife Fred Ferreira (PSC), assim como o vereador Renato Antunes (PSC).

O pai de *Marta*, o Pastor *Antônio Sereno*, também estava presente à solenidade. *Marta* foi indicada oficialmente pelos membros da Igreja *Tempos de Glória* para representar a congregação como pré-candidata a uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) nas eleições de outubro daquele ano. Em seu Instagram, em publicação de fotos da cerimônia de filiação, realizada no dia 30 de março de 2018, ela declara:

Deus no comando!
 Hoje me filiei ao partido Social Cristão, um momento muito importante para mim. Quero agradecer ao Presidente do partido Dep. André Ferreira, meu prefeito Anderson Ferreira, me sinto honrada em fazer parte desse grupo em Defesa da Família. Agradeço também a todos que estiveram comigo nesse evento.
 Aos meus queridos amigos que me acompanham no *face* e declaram seu apoio a essa causa [#EmDefesaDaFamília](#), quero dizer que cada palavra me incentiva a lutar e a vitória não é minha, mas de cada família!!!!

Após alguns meses, no dia 03 de agosto de 2018, houve a oficialização da pré-candidatura de *Marta Sereno* à deputada estadual pelo PSC.

A Família Ferreira, também autoidentificada como conservadora e evangélica, membro da Igreja Assembleia de Deus e oriunda do segundo município mais populoso de Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes, é representada publicamente pelo patriarca Manoel Ferreira, por seus filhos André e Anderson Ferreira, bem como por seu genro, Fred Ferreira. O grupo pernambucano ganhou grande notoriedade e destaque no estado. Como colocado por Taciana Carvalho (em matéria publicada no dia 15 de setembro de 2017, intitulada “O clã dos Ferreira e a força da religião evangélica”), a família concentrou forças e se perpetuou na política, ainda que, de início, discretamente.

De forma geral, a família Ferreira é conhecida e reconhecida pelo seu posicionamento conservador e religioso, pela defesa da família e dos valores cristãos. Cito aqui parte da entrevista de Fred Ferreira, novamente, ao *LeiaJá*, em que afirma que seu mandato estaria voltado, de forma prioritária, à defesa do “evangélico e do evangelho em si”¹. Ao longo de seus mandatos, os membros da família protagonizaram momentos polêmicos, como a proposição do projeto Estatuto da Família [6583/13], de autoria de Anderson Ferreira na Câmara dos Deputados. No projeto em questão, o deputado afirmava que a família seria, por definição, formada por uma relação heterossexual, ou seja, entre um homem e uma mulher. Anderson, sob as constantes críticas² ao seu projeto, afirma que se utilizou da Constituição Brasileira para “balizar” o PL³.

Outros projetos polêmicos foram propostos por seu irmão gêmeo, André Ferreira. Ganham destaque, mais especificamente, dois projetos propostos durante os seus mandatos como vereador na Câmara Municipal do Recife: o primeiro diz respeito ao projeto de lei ordinária (PLO) nº 69/2007, que dispõe acerca da afixação de cartazes ou placas informativos relacionados a Assistência Religiosa em locais visíveis, como em portarias e recepções de hospitais, sejam públicos ou privados. O segundo refere-se ao PLO nº 164/2007, que torna obrigatória a disponibilização de, ao menos, uma Bíblia Sagrada nas bibliotecas públicas do Recife.

O fato de ser uma das famílias com maior representação evangélica em Pernambuco permitiu ao grupo que se expandisse e se consolidasse nas cenas políticas pernambucana e nacional⁴. Aqui vale ressaltar que a família Ferreira ganhou grande impulso político por meio do seu posicionamento favorável ao processo e à votação de impeachment da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, e posteriormente por seu apoio ao então candidato Jair Bolsonaro, na época filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

Além da movimentação direcionada a cargos políticos federais, a família Ferreira promoveu construção de outra chapa competitiva. Esta, por sua vez, voltada à conquista de, no mínimo, quatro cadeiras na ALEPE, superando os 150 mil votos para as eleições de 2018. Aqui, temos o patriarca e precursor político Manoel Ferreira como líder do projeto. É nesse sentido que *Marta Sereno* é cooptada pelo Partido Social Cristão. Para se ter ideia da importância dos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes, as quatro zonas eleitorais que obtiveram mais votos para *Marta Sereno*, nas eleições de 2018, foram Recife, com 17.122 votos, seguido por Jaboatão dos Guararapes com 8.322 votos, Olinda com 4.136 votos e Paulista com 3.069 votos⁵.

E não muito surpreendentemente, a parceria entre as famílias se consolidou para além da cena política. Após as eleições de 2018, as famílias *Sereno* e Ferreira, consolidam a sua parceria também em âmbito religioso: no início do ano de 2019, Anderson Ferreira (PR), então prefeito de Jaboatão, torna-se membro da Assembleia de Deus *Tempos de Glória*. Sua entrada, no dia 07/01/2019, teve ampla divulgação pela mídia digital, como, por exemplo, através da publicação de uma matéria, de autoria de Carol Brito, no Blog da Folha de Pernambuco (Folha PE). Além disso, outra visita dos Ferreiras aos cultos ministrados pelos *Sereno* foi registrada e divulgada: no dia 02 de maio de 2019, em cerimônia de aniversário do Pastor *Ricardo*⁶, no cenáculo localizado na Avenida Cruz de Cabugá, situado no bairro Santo Amaro, município de Recife. Estavam presentes Anderson, seu irmão André Ferreira e seu cunhado Fred Ferreira (PSC)⁷. Na ocasião, Anderson sobe ao púlpito, ministra a palavra e canta um “louvor”⁸. A cerimônia teve grande destaque, com caráter de grande evento religioso, contando com a presença de um número elevado de fiéis.

Colegas desde a Câmara dos Deputados, Anderson Ferreira teve sua candidatura ao Governo de Pernambuco, em 2022, ostensivamente apoiada pelo então presidente Jair Bolsonaro, quem, desde 30 de novembro de 2021, encontra-se filiado ao mesmo partido de Anderson, o PL. O ex-presidente refere-se a Anderson Ferreira como um “velho amigo de parlamento”⁵⁹.

Dentro do campo político e de suas parcerias, pode-se notar uma relação de prestígio e afinidade entre Bolsonaro e os Ferreira, recorrentemente afirmada, reafirmada e marcada por algumas sutilezas – se é que podemos chamar assim as polêmicas “caronas”⁶⁰ no avião presidencial concedidas aos irmãos André Ferreira e Anderson Ferreira em diferentes ocasiões. Durante o período em que foi prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira recebeu o apoio do Governo Bolsonaro de forma enfática. Pode-se citar as visitas a Jaboatão do ministro do turismo Gilson Machado, em janeiro de 2021, e de Rogério Marinho, ministro de desenvolvimento regional, em abril de 2021.

Na primeira ocasião, houve um repasse de 14,4 milhões para investimentos na revitalização da orla da cidade de Jaboatão⁶¹. Na segunda ocasião, o ministro Marinho anunciou

⁵⁹ Disponível em: <https://ricardoantunes.com.br/bolsonaro-parabeniza-anderson-ferreira-pelo-premio-da-onu/>. Acesso em: 28 de jul. de 2022.

⁶⁰ Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/03/14964650-anderson-ferreira-volta-de-brasilia-no-aviao-com-bolsonaro-para-evento-militar-em-paudalho.html>. Acesso em: 28 de jul. de 2022; Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2019/05/24/bolsonaro-da-carona-para-andre-ferreira-em-aviao-presidencial-e-irmao-prefeito-em-jaboataoitura/index.html>. Acesso em: 28 de jul. de 2022.

⁶¹ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/ministerio-do-turismo-garante-investimento-de-r-144-milhoes-na-orla/168238/>. Acesso em: 17 de fev. de 2021.

investimentos da pasta a serem direcionados à infraestrutura da cidade⁶². Foi também no mês de janeiro de 2021 que Anderson Ferreira, então prefeito de Jaboatão, recebeu a visita do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Gustavo Montezano, para o fechamento de um contrato de parceria público-privada destinado a um projeto de iluminação pública, com previsão de 140 milhões de reais a serem investidos até o ano de 2022⁶³.

Além disso, no ano de 2019, no terceiro ano como prefeito de Jaboatão, Anderson recebeu a visita do ministro da Casa Civil e do ministro-chefe da Secretaria do Governo, Luiz Eduardo Ramos, assim como da ministra da mulher e da família, Damares Alves, para o lançamento dos projetos “Qualifica Mulher”, voltado ao incentivo do empreendedorismo a mulheres ribeirinhas, e “Salve uma mulher”, um programa de treinamento de profissionais que atuam no serviço ao público feminino.

A proximidade entre Bolsonaro e Anderson, desse modo, não é o que pode ser considerado uma novidade. O mesmo ocorre com o irmão gêmeo de Anderson, André Ferreira. Em 2021, André Ferreira foi nomeado como vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, com a missão de “destravar as principais reformas em tramitação”⁶⁴. Depois, desempenhou a coordenação da campanha de reeleição de Jair Bolsonaro (PL) à presidência no estado de Pernambuco.

A partir da relação do clã Ferreira com o então presidente Jair Bolsonaro, pode-se compreender melhor as aproximações realizadas entre Bolsonaro e a deputada *Marta Sereno*, bem como entre a deputada e alguns membros do governo Bolsonaro, como alguns de seus ministros.

Marta é considerada a versão pernambucana de Bolsonaro. Quando líder do PSC na ALEPE, a deputada representou os interesses do governo Bolsonaro e empreendeu constantes defesa e promoção do ex-presidente da República. Chegou, inclusive, a incluir esta pauta no exercício do seu mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Isto se demonstrou, por exemplo, na sessão remota da ALEPE realizada no dia 27 de agosto de 2020, em que a deputada buscou destacar ações e medidas implementadas pelo governo Bolsonaro à região Nordeste⁶⁵; nas Reuniões Plenárias ocorridas no dia 27 de maio de 2019 e no dia 06 de maio de 2021, quando as manifestações públicas a favor do presidente Jair Bolsonaro, ocorridas nos dias 26

⁶² Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/anderson-ferreira-recebe-visita-de-ministros-para-anunciar-investimentos-de-r-50-mi-no-jaboatao/24524/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

⁶³ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/anderson-ferreira-comemora-ppp-para-iluminacao-publica/22499/>. Acesso em: 03 de ago. de 2021.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/ultimas/2021/02/pernambucano-andre-ferreira-psc-assume-vice-lideranca-do-governo-bo.html>. Acesso em: 06 de mar. de 2021.

⁶⁵ Disponível em: <https://1nk.dev/LOIYj>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

de maio de 2019 e 02 de maio de 2021, foram pautadas pela deputada, que também se referiu à condução da pandemia pelo governo federal⁶⁶.

A aproximação ao governo Bolsonaro, longe de apenas se configurar pela defesa assídua da deputada às medidas do governo ou ainda pela aproximação com os Ferreira - o que, de fato, pode ter feito com que *Marta* ganhasse mais credibilidade -, deu-se especialmente junto à ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves (também pastora e evangélica) e junto ao ex-ministro do turismo Gilson Machado. No caso deste último, a parceria continuou sendo intensamente publicizada, devido às estratégias das eleições do ano de 2022, com as candidaturas de Gilson Machado a senador, de *Marta Sereno* a deputada federal e do Pastor *Ricardo Sereno* a deputado estadual.

Marta conheceu Bolsonaro pessoalmente no dia 1 de outubro de 2020. A ocasião do encontro foi a visita às obras do ramal do Agreste, em Sertânia. Com o seu esposo também presente, *Marta* registrou o momento com uma foto junto ao Presidente, declarando na legenda da foto: “Foi um momento inesquecível e de muita emoção para mim, estar com o homem levantado por Deus para abençoar a nação e que tem se mostrado muito comprometido com o povo brasileiro”. Porém, sua aproximação e sua aliança com o governo de Bolsonaro, para além do seu apoio, deram-se mais claramente no mês de fevereiro do ano de 2021, com a repercussão de sua defesa do uso da medicação hidroxiquina para tratamento da Covid, mais especificamente com a repercussão do grupo “Amigos de verdade”, um grupo de médicos, patrocinados politicamente e por meio dos planos de saúde⁶⁷, que atendiam à população de baixa renda com sintomas de Covid nos bairros do Recife. Na ativa desde maio de 2020, o grupo utilizava o medicamento hidroxiquina em suas prescrições para os pacientes, inclusive doando a medicação. *Marta*, na época, fazia parte da Comissão de Saúde e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

O então presidente Bolsonaro republicou no dia 9 de agosto de 2020, em sua conta do Twitter, um vídeo realizado pela deputada *Marta Sereno*, no qual ela afirmava que o grupo de médicos “Amigos de Verdade” vinha sendo alvo de perseguição por parte de um dos conselheiros do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE), por receitarem, justamente, a cloroquina como forma de tratamento precoce da doença, o que iria de encontro

⁶⁶ Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/05/27/deputados-repercutem-manifestacoes-de-apoio-ao-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

⁶⁷ Disponível em: <https://marcozero.org/medicos-com-patrocinio-politico-e-planos-de-saude-promovem-uso-da-cloroquina/>. Acesso em: 16 jun de 2020; E em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/05/13/cremepe-investiga-medicos-que-atuam-em-caravanas-contra-covid-19-em-comunidades-com-apoio-de-deputada.ghtml>. Acesso em: 16 jun de 2020.

à Nota Oficial, publicada pela diretoria do CREMEPE, em que é reforçado que o ato de receitar o uso do remédio em questão não configuraria uma infração.

Durante a pandemia, *Marta* produziu e reproduziu diversos conteúdos e argumentos de Bolsonaro acerca da Covid-19. E organizou mobilizações de modo a confrontar a administração pública da pandemia no estado de Pernambuco, principalmente em relação aos decretos que impuseram medidas restritivas à realização de eventos e reuniões públicas e que, por isso, afetavam o funcionamento das atividades rituais de igrejas. Essas medidas restritivas, segundo Bolsonaro (e *Marta*), alterariam a renda do trabalhador, “pai de família”, que teria, por correspondência, sua renda reduzida em decorrência do isolamento social. Estas narrativas, acompanhadas de uma publicização também estratégica, atravessavam o conteúdo produzido pela deputada em prol da legitimação de Jair Messias Bolsonaro na condução de seu governo na pandemia, o que aludia ao desenvolvimento (ou não) de políticas públicas, como também a seu posicionamento econômico ultraliberal. Aqui, como exemplo, temos o Habeas Corpus coletivo impetrado pela deputada *Marta Sereno*⁶⁸ contra as medidas de isolamento social em Pernambuco, que acabaria sendo denegado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogério Schietti Cruz. A deputada tinha como intuito a concessão de salvo-conduto para que pernambucanos tivessem circulação liberada, opondo-se assim ao Decreto Estadual nº 49.017, do dia 11 de maio de 2020, que regulamentou as medidas restritivas em relação ao isolamento social como consequência da pandemia viral de Covid-19.

A então deputada estadual também se declarou, em seu Instagram e redes sociais, abertamente contrária à obrigatoriedade da vacinação contra o vírus da Covid-19, realizando denúncias e estabelecendo debates através de suas redes sociais digitais acerca do tema. A deputada, ainda, de modo incansável, defendeu a “essencialidade da Igreja”, articulando esta última às pautas anteriores, relacionadas à oposição da adoção de medidas mais austeras em relação à quarentena, ao distanciamento social e à vacinação - tendo em vista as restrições e exigências decretadas pelo governo do estado em relação à prática de atividades religiosas nas Igrejas, atento às aglomerações, e assim, potencialmente, a possíveis focos de transmissão do Covid-19⁶⁸.

Não só em relação à vacina, mas também à utilização de máscaras, *Marta Sereno* protestou. Durante os anos de 2020, 2021 e 2022, ela publicou alegações de que o uso da

⁶⁸ Como, por exemplo, as mobilizações realizadas frente às medidas restritivas previstas para o período de 18 a 28 de março de 2021, via decreto nº 50.433, de 15 de março de 2021, e ao decreto nº 51.460, assinado no dia 27 de setembro de 2021, que exigia o comprovante de vacinação completa, assim como teste de Covid-19 negativo, para a realização de atividades rituais coletivas em templos e igrejas, como missas e cultos, com público superior a 300 pessoas.

máscara seria inútil frente à prevenção da contaminação do vírus. Em uma publicação, compartilhada com o Twitter, em seu Instagram no dia 07 de março de 2022, *Marta* disparou: “Ótima notícia: Acabou a obrigatoriedade do uso de máscaras no Rio de Janeiro! Seguiremos trabalhando para que em Pernambuco não seja diferente. O povo não aguenta mais ser impedido de falar, sorrir e respirar por conta de uma ‘proteção’ de eficácia duvidosa”.

Nesse mesmo sentido, assumindo uma posição negacionista e no mínimo precipitada – diante do fato de que o caso ainda não havia sido apurado pelas autoridades competentes –, *Marta Sereno* publicou, no dia 20 de janeiro de 2022, uma fotomontagem⁶⁹ com o título de uma reportagem acerca da suspensão da vacinação infantil no estado de São Paulo: “Prefeitura paulista suspende vacinação após criança sofrer parada cardíaca”.

Segundo reportagem publicada pela Agência Brasil⁷⁰, a própria Secretaria do Estado da Saúde afirmou que seria precipitado e irresponsável afirmar que o caso teve conexão com a vacina. Em nota oficial expedida pelo governo do estado de São Paulo, foi então confirmada a não causalidade entre o ocorrido e a vacina:

O Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde informa que concluiu nesta quinta-feira (20) a investigação que descartou o evento adverso pós-vacinação na criança de 10 anos do município de Lençóis Paulista. Não existe relação causal entre a vacinação e o quadro clínico apresentado. A análise, realizada por mais de 10 especialistas, apontou que a criança possuía uma doença congênita rara, desconhecida até então pela família, que desencadeou o quadro clínico. A Secretaria de Estado da Saúde reforça a importância da vacinação e reafirma que todos os imunizantes aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária são seguros e eficazes (Governo do Estado de São Paulo. Nota Oficial. Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, São Paulo, 20 de janeiro de 2022).

Marta Sereno, contudo, não prestou esclarecimentos aos seus seguidores acerca do desdobramento da investigação do caso. Assim, a deputada esteve sempre polemizando a questão da vacinação obrigatória, por meio da mobilização de controvérsias e notícias, estas últimas não raro atestadas como falsas, adulteradas e descontextualizadas.

Um fato importante a ser mencionado foi a ação protocolar realizada por *Marta* em relação à vacinação obrigatória de funcionários públicos estaduais da cidade do Recife. Em

⁶⁹ Sobre a fotomontagem, observamos que uma caixa de diálogo, com a foto de perfil da deputada, foi adicionada. Essa caixa de diálogo é um dos recursos disponíveis na criação de *Stories* no Instagram, por meio da opção “Perguntas”. Esse recurso foi assim adaptado e utilizado em uma publicação. Atualmente, o total de comentários desta publicação é de 352 comentários. Este é um recurso que demonstra, assim, a produção de engajamentos e impulsionamento do alcance da publicação, ou melhor, de suas alusões e discussões de modo estratégico. A utilização desse recurso é observado em diversas de suas publicações.

⁷⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-01/covid-19-prefeitura-diz-que-crianca-teve-parada-cardiaca-apos-vacina>. Acesso em: 02 de abr. de 2022.

vídeo publicado no dia 12 de fevereiro de 2021, em seu gabinete na ALEPE, e com as bandeiras de Pernambuco e do Brasil ao fundo, a deputada inicia com tom de indignação:

Pessoas estão sendo ameaçadas de perderem os seus empregos por se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19. Eu tô (sic) aqui, protocolando na ALEPE um projeto de lei que proíbe a aplicação de qualquer pena disciplinar ao servidor público estadual que opte por não receber a vacina contra a Covid-19. Ou seja, o servidor que não quiser ser vacinado, ele não poderá sofrer nenhuma penalidade. Eu tenho recebido muitas denúncias, muitas reclamações de pessoas que estão sendo ameaçadas de demissão por não quererem tomar a vacina, por não se sentirem seguras quanto à eficácia, e estas pessoas estão recusando tomá-la. E nós não vamos permitir isso em pleno estado democrático de direito, essa imposição ao cidadão no que se refere à vacina, pois essa obrigação, ela fere os desejos individuais preconizados na Constituição Federal (...).

A deputada se refere à Lei Complementar nº 458, sancionada pelo então governador de Pernambuco, Paulo Câmara. O projeto de lei que a antecedeu tramitou em regime de urgência na Assembleia Legislativa de Pernambuco, sendo então aprovado por 34 votos a favor e 6 votos contrários. A votação foi realizada na segunda discussão no plenário, na quinta-feira, dia 07 de fevereiro de 2021. O projeto tornou-se lei mediante sua publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 09 de fevereiro, dois dias após a sua aprovação. A lei em questão tornava a vacinação contra a Covid-19 obrigatória para servidores, empregados públicos, militares de estado, contratados temporários e prestadores de serviço contratados pelos órgãos e poderes do Estado⁷¹.

É interessante notar que, contudo, mesmo diante da polêmica ativada acerca da vacinação contra o Covid-19, e em meio às discussões e ações promovidas pela deputada tendo em vista barrar medidas de proteção e desvaler a importância da vacinação, *Marta* não se constringe ao publicar uma foto ao lado de sua filha mais velha, ambas sentadas no banco de trás do carro, levando seu cachorro para uma consulta veterinária, para ser, justamente, vacinado. Na foto em questão, *Marta* segura o cachorro em seus braços, e tanto ela quanto sua filha estão sorrindo. A legenda da deputada, inclusive, demonstrou que a ocasião foi tratada com leveza e humor, mesmo considerando a contradição ali implícita: “Achei que ia (sic) passear, mas era vacina 🐕🐕🐕”.

Foi através da postura incisiva adotada por *Marta Sereno*, com constante defesa às pautas e agendas presidenciais, que a aliança entre a então deputada estadual e o então presidente se firmou. Ainda durante o ano de 2021, período próximo às eleições, houve alguns

⁷¹ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/paulo-camara-sanciona-lei-que-torna-vacinacao-de-servidores/201217/>. Acesso em: 04/04/2021.

encontros em Brasília entre os *Sereno*, o presidente Bolsonaro e os ministros, já citados anteriormente, Gilson Machado e Damares Alves. Destaco o encontro entre os *Sereno* e Bolsonaro que ocorreu no dia 7 de julho de 2021. Na ocasião, estavam presentes o presidente Bolsonaro, a deputada *Marta*, seguida de seu esposo então vereador do Recife, Pastor *Ricardo Sereno*, o pai da deputada, Pastor *Antônio Sereno*, e a Ministra Damares Alves⁷². Na legenda do registro em seu Instagram, lê-se o seguinte texto:

Hoje, tivemos a honra de estar em Brasília com nosso amado Presidente [@jairmessiasbolsonaro](#) e com a nossa querida Ministra Damares Alves, não só para reafirmar o total apoio ao nosso presidente que tem realizado um excelente trabalho por todo Brasil, mas, para alinharmos ações para o fortalecimento das pautas cristãs conservadoras, na certeza de que em breve, libertaremos junto com o povo, o nosso amado Pernambuco!!!

Os outros encontros ocorridos entre *Marta Sereno*, o Pasto *Ricardo Sereno* e o presidente Bolsonaro ainda no ano de 2021 correspondem à chegada do presidente em Pernambuco no dia 3 de setembro, no Aeroporto Internacional do Recife, seguindo o comboio do presidente junto ao então ministro Gilson Machado e a sua esposa, Sarita Pessoa. No dia seguinte, foi realizada a motociata em Santa Cruz do Capibaribe. Houve também, pouco tempo depois, no dia 21 de outubro, outra visita do presidente Jair Bolsonaro a Pernambuco, para a entrega do Ramal do Agreste. Naquele momento, tanto *Marta* quanto o Pastor *Ricardo Sereno* estavam presentes, como mencionei anteriormente. Vale salientar que no dia 14 de outubro, às 9h da manhã, o presidente Bolsonaro foi entrevistado na Rádio *Tempos de Glória*. A entrevista foi transmitida no Recife e na região metropolitana, na frequência 88.1 FM; em Caruaru, por meio da frequência 87.9; e pelo canal Rádio *Tempos de Glória* Oficial, no YouTube e no Facebook. Bolsonaro foi entrevistado pelo Pastor Antônio Sereno, pelo Pastor *Ricardo Sereno* e pela então deputada *Marta Sereno*.

Ainda durante 2021, *Marta* e seu esposo também realizaram visitas à ministra Damares Alves em Brasília, com o intuito de “levar demandas de Pernambuco” à mesma. *Marta* se refere a Damares como uma amiga, uma irmã. Também foram realizadas reuniões com o ministro Gilson Machado a fim de discutir investimentos na área do turismo de Pernambuco. Assim, a deputada *Marta*, além de atuar no cenário político estadual, passa também a atender a uma agenda conservadora nacional. Desse modo, alinha as medidas e pautas do estado a um plano nacional, fomentado pelos interesses do então governo Bolsonaro.

4.2 Das fake news à memética bolsonarista

⁷² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRCoc9xs08u/>. Acesso em: 9 de jul. de 2021.

Sempre buscando centralizar a discussão de controvérsias concernentes à pandemia, bem como à atuação do ex-presidente Bolsonaro e de seus rivais políticos, no ano de 2022, muitas publicações da deputada chegaram a ser acompanhadas de um aviso – posto pela rede social Instagram – que informa que o conteúdo, vídeo, foto ou informação encontra-se adulterado ou é falso. Como exemplo de aviso alusivo a essa prática de propagação de notícias falsas, segue a mensagem exibida em um dos vídeos publicados por *Marta Sereno* no dia 23 de janeiro de 2022, restringido pela plataforma Instagram: “*Vídeo adulterado. Verificadores de fatos afirmam que este vídeo pode enganar as pessoas*” (grifo meu). Vale ressaltar que o verificador de fatos utilizado pelo Instagram no vídeo foi a Agência Lupa. No vídeo adulterado em questão, Lula supostamente diz que “o demônio está tomando conta de seu corpo”. Assim, devido à veiculação de muitas “notícias falsas” (termo utilizado pelo próprio Instagram) acerca da vacinação, do contágio e do tratamento da doença da Covid-19 e de conteúdos adulterados acerca de adversários políticos da família *Sereno* e dos *Bolsonaro*, a deputada sofreu uma restrição à promoção e ao impulsionamento do seu conteúdo na plataforma.

Em uma publicação realizada no dia 23 de agosto de 2022, com conteúdo adulterado acerca da repórter Renata Vasconcellos do programa televisivo “Jornal Nacional”, da emissora Globo, por exemplo, há a restrição da visualização da miniatura da imagem no mosaico de fotos do perfil, bem como da própria publicação. Ao clicarmos na foto restrita, há a pré-visualização do seguinte texto: “Informação Falsa. Checado por verificadores de fatos independentes”. Ao clicarmos no ícone “Entenda”, também localizado no corpo do texto da pré-visualização da imagem tarjada, a informação apresenta-se de forma detalhada:

Imagem 1: Screenshot das informações acerca da veracidade dos fatos apresentados em publicação com conteúdo adulterado. Publicação realizada no dia 23 de agosto de 2022.



Fonte: Instagram oficial da deputada Marta Sereno.

A publicação citada foi deletada do perfil da deputada. Contudo, porque realizei o devido registro da publicação por meio de *printscreens* durante as imersões etnográficas, o fato foi devidamente

registrado. A publicação foi descrita pela legenda da deputada como “HIPOCRISIA. Mentem na cara dura e acham que o povo não lembra”.

Imagem 2: Outro exemplo acerca das publicações restringidas e das informações a respeito da veracidade das informações disponibilizadas, neste caso, referentes a uma publicação realizada na data de 17 de julho de 2022. A publicação citada também foi deletada do perfil da deputada, contudo, igualmente, o seu registro foi devidamente realizado.



Fonte: Instagram oficial da deputada Marta Sereno.

Imagem 3: *screenshot* de miniaturas presentes no perfil de publicações da deputada, de modo a demonstrar como as miniaturas das fotos são substituídas por ícones tarjados, restringidos de acordo com a veracidade/ fidedignidade da informação publicada.



Fonte: Instagram oficial da deputada Marta Sereno.

No dia 17 de dezembro de 2021, *Marta* publicou um vídeo em que diz que sofreu “censura” pela plataforma YouTube. Na ocasião, ocorria uma audiência pública sobre a obrigatoriedade da vacina na ALEPE com profissionais da área da saúde. *Marta* transmitia uma *live* que foi, então, tirada do ar. Assim, na publicação de 17 de dezembro, *Marta* pede aos seus

seguidores para que entrem em seu canal do *Telegram* e para que participem do seu grupo no WhatsApp. Referindo-se às suas publicações, ela afirma que: “Infelizmente, eu não posso compartilhar muita coisa aqui, por causa da censura imposta pelas redes sociais... Tem muito conteúdo que eu não posso postar aqui (referindo-se ao Instagram), e a gente passa lá”.

O conservadorismo, como pudemos notar ao longo dos capítulos, compõe, tanto para *Ricardo* quanto para *Marta*, suas identidades políticas. De tal modo que *Marta* afirma: “Cristão não vota em quem representa a esquerda! Lembre-se disso!”. As pautas defendidas pela deputada vertem-se na legitimação de um perfil político conservador, bem como em corporizações específicas. Para isso, como dito anteriormente, dão-se gramáticas e dispositivos de produção das cenas de visibilidade. Entre esses dispositivos estão as *fake news*. Desde o surgimento do “kit gay”, em 2011, as *fake news*, ou simplesmente notícias falsas, construíram e consolidaram a defesa de repertórios múltiplos que compõem os sentidos e práticas políticas da extrema direita brasileira.

A cultura política do uso das *fake news* nas campanhas eleitorais, empreendida por líderes populistas em diversos países, como Estados Unidos, Hungria e Brasil (Bernardi e Costa, 2020), incita a deslegitimação da oposição partidária/política, a repressão das mídias e a promoção das próprias redes sociais, tecendo novos aspectos do cenário político digital. Configura-se assim como uma forma de comunicação entre sujeitos políticos da extrema direita e seu público/eleitorado (Themundo e Almeida, 2020, p. 223).

Uma notícia não corresponde simplesmente a um fato ou acontecimento. A notícia é, sem embargos, um fato noticiado, um fato então tornado público, impulsionado e que, por isso, requer seriedade ética para que a mesma seja produzida. Conforme pontuam os autores Themundo e Almeida (2020), as notícias detêm um papel essencial em uma democracia, pois que se relacionam inexoravelmente à forma com que as questões políticas, sociais e culturais são conduzidas e debatidas. Ou seja, quanto mais equilibrada a prática de noticiar, de transformar determinados acontecimentos em informações públicas, incluindo também sua acessibilidade e seu alcance, mais justas são as relações políticas que a estabelecem (Themundo e Almeida, 2020, p. 211).

Já as notícias falsas são produzidas e distribuídas com o objetivo de, intencional e estrategicamente, promover a desinformação e a prejudicação de determinados sujeitos, grupos políticos e populações minoritárias. As *fake news* correspondem a práticas políticas emergentes ligadas à extrema direita mundial, integradas às tecnologias de visibilidade da Internet e a seus múltiplos efeitos na dimensão comunicativa. Diante das revoluções tecnológicas que se sucederam no campo da comunicação nos últimos anos, as redes sociais e seu caráter

instantâneo oportunizaram a elevação da prática das *fake news* a novos patamares políticos, como por exemplo, a utilização de robôs (contas automatizadas) para promover e alavancar o alcance das informações falsas com a publicação em massa dessas informações.

O caráter ubíquo do fenômeno desta prática deve-se à agilidade dos processos que a mesma desencadeia, agilidade esta que só é possível devido à qualidade interconectada e independente da Internet, sobretudo diante do fenômeno da autocomunicação, já discutido anteriormente. Themundo e Almeida, assim, observam a notoriedade dessa prática, principalmente após a eleição presidencial brasileira de 2018, e a utilização das *fake news* como promotora de engajamentos políticos. A questão econômica, em seus aspectos de insatisfação social e corrupção política, e fatores relacionados à ideologia política correspondem, segundo a análise de Bernardi e Costa (2020, p. 402), aos principais fatores da irrupção da produção de *fake news* no Brasil, de modo que, durante as eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro utilizara-se de suas redes sociais para promover e disseminar antagonismos diversos à mídia e a seus opositores políticos, prática continuada durante os seus 4 anos de mandato na presidência da República.

De modo factídico, em pesquisa¹ realizada pela Avaaz² sobre a eleição presidencial brasileira do ano de 2018, foi apontado que cerca de 98% dos eleitores de Bolsonaro foram expostos a *fake news*. Desses 98%, 90% acreditaram que as informações falsas veiculadas por meio das redes sociais e, sobretudo, do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, eram verdadeiras. A prática das *fake news* demonstrava-se assim tão danosa quanto impune. De tal modo que Diego Casaes, na época coordenador de campanha da Avaaz, declarou:

As fake news devem ter tido uma influência muito grande nos resultados das eleições, porque as histórias tiveram alcance absurdo. A informação das fraudes em urnas eletrônicas com o intuito de contabilizar votos para Fernando Haddad, do PT, alcançou 16 milhões de pessoas nas redes sociais 48 horas após o primeiro turno e a notícia continua viva no segundo turno (FOLHA S. PAULO, 2018).

Para além da prática das *fake news* e do alinhamento às pautas morais da agenda federal, a deputada *Marta* esteve sempre orientada à reificação e à reprodução da lógica econômica bolsonarista, mas também às decisões do Executivo voltadas à pauta da economia. Por exemplo, temos suas publicações realizadas no primeiro semestre de 2022. *Marta* publicou em seu Instagram diversas fotomontagens em que seu semblante orgulhoso repousa ao lado do então presidente. Estas publicações informavam, por exemplo, acerca do crescimento econômico brasileiro no ano de 2021 (fonte: IBGE); da Lei Complementar nº 192 sancionada em março de 2022, referente à cobrança única do ICMS de combustível; de programas sociais em geral

(Casa verde amarela, Auxílio Brasil etc.); da volta da “bandeira verde”, uma redução de taxas na conta de energia devido às condições favoráveis à geração de eletricidade..

Conforme nos informa Cesarino (2019, p. 551), o fenômeno estrutural do neoliberalismo relaciona-se, inclusive de modo constitutivo, ao que a autora chama de “arquitetura do neoliberalismo, ou estrutura neoliberal das mídias digitais”. Em “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal” (2019), Cesarino nos fornece uma análise pautada em uma discussão mais profunda acerca da reorganização e do processo de constituição/reconstituição de uma determinada identidade política emergente de direita e conservadora.

Como dito anteriormente, identifica-se nessa nova direita vieses neoliberais de incidência global. Contudo, Cesarino opera sobre a circunscrição do Brasil e, como o título deixa evidente, tratando do movimento bolsonarista. É assim que a autora realiza sua análise acerca da bivalência neoliberal-conservadora (2019, p 540). Esta bivalência surge nas práticas “meméticas bolsonaristas”, realizadas durante a campanha eleitoral de 2018, por exemplo, por meio dos efeitos produzidos pelo “populismo digital”. Assim, segundo Cesarino, os principais “eixos metalinguísticos” que compõem e caracterizam a memética bolsonarista estariam na bivalência entre eixos da diferença-equivalência e, nas palavras da autora, em mais três funções:

(...) mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (...) (2019, p. 533).

A “memética bolsonarista” emerge com a conformação digital do “corpo do rei”. Com o famigerado episódio da facada, ocorrido no dia 6 de setembro de 2018 em campanha eleitoral na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, o corpo debilitado de Jair Bolsonaro, ferido e, portanto, fora das cenas de aparições de comícios e atividades campanha etc., foi então substituído por um “corpo digital” formado por seus apoiadores que passaram a realizar eles próprios a sua campanha, principalmente por meio da Internet e de suas redes sociais e plataformas de comunicação (Cesarino, 2019, p. 533). Cesarino situa tal mobilização no contexto do que chama de “populismo digital”.

A discussão analítica, desenvolvida por Cesarino (2019), acerca do populismo é travada em estreito diálogo com Laclau (2005) e com sua compreensão acerca da relação entre o “eixo da diferença”, em que uma divisão antagonística é construída criando-se ou identificando o

inimigo, e o “eixo da equivalência”, que estabelece uma relação contígua entre o líder e o seu público como definidora da mobilização discursiva identificada como populista.

Para Cesarino, o mecanismo correspondente ao populismo digital fomentou a reconstrução de sujeitos políticos preexistentes, de modo que há uma “consustancialização” entre o corpo do líder e o corpo de seguidores. Esta consustancialização, por sua vez, tem como um de seus efeitos a “fractalização do mecanismo populista”: em outras palavras, seu avanço em diferentes escalas e esferas (2019, p. 534-535).

Há destaque em sua análise para os aparatos e equipamentos que impulsionaram a memética e seus padrões discursivos, a saber, perfis de diferentes plataformas e celulares. Aqui, a autora empreende considerações importantes sobre o caráter da relação dual que se estabelece entre as emoções e a racionalidade frente ao fenômeno da fractalização do populismo digital, considerando o aspecto da formação de identidade do povo e sua incidência e replicabilidade no plano formativo da subjetividade individual (2019, p. 536).

Letícia Cesarino (2019, p. 540) também enfatiza a importância das pautas relacionadas ao antipetismo e aos efeitos do avanço das políticas de identidade ou reconhecimento (dirigidas, principalmente, a mulheres e LGBTQIA+) que se sucederam nos governos passados. Segundo Cesarino, tais pautas seriam parte integrante de uma afetação simbólica e emocional, traduzida pelos agentes conservadores como abandono e exclusão. Assim, para tais agentes, o funcionalismo público e as políticas sociais são vistos como injustos, pois que estariam privilegiando parcelas minoritárias da população, tendo em vista a instabilidade econômica predisposta em um contexto político de crise e austeridade liberalista (Cesarino, 2019, p. 545).

A esse respeito, penso que a visão pragmática das emoções, de sua dimensão prática, mostra-se importante ao passo que evidencia o papel das emoções na construção das noções de *self* (Víciora; Coelho, 2019:8-9). Os sentimentos, enquanto dimensão simbólica, não são apenas de caráter representativo, mas expressam também um traço transformador, “o sujeito se forma e reforma a partir da dimensão simbólica/emocional negociada a todo tempo na interação”. (Santos, 2016:235). Os sentimentos possuem, assim, papéis sociais que se correlacionam no interior de um “complexo “cultural”. Nas publicações de *Marta*, por exemplo, há frequentemente a menção a ou a inferência de emoções ou sentimentos.

Destarte, parece-me relevante notar o modo como as relações entre emoções e construção do *self* articulam-se diretamente a dimensões morais e à estrutura social das relações de poder. É a estas articulações relacionais que Santos (2016) se refere ao trabalhar com as categorias de “alma interior” (a que olha de dentro para fora) e “alma exterior” (a que olha de fora para dentro), a partir da análise de aspectos morais relacionados a posições na estrutura de

trabalho, através dos sentimentos de honra (dignidade) e vergonha entre moradores de rua na cidade do Recife. As emoções e controvérsias públicas também mostram as configurações e o lugar do poder nas dinâmicas da sexualidade e sua articulação com a dimensão emocional. E, por conta disso, o corpo, a experiência, seu caráter histórico, contextual, individual e coletivo são também políticos.

Diante da mobilização on-line produzida e moldada ao “corpo digital do rei”, das suas dimensões discutidas previamente e de todo o conjunto de práticas empreendidas em sua mobilização semântica, Letícia Cesarino (2019) destaca o fator “neoliberal”, muitas vezes presente de forma sutil e descentralizada nesses conteúdos. Este fator “aparecia em conteúdos que remetiam ao eixo da equivalência (...), noções genéricas de mérito e liberdade individual, quanto ao eixo da diferença, através de noções de privilégio, corrupção ou coletivismo - (...) muito associadas à militância em torno das políticas de reconhecimento” (2019, p. 543).

As publicações e os conteúdos da deputada *Marta Sereno*, de modo geral, indicam determinada percepção bolsonarista acerca do papel do Estado, seja nas questões econômicas, seja em relação às políticas voltadas à proteção social, além das diversas disputas travadas na dimensão jurídica. Nota-se com clareza a aliança política e estratégica entre setores neoliberais e conservadores, principalmente aqueles que se declaram evangélicos, no endurecimento das políticas sociais e na consolidação de um mercado nacional e sua estruturação.

Aqui, não somente a religião ou determinado conservadorismo moral atravessa e influencia o corpo, mas também os efeitos e consequências de políticas econômicas neoliberalistas – como as relativas à vacinação, por exemplo –, inclusive efeitos que provocam a morte deste corpo. Podemos, de forma trágica e muito tristemente, citar o caso de genocídio do povo indígena Ianomâmi⁷³ ou a cena marcante de pessoas coletando restos de comida em um caminhão de lixo em Fortaleza⁷⁴ no mês de outubro de 2021. Aquela aliança integra o que Burity (2020a) denominou enquanto a nova “direita cristã” (p.6).

Importa sublinhar, igualmente, o lugar sociocultural específico configurado para o militarismo (associado ao patriotismo), informando e delimitando as práticas e os sentidos da referida aliança. No caso de *Marta*, isto se dá de forma especial, pois que o universo militar permeou sua infância e sua educação, seu cotidiano, seu imaginário sobre segurança pública e

⁷³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/barroso-manda-investigar-possivel-crime-de-genocidio-yanomami/>. Acesso em: 30 jan. de 2023.

⁷⁴ Disponível em; <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 23 de out. de 2022.

o papel da instituição militar para com o Estado. Permeia ainda hoje, como apontei no primeiro capítulo desta dissertação, suas narrativas acerca de sua trajetória de vida, da relação com seu pai e do que a levou à política.

O conservadorismo, ao qual *Marta e Ricardo Sereno* aludem enquanto um valor moral, configura-se para além de uma categoria política. Ele é também identidade política e um dispositivo de visibilidade que aciona uma gama de significantes relacionados a pautas e valores conservadores e religiosos.

Operando de modo expansivo e significativo, mobilizando e engajando a produção do seu público e suas práticas políticas; replicando posicionamentos acerca da pandemia ou da vacinação; defendendo o Governo Bolsonaro e definindo o ex-presidente como “o homem levantado por Deus para abençoar a nação”; consolidando uma aliança e desafiando a virtualidade do poder em espaços urbanos; incidindo em subjetividades e corporalidades: é assim que a deputada performa publicamente não só uma identidade política, mas também e principalmente, um gênero. Um gênero conformado a um modelo e aos seus papéis e valores familiares – por isso é que, no repertório dos *Sereno*, “gente de bem” consiste uma expressão melhor traduzida nos termos “cabra macho” e “mulher guerreira” – e vertido e consagrado pelo poder pastoral e por meio da legitimidade de um sujeito político que se apresenta como materno, casado, honesto, engajado, conservador, religioso, combativo, comprometido com Deus e a justiça. Portanto, um sujeito da verdade.

Sobre o teor conservador, aqui muito relacionado às pautas da “tradição” e dos “costumes”, vale notar que a prática política entre os *Sereno* se desenrola a partir de grupos políticos performaticamente patriarcais e que exaltam seus laços familiares. Refiro-me, precisamente, aos Ferreira e aos Bolsonaro. Observando as práticas políticas e estratégias de visibilidade desses grupos, é explícita a existência de negociações, rearranjos hierárquicos e estratégicos que são deliberados de forma coordenada entre os sujeitos políticos no interior de suas estruturas familiares – onde suas performances estão alinhadas aos papéis que incorporam/corporalizam –, compondo também seus grupos-corpos políticos que se constroem e consolidam *em e por meio* de suas relações familiares, fazendo-nos lembrar do modelo político monárquico, considerando o próprio exercício político e suas articulações interfamiliares.

Dito de modo mais simples: há continuidade, confluência e complementariedade (discursiva e corporal) entre esses sujeitos. Mas isso de modo que os *Sereno* produzem performatividades políticas, públicas e de gênero combinadas entre si e de acordo com as relações de oposição entre os fatores que os compõem enquanto sujeitos: cabra-macho e mulher

guerreira; pai e mãe; esposo e esposa. Criam-se também, deste modo, uma feminilidade e uma masculinidade de direita, conservadoras e cristãs.

Além disso, há uma correspondência prática: ações coordenadas entre esses sujeitos de modo a movimentar temas e compor determinadas forças no segmento legislativo ao qual pertencem, promovendo suas agendas. São ações coordenadas familiarmente e que se baseiam nos valores e relações entre os sujeitos políticos que as realizam. Do mesmo modo, estas relações se estendem entre-famílias, configurando alianças e segmentos políticos correspondentes, alinhados entre si e em suas performatividades públicas.

Os exemplos destas ações coordenadas não são poucos. Lembro de um vídeo referente ao dia 7 de setembro de 2020, em que *Marta* e o então vereador recém eleito *Ricardo Sereno* se declaram contrários à aprovação da PL 399/2015, que propunha a legalização da maconha para fins medicinais. Durante o vídeo, os dois parlamentares intercalam seus discursos, completam frases e argumentos um do outro, criando uma espécie de discussão crítica ao PL sob um viés conservador e religioso.

Em outra ocasião, no dia 3 de março de 2021, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, mais especificamente no gabinete da deputada *Marta Sereno*, outro exemplo de ação coordenada intrafamiliar se dá. *Marta Sereno* encontra-se sentada junto a *Ricardo*, que segura o seu celular na altura do rosto, na posição horizontal, gravando um vídeo em seu birô, enquanto ele próprio é filmado gravando o seu vídeo. Na descrição do vídeo, lemos: “A IGREJA SÓ É ESSENCIAL EM TEMPOS DE CAMPANHA. Final do dia e a notícia que a bancada cristã da câmara [municipal] do Recife não foi recebida pelo prefeito João Campos nem pelo governador Paulo Câmara. Igrejas permanecem fechadas!”. Aqui, especialmente, deslinda-se a coligação entre os cargos políticos que marido e esposa ocupam, visto que quem atuou na Câmara Municipal havia sido *Ricardo*, então vereador. O vídeo é iniciado por ele: “Acabei de Chegar da prefeitura do Recife, do palácio do governo. Junto com a bancada cristã de vereadores do Recife, fomos entregar um pedido de socorro ao prefeito e ao governador e não fomos recebidos, e sim [recebidos] pelos seus secretários”. É nessa deixa que a deputada *Marta*, sentada em sua cadeira e visivelmente contrariada, fala: “o recado que eu tenho pra (sic) dizer ao Governo do Estado de Pernambuco é que pra (sic) vocês, a Igreja, ela só é essencial em tempos de campanha eleitoral, quando vocês precisam da Igreja pra angariar votos. Mas hoje, com esse decreto inconstitucional, vocês sequer recebem os vereadores da cidade do Recife, demonstrando que têm um pouquinho de sentimento e responsabilidade sobre os cristãos que elegeram vocês”. Aqui o pastor *Ricardo* finaliza: “a igreja do Senhor vai saber dar o troco nas próximas eleições”.

O decreto ao qual a deputada *Marta* se refere corresponde ao decreto nº 50.308, aprovado no dia 23 de fevereiro de 2021, que estabeleceu medidas restritivas quanto aos horários de funcionamento das Igrejas. O decreto em questão vedava a possibilidade de realização dos cultos aos finais de semana e seguiria em vigência até o dia 15 de março daquele ano. Contudo, por meio da pressão exercida pelo movimento religioso de líderes pastorais e outros sujeitos políticos do Recife (como o pastor Cleiton Collins, por exemplo), contando com alianças políticas e suas articulações, as igrejas e os templos religiosos passaram a ser reconhecidos pelo Governador do Estado de Pernambuco como prestadores de serviços essenciais, através da lei nº 17.260, sancionada no dia 10 de maio de 2021. Isso permitiu que a realização das atividades religiosas pudesse ocorrer durante o quadro de calamidade da pandemia de Covid-19.

Além dos dois vídeos citados como exemplos do que chamei de ação coordenada, eu gostaria também de descrever, muito brevemente, a publicação em que a deputada *Marta* se encontra ao lado de Flávio Bolsonaro, o filho mais velho do ex-presidente. Trata-se de um vídeo de campanha, em que a deputada *Marta* está também ao lado do ex-ministro Gilson Machado (PL), então candidato a senador. É curioso notar, de forma sutil, os trejeitos e maneirismos durante a fala do candidato Gilson. Seus gestos e inclusive sua postura lembram muito o arquétipo de Bolsonaro e sua gesticulação característica. No vídeo em que performam uma conversa, os três sujeitos políticos presentes iniciam o diálogo entre si, porém com os olhos e posturas corporais voltados à câmera que registrava o momento. Os temas discutidos referiam-se ao fim do 1º turno das eleições de 2022 e aos possíveis quadros eleitorais. Além disso, vigor e atuação foram cobrados dos eleitores do ex-presidente que buscava, naquele período, a sua reeleição. Este exemplo de aliança fomentada nos interstícios das relações entre os *Sereno* e os Bolsonaro demonstra as associações e ações coordenadas de caráter interfamiliar. Aqui há a união destas famílias, de modo a reafirmar, também (e principalmente) no período eleitoral, que a consonância, a conformidade e a parceiria entre estas famílias continuam e que, juntas, elas empreendem esforços e investimentos na promoção da recandidatura do então presidente Bolsonaro.

Há, no caso aqui abordado e em suas interrelações, certas dinâmicas operantes nesses grupos políticos que também se estruturam a partir de suas relações familiares. Reproduzem-se, assim, uma organização e uma articulação intrafamiliar, nuclear, em conjunto às alianças extrafamiliares e interfamiliares. Aqui está, portanto, um dos aspectos que compõem a categoria do conservadorismo político-religioso, aparato central de mobilização e aliança, assim como de produção de visibilidades. Todas as famílias aqui citadas, os *Sereno*, os Ferreira e os Bolsonaro,

apresentam-se sob o véu das relações familiares diante do público, estabelecendo visibilidades e alianças que conformam o exercício político e que promovem, ao mesmo tempo que legitimam, suas agendas políticas.

Se, no caso dos Ferreira, apresentam-se apenas homens, o pai Manoel Ferreira, seus filhos irmãos gêmeos André e Anderson Ferreira e seu genro Fred Ferreira, sendo o pai inicialmente responsável pela promoção e pela projeção dos seus filhos e genro à esfera política da representação pública, no caso da família Bolsonaro operam-se algumas diferenças. É que há alguma capilaridade à promoção política das mulheres que integram o grupo familiar. Além de Bolsonaro e dos seus 4 filhos homens, a atual esposa Michele Bolsonaro, e as suas duas ex-esposas, Rogéria Bolsonaro e Ana Cristina também compõem o quadro das relações familiares do grupo político familiar. Apenas Michele Bolsonaro ainda não concorreu, de fato, a um pleito político, mas, junto ao Partido Liberal (PL), já vem estudando a sua possível candidatura nas eleições de 2026. É importante observar que, mesmo sendo ex-esposa de Bolsonaro e tendo passado por um conturbado processo de divórcio, Rogéria continua utilizando-se do sobrenome do ex-marido e de sua força representacional, garantindo legitimidade política e visibilidade pública.

Em referência aos *Sereno*, à primeira vista podemos interpretar que *Antônio Sereno*, pastor com grande reconhecimento político e militar, por ser pai de *Marta* e sogro de *Ricardo*, seria o centralizador, a personalidade integrativa do grupo. Contudo, é *Marta* quem definitivamente se apresenta neste lugar “masculino” de centralidade das relações políticas engendradas pelo grupo familiar. Apesar de se utilizar do nome de seu pai, é *Marta* quem lastreia o fortalecimento e a inserção dos *Sereno* na arena política, promovendo e garantindo a eleição, a visibilidade e a legitimidade do pastor *Ricardo Sereno*, seu esposo.

Observa-se, assim, que os membros das famílias citadas exercem, através de relações familiares, projetando-as publicamente, as relações de poder no âmbito político. Trata-se de uma forma familiar de fazer política, de se organizar politicamente. Contudo, no caso da família *Sereno*, apesar dos investimentos e esforços para a reprodução e a performatização da imagem de um modelo de família patriarcal, esse modelo não se consolida necessariamente. Pois que a performance feminina exercida por *Marta* confronta-se, contraditoriamente, com os arranjos que oportunizaram a visibilidade política dos *Sereno* enquanto uma família que, para além de “tradicional”, é também política. *Marta* é a principal figura política dos *Sereno*, como dito. Apesar de construir a narrativa segundo a qual ela é submissa ao seu esposo, o marido é o protetor e o provedor, o “cabra macho da mulher guerreira”, *Marta* é quem angaria o maior número de votos, superando seu esposo, *Ricardo*. *Marta Sereno* é, atualmente, a liderança

feminina mais expressiva da extrema direita em Pernambuco. Portanto, o esforço de constituição do modelo patriarcal pelos *Sereno* – correlato à ideia de “família tradicional” brasileira – representa os esforços e investimentos constitutivos de uma performance de gênero que demonstra suas contradições a partir das relações políticas protagonizadas por *Marta*.

4.3 Arranjo familiar das representações políticas e imagens do passado

Tendo em vista essa forma “familiar” de empreender política, volto-me às análises realizadas por Roberto Efrem Filho (2023) em seu recente artigo intitulado “Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direito Humanos do MST”. Neste trabalho, Efrem Filho (2023) divisa a crise democrática brasileira tomando como objeto central de análise dois casos de violência e criminalização por ele acompanhados no cotidiano do grupo de advogados e assessores jurídicos populares ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O primeiro caso apresentado por Efrem Filho refere-se às ameaças de morte, intimidações e perseguições sofridas por Alexandre, um sem-terra, e praticadas por pistoleiros, policiais e proprietários de terras de uma região da mata-sul de Pernambuco. Já o segundo caso alude à prisão de Marcos, motorista de um carro de som que recebeu voz de prisão de um vereador bolsonarista por conta da divulgação de uma vinheta com críticas a Jair Bolsonaro, então presidente da República. Marcos havia sido contratado para transitar pela cidade com o carro de som, transmitindo a vinheta. No ato da prisão, seu trabalho foi enquadrado como crime previsto na Lei de Segurança Nacional. O artigo de Efrem Filho traz diversas questões referentes aos casos apresentados que poderiam ser facilmente correlacionadas à postura e à atuação política da deputada *Marta Sereno*. Contudo, pretendo enfatizar apenas alguns pontos da análise realizada. Efrem Filho (2023) argumenta que “nos interstícios de processos de Estado” interiores à crise democrática brasileira, há a atualização e a rearticulação de diferentes temporalidades. Estas, por sua vez, correlacionam-se com imagens de um passado colonial (principalmente do período açucareiro), bem como com imagens de um passado ditatorial mais próximo.

Como exemplo há a persistência atual do emprego do termo “jagunço”, muito presente no período colonial açucareiro. É que o termo em questão é muitas vezes utilizado em denúncias e relatos empreendidos pelos sem-terra: “‘Jagunços’, ‘pistoleiros’ e ‘vigias’ são categorias êmicas que se confundem nas narrativas dos integrantes do MST e mesmo nas denúncias empreendidas por advogados e ativistas de direitos humanos” (Efrem Filho, 2023, p. 5).

As imagens do passado operam em ao menos dois eixos, explica-nos Efrem Filho (2023): o sociológico e o da mobilização social protagonizada por movimentos sociais e suas demandas sociais e políticas. O eixo sociológico corresponde aos efeitos materiais que se inscrevem cotidianamente nas relações de poder e se encontra conformado na inexorável materialização das “imagens do passado”: nos homens que performam os jagunços, na alta concentração de terras que oportuniza o latifúndio, na própria vastidão das plantações de cana-de-açúcar, por exemplo.

Já no segundo eixo, tais imagens do passado correspondem ao efeito dos investimentos políticos de que os sujeitos lançam mão tendo em vista a configuração do “estados da realidade” a ser denunciado e combatido. Aqui, as imagens do passado referem-se principalmente às precariedades socialmente dirigidas e àqueles que promovem ou desconstituem o reconhecimento do sujeito enquanto sujeito de direitos.

Nesse sentido, as imagens do passado são investimentos/dispositivos reativos e retaliatórios voltados para as reivindicações e ações políticas dos sujeitos subalternizados, sobretudo de forma a contestar a permanência de certos aspectos referentes a uma historicidade colonial e ditatorial não mais toleráveis: “Trata-se de um esforço político de constituição narrativa que visa também a fazer notar o *inadmissível* no interior da linguagem de direitos” (Efrem Filho, 2023, p.25, grifo meu). Inadmissível como, por exemplo, o emprego do trabalho análogo às condições de escravidão (Idem).

Penso que, de certo modo, os arranjos familiares dos Bolsonaro, dos Ferreira e dos Sereno – que fomentam a legitimidade e a identidade do grupo político – aludem a certas imagens do passado. A insistência retórica na noção de “família tradicional” é, de pronto, sintoma dessa alusão. A aparição pública da família como eixo articulador da política, também. Algo que se referiria, num imaginário pernambucano, ao modelo colonial açucareiro. Aqui, podemos destacar as propagandas políticas das eleições presidenciais do ano de 2022, em que *Marta, Ricardo* e suas duas filhas aparecem sentados a uma longa mesa de café da manhã, fartamente abastecida. Esta é uma cena que, certamente alinhada à sua agenda e a seus discursos, remete a um poder que se quer ver patriarcal, a um poder conformado nos papéis e relações familiares. Trata-se de uma cena que elege o reconhecimento de repertórios corporalizados que *Marta* e seu esposo acionam enquanto dispositivos de legitimidade. Do mesmo modo, há as imagens dos passeios a cavalo em família, com seus membros imponentes e absolutos sobre o animal.

A percepção destas imagens do passado – da “tradição”, do “patriarcal”, do “cristianismo” – importa para a compreensão das covalências políticas estabelecidas entre esses

grupos familiares, como também entre os sujeitos políticos desses grupos e seu público. Essas imagens são mimetizadas nas ações e mobilizações da deputada *Marta Sereno*, em suas relações familiares, no interior da produção de uma identidade política – de direita, conservadora e cristã – e em sua incansável e incisiva incursão no campo dos direitos humanos, na defesa da família e na produção de seus sentidos enquanto sujeito de direitos.

A indústria açucareira e a classe dos senhores de engenho que a detinham foram proeminentemente dominantes em Pernambuco. Um dos grandes símbolos dessa organização política familiar fomentada na sociedade colonial era a Casa Grande, com seu caráter administrativo e, principalmente, coercitivo. As relações que promovem a casa grande a uma instituição colonial – e as violências de gênero e raça engendradas profundamente nesta – permeiam-se a partir de um modelo familiar que, a um só tempo, estabelece-se e se consolida em dimensões socioeconômicas e de reconhecimento político. Conforme explica Faria (2001):

A família, e não o indivíduo ou o Estado, teria sido o verdadeiro fator colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando território e imprimindo o ritmo da vida religiosa [...]. Podia se sobrepor até mesmo ao rei de Portugal [...]. Nas casas-grandes, os filhos, a mulher, os agregados e os escravos estariam inteiramente subordinados ao patriarca onipotente (Faria, 2001, p.).

Portanto, a família corresponderia ao alicerce da estruturação da sociedade colonial, expressando sua presença e sua influência no processo de colonização. Nessa perspectiva, as relações familiares seriam essenciais para o estabelecimento e a manutenção das propriedades agrárias (Faria, 1993, p.121).

Se, naquela época da história, a posse de escravos e de terras determinava o status e o lugar ocupado pelas famílias oligárquicas na sociedade do açúcar (Vainfas, 2001, *et al*), hoje o número de seguidores e os engajamentos produzidos – bem como uma presença *on-line* abrangente com a criação de perfis em diferentes plataformas sociais de forma interconectada – estabelecem massiva influência e visibilidade para a família que pretende apresentar-se pública e politicamente. Trata-se de uma visibilidade baseada, antes de tudo, na legitimidade do sujeito político (familiar) que a empreende. Essa presença constrói, inclusive, novos sentidos de localização para nichos da Internet, como o Instagram, por exemplo, assim como para a assembleia e a aliança que ali se fundam e reafirmam. Ou seja, produzem-se os sentidos de uma performatividade pública *on-line*.

Porém, ainda que se note a correlação e a semelhança estética entre o modelo colonial açucareiro e algumas representações familiares acionadas por *Marta* e *Ricardo*, é preciso tem em vista o esforço empreendido pelos membros da família *Sereno* para a disputa de repertórios

estéticos que corresponderiam àquele modelo. É verdade que, tanto no modelo patriarcal familiar do Brasil colonial como nas experiências contemporâneas dos Ferreira, Bolsonaro e *Sereno*, a família possui um lugar político central. Entretanto, enquanto alude ao modelo, essa família se transforma.

De pronto, cabe ressaltar que aquelas famílias coloniais do período açucareiro possuem ainda hoje, socioeconômica e politicamente, seus próprios representantes. Os herdeiros das famílias coloniais do período correspondente ao ciclo do açúcar ainda se fazem representar politicamente em Pernambuco e no Brasil. Esses representantes das “famílias tradicionais” da política brasileira não correspondem às famílias aqui citadas – os Bolsonaro, Ferreira e Sereno –, ainda que muitos deles hajam-se coligado ao bolsonarismo de alguma forma. Conforme nos diz Gabriel Feltran (2020): “Vestígios autoritários persistentes podem, sim, organizar alguns grupos de classe média, das elites. Mas elas embarcaram recentemente no movimento militarista policial e anti-intelectualista evangélico, não o contrário”.

Assim, é preciso observar que aquela família patriarcal oligárquica não consiste precisamente na experiência de família que *Marta* acaba empreendendo com sua narrativa e sua performance. A família, à qual *Marta* remonta e que constrói em suas performatividades de gênero, é um esforço de reconstituição da família patriarcal, mas esse esforço contradiz, de muitos modos, o modelo. Distancia-se dele. A família pentecostal dos Sereno constitui o que Burity (2020) chama de “nova direita cristã”. Concerne a uma família “renovada”, uma família que substitui e reconfigura diversos aspectos de um modelo oligárquico identificado com os interesses das elites. A família pentecostal dos Sereno representa, portanto, uma família composta por novos sujeitos políticos que romperiam com as lógicas e práticas da “velha política”.

Este movimento de reconfiguração e projeção destes grupos políticos fora do itinerário das elites tradicionais é nomeado por Gabriel Feltran (2020) como a revolução política dos jagunços. Em seu ensaio “Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013)”, Feltran (2020) realiza um mapeamento breve sobre o “caminho” do bolsonarismo. Para o autor, o movimento totalitário que sustenta Bolsonaro se dá, a partir do “deslocamento central da narrativa moderna”, em um movimento de massas que articula a honra masculina, a identidade, a irmandade, o Evangelho e a violência, seus baluartes estruturantes. De acordo com Feltran (2020), as diferentes frações que compõem o bolsonarismo encontram-se “frustradas” em relação às suas expectativas de integração social e políticas plenas. A busca dessas frações por integração persistiu de modo “ressentido e frustrado” posto que elas já haviam tentando outras fórmulas e arranjos para alçar posições de poder.

Como bem colocado por Feltran (2020), Bolsonaro rearticulou o papel político da maçonaria, de grupos masculinos concernentes aos agentes de mercado e dos “coronéis locais” e ultraconservadores religiosos, resgatando a simbologia do “pai de família”. Sendo assim, Bolsonaro não representa apenas um homem branco e conservador, “mas é também uma reação de jagunços institucionalizados contra outros homens brancos ricos” (Feltran, 2020).

Em nosso cenário político recente, a performatividade de imagens do passado se revela, por exemplo, no caso da cassação de mandato de um vereador da cidade de Curitiba acusado de invadir a Igreja Nossa Senhora do Rosários dos Pretos, no mês de fevereiro de 2022, durante um protesto de repúdio aos assassinatos do jovem imigrante congolês Moïse Kabagambe e de Durval Teófilo Filho. No dia 22 de junho de 2022, os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) aprovaram o projeto de resolução que resultou na perda de madatado do vereador. O vereador em questão corresponde a Renato Freitas⁷⁵, homem negro de 39 anos, filiado ao Partido dos Trabalhadores. .

Enquanto Renato teve seu mandato cassado pela acusação de invasão de uma Igreja, a deputada *Marta*, mulher branca, casada, evangélica de 38 anos, ao invadir uma escola particular no bairro de Jardim São Paulo na cidade do Recife, no dia 20 de maio de 2022, para constranger e humilhar uma professora de filosofia – na frente de seus alunos e sem a autorização da direção responsável pela escola⁷⁶ -, não sofreu nenhuma punição por “procedimento incompatível com o decoro parlamentar”, como ocorrera com o vereador Renato Freitas, hoje deputado estadual do Paraná.

Vale enfatizar que *Marta*, durante a ação na escola, filmava toda a cena de visibilidade ali forjada, seu confronto à professora em sala de aula em meio aos seus alunos, bem como a discussão travada na quadra de esportes do estabelecimento com a mesma professora. Os integrantes da equipe de *Marta* que filmavam a invasão à escola enquadravam a professora nas imagens, numa abordagem intimidatória e extremamente desconfortável, tendo em vista a proximidade do equipamento ao corpo da professora, rodeada por estas pessoas. O registro foi publicado no *microblog* de *Marta* no Instagram, devidamente editado e narrado.

A deputada *Marta* acompanhou o caso de Renato e comemorou em publicações no Instagram, junto aos seus seguidores, as decisões dos órgãos de justiça do estado do Paraná em relação ao então vereador. Em uma fotomontagem publicada pela deputada em 12 de maio de 2022, temos a foto do vereador Renato Freitas em um ato político. Esta foto serve como plano

⁷⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/07/05/renato-freitas-entenda-a-cronologia-do-caso-sobre-a-cassacao-do-vereador-em-curitiba.html>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

⁷⁶ Disponível em: <https://11nq.com/vjHst>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

de fundo para a seguinte mensagem: “Conselho de Ética *aprova* parecer pela *cassação* de vereador que invadiu Igreja em Curitiba”. No lado direito inferior da fotomontagem, no plano de frente, temos uma imagem da deputada *Marta* com o punho cerrado sob o queixo, contemplativa. Na legenda de sua publicação, a deputada questiona: “Lembram desse episódio?! Um vereador petista liderou a invasão a uma igreja católica em Curitiba. Independente dos seus posicionamentos políticos, um parlamentar que se acha no direito de agir desta forma não merece o lugar de representante do povo. Que seja cassado e que sirva de exemplo!!! Respeito a Deus e às instituições!!”.

Penso que casos como esses e suas contradições revelam as formas pungentes através das quais imagens do passado definem-se também de forma tácita e são empreendidas e validadas nas ações políticas de determinados sujeitos que se valem destas contradições e inconvergências.

Outro ponto que reforça essa percepção é a questão do sobrenome adotado por *Marta* e *Ricardo*. Ambos fazem uso do nome do pai de *Marta*, pastor *Antônio Sereno*. Como visto, “Sereno” funciona como um fator identitário deste grupo, que marca suas ações políticas em nome da família. Entretanto, o nome Sereno não corresponde ao sobrenome do Pastor Antônio, e sim à parte de seu nome composto. É no mínimo curioso notar que *Ricardo* e *Marta* não se constituem em relação ao sobrenome de *Ricardo*, e sim ao segundo nome do pai de *Marta*.

É também acionando imagens do passado que *Marta* – atualizando o caráter nacionalista e militarista dos posicionamentos políticos apresentados por ela em suas mobilizações – defendeu em seu Instagram, sem constrangimentos, os atos golpistas que se sucederam no dia 8 de janeiro de 2023, motivados pela inconformação do público bolsonarista em face ao resultado das eleições presidenciais de 2022, que elegeram o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) como novo presidente do Brasil. Há aqui, mais uma vez, o fenômeno a que Cesarino (2019) se refere como o corpo digital do rei e seus efeitos de populismo digital, sobretudo a fractalização do mecanismo populista, que incide no espaço público (porque ocupado e invadido), reproduzindo os padrões discursivos (e corporais, complemento) que estruturam a memética bolsonarista e sua performatividade pública.

No mesmo dia da tentativa de golpe de Estado em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, *Marta Sereno* republicou em seu perfil um vídeo produzido por uma mulher que participava da invasão das sedes dos três poderes. No vídeo, a mulher encontra-se em cima da estrutura do Congresso Nacional, onde há o acesso à rampa, em uma espécie de camarote, rodeada de pessoas vestindo verde e amarelo e carregando a bandeira do Brasil. Ela afirma: “Acabamos de tomar o poder. Estamos dentro do Congresso. Todo o povo está aqui em cima. Isso vai ficar

para a história, a história dos meus netos, dos meus bisnetos”. Na legenda do vídeo publicado por *Marta*, lemos: “Brasília hoje, oremos pelo nosso Brasil”. Com a repercussão negativa de sua publicação, a deputada excluiu o vídeo do seu perfil do Instagram e declarou, em texto divulgado em suas mídias digitais, que “em alinhamento com Jair Bolsonaro, somos totalmente contra qualquer ato de violência, vandalismo ou destruição do patrimônio público, que venha ameaçar nossa democracia. Orem pelo Brasil!”.

Contudo, apesar de sua afirmação subsequente à publicação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou a abertura de inquérito contra a deputada federal então eleita, *Marta Sereno*, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido de abertura foi assinado pelo subprocurador-geral da República, Carlos Frederico dos Santos. O representante do Ministério Público informou ao STF que as publicações realizadas por *Marta* e por outros sujeitos políticos também apontados pela PGR, sob a acusação de incitação aos atos democráticos, antes e durante os atos antidemocráticos, podem ter contribuído substancialmente para a incitação pública à prática de crime e para a tentativa de abolir, por meio de recursos arbitrários como violência e ameaça, o Estado Democrático de Direito⁷⁷. Desse modo, *Marta Sereno* passou a ser investigada pela PGR por incitação aos atos terroristas em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

⁷⁷ Disponível em: <https://encr.pw/lfW1A>. Acesso em: 12 de jan. de 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagens do passado assim corporalizadas na conformação de um repertório político conservador, alicerçado nas ações políticas, mobilizações on-line e, principalmente, nas performances de gênero empreendidas por Marta Sereno, também revelam um viés regulatório das práticas que conformam a identidade evangélica de direita conservadora, práticas estas que compõem, além de discursos estruturantes, éticas corporais.

Em “The ethics of listening: cassette-sermon audition in contemporary Egypt”, Charles Hirschkind (2001) analisa a prática de ouvir fitas *cassete* gravadas entre os muçulmanos egípcios contemporâneos enquanto um exercício de auto disciplina ética. A prática de audição é assim analisada em sua relação à formação de um “sensorium”, que corresponde às “capacidades viscerais” que subsidiam e possibilitam a forma particular de piedade muçulmana, qualidade aspirada por aqueles que empreendem tal prática. O autor analisa o modo como ouvintes de sermões reconstruem suas emoções, conhecimentos e sensibilidades em conformidade a modelos de “personalidade moral” islâmica, constituindo-se, assim, como uma referência para o autoaperfeiçoamento ético. Para Hirschkind, a prática cultural de audição de sermões promove um aprimoramento das capacidades perceptivas do sujeito e é por isso que o mundo em que tais capacidades habitam é trazido à tona, tornando-se perceptível (Hirschkind, 2001, p. 623-624).

Assim, Hirschkind evidenciará como tradições pressupõem e fomentam significados que atuam para produzir um arcabouço sensorial do qual as ações e conhecimentos constituintes destas tradições dependem. Portanto, a partir da prática disciplinar de audição dos sermões, os egípcios contemporâneos aprimoram um sensorio eticamente responsivo. Estas sensibilidades são necessárias para, seguindo suas cosmovisões e valores, a devoção em “um mundo cada vez mais ordenado por racionalidades seculares” (2001, p. 624). Aqui, as noções de “sentido” e “sensibilidade” apresentam-se como codependentes, sendo tal interdependência essencial para descrever como as emoções, “capacidades de apreciação estética” e “estados de sintonia moral”, passam a estruturar as experiências sensoriais (2001, p.624). Pois que os objetos de discurso e as emoções suscitadas no contexto da discussão são interdependentes, a formação das emoções adequadas dá-se, necessariamente, por meio desta relação de interdependência (2001, p. 630).

Hirschkind argumenta que, para ouvir adequadamente os sermões, é preciso uma resposta afetivo-volitiva particular de cada ouvinte, o que o autor designará enquanto o “desempenho ético” que se apresenta como condição de possibilidade para a compreensão do

discurso promovido na prática sermônica, ao mesmo tempo que promove o aprofundamento da capacidade individual de ouvir. Aqui, o autor nos alerta: esse aprofundamento, tal qual o desempenho ético, não corresponde a uma dimensão apenas cognitiva, mas envolve o corpo em sua totalidade, como uma “síntese complexa de reflexos morais” disciplinados. Isto de modo que os mulçumanos com quem Hirschkind trabalhou apontam para um duplo benefício de aspectos intrincados entre si: o benefício da audição das fitas e o aprofundamento da sensibilidade moral que estes homens se tornam hábeis de trazer à ação; a dimensão prática e corporalizada de suas relações com a religiosidade (idem). A prática da audição dos sermões inculcaria, segundo o autor, disposições e modelos de experiência sensorial que, para além de serem afetadas pelas condições objetivas, também as alterariam (2001, p.625).

A oratória sermânica mulçumana, assim, “recruta” o corpo em múltiplas formas. O sermão é compreendido como uma técnica de treinamento do corpo, em suas dimensões gestuais e afetivas, em “texturas fisiológicas”, rítmicas e expressivas. Junto às suas lições morais, os sermões promovem hábitos éticos, bem como a organização de dispositivos sensoriais e habilidades motoras fundamentais para experiências alinhadas ao que os mulçumanos estudados consideram como apropriado. O conhecimento das formas de narrativa islâmicas, dessa forma, não consiste apenas em recitar ou ouvir um texto que está dado, mas também em sua performance emocional e gestual, inclusive em seus efeitos sinestésicos que possibilitam as condições corporais do texto ouvido como memória (2001, p.-636-638). Os ouvintes treinam seus corpos nas performances desses modelos éticos de ser e de se perceber. As tradições são compreendidas enquanto alicerçadas em ‘habilidades perceptivas’, ou “modos pré-discursivos de avaliação/apreciação”, moldados no interior de práticas em que o discurso e a linguagem são essenciais, mas que não se resumem a estes (2001, p. 640-642).

Entendo que, como as fitas de sermões, as redes sociais digitais de figuras como *Marta Sereno* são utilizadas na promoção de práticas culturais e políticas, fornecendo aos seus seguidores o aperfeiçoamento de um repertório formado por discursos e ações, emoções e sensibilidades de acordo com modelos perpetrados de família e baseados em uma personalidade moral evangélica que se traduz em performances de gênero e suas convenções morais.

Tais valores encontrar-se-iam em tradições textuais e práticas religiosas, bem como dispostos e performados nos *microblogs* dos sujeitos políticos que se utilizam das redes sociais para angariar visibilidades, como referenciais para o auto aprimoramento ético (Hirschkind, 2001, p. 627-628, tradução minha), principalmente em direção ao que Butler (2019) chama de *ideologia anti-gênero*, intensificando aspectos e planos do processo de crise democrática brasileira (Almeida, 2019; Burity, 2015).

De tal modo que a deputada *Marta Sereno* forja, no interior de suas performances, a modulação de intensidades emocionais e a orientação dessas emoções para os objetivos apropriados ao exercício político e religioso de uma identidade política conservadora, além de incidir diretamente nas disposições corporais dessas emoções que têm como fundamento os valores já discutidos ao longo desta dissertação. A deputada *Marta*, assim, assume e promove entre seus seguidores uma corporalidade digital equivalente ao “corpo do rei”, algo que fica evidente em seus esforços de alinhamento aos discursos e agendas bolsonaristas e nas performances de gênero que empreende em nome e na defesa desse repertório.

Para que se possa compreender, em sentido pleno, as demandas da mensagem/informação que está sendo mediada, é necessário, como colocado por Hirschkind, uma resposta volitiva-afetiva do receptor da mensagem (os ouvintes de sermões em fita) (Hirschkind, 2001, p.624, tradução minha). Assim, ainda seguindo o raciocínio do autor, pensando aqui no uso pentecostal da internet, diviso que a interpretação adequada de conteúdo (suas nuances, referências etc.) requer um desempenho ético, como acontece nas mobilizações e debates promovidos por *Marta* em seu Instagram: seus conteúdos só podem ser compreendidos em sua completude se observarmos a validade dos meios empreendidos, à medida que as dimensões sobre ser “a favor da vida” ou ser do “povo de Deus” são iluminadas através dos valores da tradição religiosa pentecostal sobre os significados de ser uma mulher e o papel da família, para, a partir daí, compreender a “verdade” religiosa e sua legitimidade política.

É por meio de suas publicações que a deputada *Marta* elabora emulações emocionais. Tais emulações decorrem do teor da exposição realizada pela deputada ao publicar o seu conteúdo, principalmente relacionado às denúncias e acusações veiculadas em seu microblog. A emulação de emoções criada por *Marta* baseia-se principalmente em reatividades programadas frente à esquerda e a suas atuações e deliberações políticas. Essas reatividades estão fortemente arraigadas aos sentimentos de raiva, desrespeito, perseguição etc., e fomentam, como um de seus efeitos, disposições éticas que dependem, também, de investimentos corporais.

Tais disposições, por sua vez, encontram-se profundamente relacionadas às performances e performatividades até aqui exploradas, elencadas por *Marta* na composição de um arcobouço político-religioso referente ao exercício de uma cidadania política conservadora. Tais performatividades, acredito, também projetam um sensório, que corresponderia à formação de sensibilidades políticas e religiosas.

Portanto, parece-me haver um reforço de práticas disciplinares de autocultivo (através da representação dos debates e dos conflitos) de modo efetivo por conta do caráter da “autocomunicação” e da performatividade pública e de gênero, engendrada na categoria “família”, exercida pela deputada em relação à religião e a seus valores morais, mas também, e principalmente, ao exercício político da cidadania cristã de direita conservadora. Esse exercício político estaria amparado na legitimidade do signo da família, estruturado e definido pelas controvérsias de gênero e pela performatividade de gênero de que a deputada lança mão em suas interações e mobilizações *on-line*.

Aqui, as práticas de autocultivo definem-se por práticas de caráter religioso, como quando a deputada publica um chamado para realização de um jejum nacional pelo Brasil⁷⁸, bem como quando, por meio do convite do Pastor *Ricardo* republicado em seu *microblog* do Instagram, a deputada convoca uma live de orações. No vídeo publicado, o Pastor *Ricardo* afirma que a prática religiosa de estudar os princípios bíblicos é o segredo para ter uma família feliz. Segundo *Ricardo*:

Você já orou pela sua família hoje? Sou o pastor *Ricardo Sereno* e quero te dizer que aprendi com a palavra de Deus e hoje tenho uma família feliz, um casamento próspero e filhos abençoados. Através das *lives* que apresento de segunda a quinta-feira, às 6h30 da manhã, pelas minhas redes sociais, eu quero compartilhar com você, gratuitamente, os princípios bíblicos para ter uma vida espiritual frutífera e uma família abençoada⁷⁹.

Além das práticas de autocultivo de caráter religioso, há também as de caráter político, em que a deputada estabelece direta e indiretamente os parâmetros para uma identidade conservadora e para o exercício político de uma cidadania religiosa baseada nos preceitos conservadores. Esse caráter é elucidado de forma contundente quando *Marta* delibera acerca dos sentidos e significados de ser um “cristão de direita”, segundo ela, a única escolha política viável para o exercício da cidadania conservadora de modo pleno e alinhado com os ensinamentos divinos.

Acontece que essa separação e essa diferenciação do tipo de autocultivo só são possíveis em um quadro analítico e suspensivo, pois que o caráter religioso e o caráter político encontram-se correlacionados de modo interdependente, o que resulta na seguinte consideração: para o exercício de uma cidadania conservadora plena, ou seja, para acessar o arcabouço conservador, é preciso, também, estar alinhado com certas pré-disposições religiosas. É dessa forma que

⁷⁸ Publicação realizada no Instagram, no dia 28 de março de 2021. A publicação originalmente foi feita pela então ministra Damares Alves, sendo assim, republicada por *Marta*.

⁷⁹ Publicação realizada no dia 30 de março de 2021, sendo publicada pelo pastor *Ricardo* e posteriormente republicada pela deputada *Marta*.

Marta conduz autodisciplinamentos político-religiosos: em publicação realizada no dia 17 de novembro de 2021, *Marta* afirma: “Pra (sic) memorizar, repita comigo: Cristão não vota na esquerda. De novo: cristão não vota na esquerda. Mais uma vez: cristão não vota na esquerda”. Ou quando, no dia 13 de maio de 2022, publica uma fotomontagem com a seguinte passagem: “Se os cristãos não falarem de política hoje serão proibidos de falar de Jesus amanhã”; na legenda, *Marta* acrescenta: “Cristãos, fiquem alerta!”.

Os dois tipos de autodisciplinamento versam sobre a manutenção de uma identidade conservadora, tal qual sobre a defesa de seus reportórios, de tal modo que, seja uma publicação de *Marta* em família, em seu gabinete, na igreja, seja realizando uma denúncia, somos capazes de identificar, facilmente, as disposições morais incutidas, discursiva e corporalmente, no exercício de uma cidadania político-religiosa que tem como eixos articuladores a busca pela consolidação do sujeito político da família e as performatividades de gênero que o legitimam enquanto um sujeito de direitos.

Portanto, as emoções e suas disposições éticas apresentam-se como dispositivos reguladores de uma identidade política conservadora e de seu conjunto de práticas políticas e religiosas, fazendo com que o *microblog* do Instagram da deputada apresente-se, também, como um canal, uma rede que sintoniza sensibilidades e que opera, principalmente na dimensão corporal, as suas pré-disposições morais e valorativas.

Isto aponta, resumidamente, para o que vem sendo discutido nesta dissertação: determinadas disposições éticas acerca de cidadania e reconhecimento são, em suas dimensões político-religiosas e de gênero, corporalizadas frente ao acionamento e à dinamicidade de estruturas que promovem a conformação de uma identidade e de um repertório político conservador, cristão, de extrema direita e neoliberal. Ou seja, esses investimentos – que se dão especialmente na categoria “família” e na forma como essa categoria encontra-se alinhada ao modo como esses sujeitos operam no interior das relações de poder, de acordo com as condições de possibilidade de reconhecimento e legitimação política – surgem como um aparato regulador de determinadas relações de gênero e de uma ética coabitacional, bem como de uma identidade política que se vale do gênero e de suas tecnologias normativas para garantir visibilidade, legitimidade, reconhecimento e a viabilidade dos interesses e projetos neoliberais, elencados relacionalmente por meio de um repertório disputado através da linguagem dos Direitos Humanos.

Entre as formas e os conteúdos de grupos políticos pertencentes à extrema direita, a autonomia das produções midiáticas promove a consolidação da identidade conservadora e da formação de seus públicos específicos. Na consolidação das condições de possibilidade que

promovem a formação de assembleias, notamos e lemos um universo cultural e político intrincado, em que o primado da identidade conservadora, enquanto conteúdo, prediz o modelo de “família tradicional” e suas performatividades. Ao passo que, quando esse movimento reivindica os sentidos e repertórios dentro dos formatos e modelos conservadores da estrutura familiar, prediz, por sua vez, o conteúdo das performatividades apresentadas.

Gênero mostra-se, assim, envolvido no mote geral da religião e do fazer político, na constituição de sujeitos: não somente em relação aos governos e conjunturas, mas também em relação a como os sujeitos políticos de uma nova direita cristã pensam e elaboram, ética e esteticamente, suas ações políticas, bem como a consonância de suas representações e performatividades. Essas performatividades, como vimos anteriormente ao fim do capítulo 3, são reconfiguradas e atualizadas em seus vieses imagéticos e discursivos, em uma lógica de representação familiar que se utiliza de signos, estéticas e discursos que se mostram atravessados a) por uma herança socioeconômica colonial, considerando aqui os vieses que conformam a defesa e a centralidade das convenções de gênero dentro das relações familiares; e b) por marcas ditatoriais, pois que se utilizam de imagens do passado para a validação de pautas e agendas anti-democráticas e que elidem, social e politicamente, as investidas de grupos ditos minoritários na luta pelo reconhecimento.

Observa-se o cotejamento entre o discurso e as ações e mobilizações on-line realizadas e registradas em uma disputa no interior de uma cultura política voltada a consolidação de uma identidade política, de um público conservador, e das relações de poder que conformam suas legitimidades. Aqui, o conteúdo e a forma se processam em uma dimensão tensionada, em que a dinâmica ético-estética então instituída torna impossível a separação entre os fatores internalistas, referentes à identidade política conservadora, e externalistas, no tangente à totalidade da multidão, o corpo social, onde discurso e prática mostram-se inseparáveis. Há também o vislumbre acurado de uma agenda neoliberal, capaz de sinalizar as nuances correspondentes aos propósitos e estratégias políticas e econômicas de um projeto nacional que estabelece a Internet como um de seus principais lugares de fala e expressão da ação política produzida por seus sujeitos, expressões próprias de uma memética bolsonarista.

A utilização das redes sociais e de suas plataformas, com seu caráter ubíquo e instantâneo, trata-se de um esquema comunicativo e de produção midiática alternativa às grandes emissoras e à imprensa. Este esquema tem seu recrudescimento e sua irrupção a partir do processo de formação de uma agenda religiosa contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos e daqueles relacionados à diversidade sexual e de gênero. Tal movimento é promovido à medida que a promoção e a consolidação dos Direitos Humanos e de debates

humanitários ganham espaço nas políticas internacionais. Este esquema, que tem por alicerce os recursos e plataformas da Internet, traduz-se nas condições de possibilidade de ampliação das condições efetivas para a formação e a consolidação de grupos da direita.

As performatividades elencadas pertencem, portanto, a uma dimensão do gênero em que o corpo atua na afirmação das bases políticas voltadas para ações constituídas a partir de uma estética anti-esquerda e heteronormativa. As reatividades, nas quais tal movimento encontra-se firmado, confrontam-se aos movimentos feminista e LGBTQIA+, a uma suposta ameaça secular à família e a seus valores, às elites econômicas globais e às organizações internacionais, como a ONU, por exemplo. As reivindicações de movimentos sociais acerca de noções como igualdade e diversidade são apontadas enquanto ideologia. As dimensões morais e econômicas desse movimento reativo atravessam e se correlacionam por meio destas mesmas reatividades e de suas disposições éticas.

Essas reatividades insistem em ser atendidas na requisição de um novo papel político da família, ao passo que novos papéis são assumidos pelo Estado em um contexto de intensificação do neoliberalismo. Neste movimento, a família é tomada enquanto sujeito político que se opõe a sujeitos políticos “minoritários” e que buscam a garantia de direitos. A família é o investimento central das pautas e atuações políticas, discursos e performatividades, e, por isso, encontra-se alinhada a convenções morais de gênero e a noções biologizantes do gênero. De tal modo que, diante do quadro analítico até então produzido, afirmo que o movimento político do bolsonarismo apresenta-se enquanto performatividade de gênero.

A internet, enquanto uma tecnologia de visibilidade, demonstra-se também um equipamento que possibilita e ampara ações políticas em assembleia e suas performatividades públicas. As capacidades e os recursos das plataformas na formação de um público, bem como na reconfiguração de espaços cibernéticos e de seus usos, revelam a Internet enquanto um espaço de disputas frente aos esforços perpetrados na consolidação da identidade conservadora e de seus repertórios. Um espaço político, uma das dimensões da cena pública, em que as relações de poder passam a ser mediadas e constituídas por performatividades e corporalidades distintas. Do mesmo modo, a Internet também se verte na produção e na formação dessas mesmas performatividades, compreendendo-se também enquanto um equipamento que viabiliza tecnologias de poder que objetivam constituir/configurar subjetividades e corporalidades no interior da lógica binária e heteronormativa. Como nos diz Teixeira (2014): “A concepção de gênero como performance engendra o corpo como um campo vasto de ações atravessado por múltiplos poderes” (p.251).

A internet, assim, produz, além de práticas de auto-cultivo, formas de regulação coletiva, tendo em vista, enfaticamente, o público formado por meio desta. A memética bolsonarista e o populismo digital conformam-se enquanto tecnologias de poder, que operam de forma direta na reafirmação dos sentidos de sua categoria central “família”, assim como em performatividades de gênero que abarcam e legitimam tal categoria enquanto sujeito político.

Buscando conformar tal análise acerca da Internet e do seu caráter público, lembro das disputas atuais⁸⁰ relacionadas à regulação das redes sociais, esta que tem como principal objetivo elidir a prática das *fake news*, visando a garantir o caráter democrático e a liberdade de expressão no exercício da cidadania política. A regulação ganha espaço no debate público ao passo que ameaças anti-democráticas escalam, por meio da Internet, o status de liberdade de expressão e de soberania popular.

Desde a sua campanha eleitoral realizada durante o ano de 2022, Luís Inácio Lula da Silva vem defendendo a regulação da Internet e das mídias digitais. Segundo suas próprias palavras: "Tem muito aplicativo que nada tem de social por aí. As fake news de Bolsonaro não têm nada de social. As pessoas que não concordam com esse governo sofrem ataques à sua honra"⁸¹. Lula também se defende dos ataques e acusações que afirmam uma suposta censura em sua posição: "Quando eu falo disso, a imprensa diz que é censura. Não é censura. Se tem alguém que sofreu censura nesse país fui eu"⁸². Do mesmo modo, cita as ações realizadas internacionalmente em países como Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra contra a propagação e a prática de disseminação e impulsionamento de notícias falsas⁸³.

O motivo pelo qual o presidente deseja realizar esse debate em formato de discussão internacional é facilmente identificável, pois que, além da incidência global das *fake news* e dos seus efeitos negativos, é notável que, segundo estimativa mencionada pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), em uma reportagem de Raul Ikeda⁸⁴, cerca de 3,5 bilhões de pessoas,

⁸⁰ No momento em que escrevo as considerações finais dessa pesquisa de mestrado, é travado um debate público entre parlamentares no Congresso Nacional acerca da regulação e da responsabilização das redes sociais digitais. Este debate ganhou a atenção de mídias diversas e tem sido alvo de forte pressão das *bigtechs*, empresas atuantes no mercado da tecnologia digital e que detêm o controle e a receita gerada por meio de suas redes sociais. Estas têm promovido diversos ataques desvelados, com o intuito de gerar engajamentos e disseminar *fake news* acerca do Projeto de Lei referente à regulação das mídias digitais. Como exemplo de tais pressões, a empresa Google publicou em sua página inicial, no dia 1 de maio de 2023, a seguinte declaração: “O PL das Fake News pode aumentar a desinformação no Brasil”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/google-inclui-texto-contra-pl-das-fake-news-na-home-do-buscador/>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

⁸¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/02/22/lula-defende-limite-para-internet-e-midias-digitais-maldade-tomou-conta.htm>. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/licoes-que-podemos-tirar-do-apagao-global-de-facebook-whatsapp-e-instagram/>. Acesso em: 25/ de nov. de 2021.

aproximadamente metade da população mundial, utilizam as plataformas do WhatsApp, Facebook e Instagram. Desse número, ainda em conformidade com o Insuper, 148 milhões de brasileiros estão no Facebook, 105 milhões no Youtube, 99 milhões estão no Instagram e no Twitter são 19 milhões⁸⁵.

Segundo Ikeda, essas redes sociais tornaram-se dominantes em diversos países, como no caso do Brasil, sendo utilizadas como fonte comunicacional, de entretenimento e também como plataformas comerciais. A internet, assim, além de se apresentar como um “lugar de fala”, aparição e performance, também se traduz enquanto equipamento e recurso para a irrupção de ações políticas anti-democráticas da extrema-direita, que se traduzem em efeitos nocivos às dimensões social, econômica, política e securitária.

O “PL das *fake news*”, como vem sendo chamado o Projeto de Lei nº 2630, que tramita em urgência, prevê a criminalização da divulgação, da promoção e do financiamento de informações falsas e também a responsabilização das redes por irregularidades cometidas no ambiente virtual. O PL se direciona às redes cujos provedores atingem em média, por mês, mais de 10 milhões de usuários e, entre outros pontos, determina que as plataformas digitais mantenham regras transparentes de moderação para atuar na prevenção e na redução de crimes como os de terrorismo, pedofilia, racismo, violências de gênero etc.

Como exemplo factício dos efeitos nocivos das *fake news*, prática marcadamente anti-democrática e escroque, podemos pensar nos atos golpistas do dia 08 de janeiro de 2023. É verdadeiro que o ato golpista possuiu centros focais de organização múltiplos, nos quais a Internet teve papel central, mas não compôs sozinha as forças que atuaram na execução da proposta golpista. Porém, acredito que, dentre outros episódios marcantes, o dia 08 de janeiro foi a apoteose, a catarse das relações não reguladas e não fiscalizadas no âmbito digital, especificamente de sujeitos políticos que, sem a Internet e seus recursos, muito provavelmente não teriam alçado, pelo menos não de forma meteórica e acrítica, seus populismos, seus públicos extremamente diversificados e plurais, bem como não teriam alçado o caráter de legitimidade política diante de suas ações questionáveis e, muitas vezes, agressivas e criminosas.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, essa agressividade é observável em diversos protestos, mobilizações (*on e off-line*) e, principalmente, nas abordagens realizadas pela deputada *Marta Sereno* na defesa de sua agenda política. Seja o protesto religioso contra o aborto de uma criança abusada sexualmente durante 6 anos de sua vida, ou a invasão a uma

⁸⁵ Disponível em: <https://www.politize.com.br/regulacao-das-redes-sociais/>. Acesso em: 22 de fev. de 2023.

escola com vistas a humilhar e constranger uma profissional da educação básica: devemos nos questionar acerca das condições de possibilidade de criação de tais cenas de visibilidade sem a utilização da Internet. Certamente, nos dias atuais, este é um movimento quase impossível.

Marta Sereno integra um grupo que visa às hegemonias religiosa e política e que, para tanto, busca demonstrar-se em posição de superioridade moral capaz de alterar profundamente éticas de coabitação com a negação ou a retirada de direitos de parcelas da população. Desde a referida superioridade, *Marta Sereno* e seu esposo não evitam, por exemplo, a perpretação de termos pejorativos em relação a LGBTQIA+ - como o uso da expressão “aberração” para se referir a pessoas trans. Os dois parlamentares se movem, como apontado anteriormente, contra as pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ – seus adversários prioritários – com o objetivo de barrar o avanço do debate público e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos e relacionados à diversidade sexual e de gênero.

Como se sabe, em razão de decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal junto à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e ao Mandato de Injunção Coletivo (MI) nº 4733, a homofobia e a transfobia passaram a ser consideradas crime em 2019, enquadrado na Lei de Combate ao Racismo, a Lei nº 7.716/1989. Juridicamente classificado como espécie de racismo, o crime de transfobia é inafiançável e imprescritível.

Em janeiro de 2023, a deputada *Marta Sereno* foi condenada, por um magistrado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a pagar uma multa de 10 mil reais. A decisão do juiz da Comarca de Monte Carlos teve como alvo a publicação – realizada pela deputada, em sua conta pessoal do Instagram, no dia 27 de dezembro de 2020 – acerca do casal trans Rodrigo Bryan e Ellen Carine. *Marta* republicou uma das fotografias do ensaio fotográfico feito por Rodrigo e Ellen e destinado à gestação de Rodrigo, homem trans, que se encontrava próximo a dar a luz à filha do casal, hoje com aproximadamente 3 anos de idade. Na legenda da foto publicada sem a autorização do casal, *Marta*, de modo depreciativo e pejorativo, declara: “Ele nasceu ela e ela nasceu ele. E o melhor disso tudo, é a biologia provar para a ideologia que sempre vai precisar de um XX e XY para gerar uma vida”.

Isso que chamamos de revolução tecnológica, de alguma forma, fomentou e alicerçou a produção de equipamentos e tecnologias de visibilidade e de gendramento que possuem como mote principal a invisibilização e a deslegitimação de grupos que deveriam encontrar, na Internet, um uso democrático de seus recursos enquanto condição de possibilidade de garantia do próprio direito da liberdade de expressão. De certo modo, o que entendemos enquanto uma potencialização dos dispositivos de comunicação e, portanto, de um caráter democrático do direto à aparição e reconhecimento permitiu a alienação de seus princípios e bases constitutivas

diante do recrudescimento de equipamentos e tecnologias consolidadas na e pela internet. Esta última, como plataforma e dispositivo dinamizador central das ações políticas, intensificou a legitimação da nova direita cristã, incidindo, assim, na produção de subjetividades e éticas corporais conformadas conservadoras e que se mostram cada vez mais anti-democráticas.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. *A escrita contra a cultura*. *Equatorial*, v. 5, n. 8, p. 193-226, [1991] 2018.
- ABU-LUGHOD, Lila. *A escrita dos mundos de mulheres: Histórias beduínas*. Trad. Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens Edições, 2020.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, v. 38, n. 01, 2019, pp. 185 – 213.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; COSTA, Andressa Liegi Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. *Cadernos de Campo: revista de ciências sociais*, Araraquara, n. 28, p. 385-412, jan./jun. 2020. DOI: <http://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.385412>.
- BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80), 2012, pp. 55–69.
- BURITY, Joanildo. Ola conservadora y surgimiento de una nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura posimpeachment en Brasil. *Ciências Sociais e Religião*, v. 22, 2020a, pp. 01 – 14.
- BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes Antropológicos*, v. 3, 2020b, pp. 01-35.
- BURITY, Joanildo. (2015), “Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa”. *Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 30, nº 2 (jul./dez.): 31-73.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. . (2019). Ideologia antigênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. In: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 36, pp. 219-235.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 530-557, 2019.
- EFREM FILHO, Roberto. Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direitos Humanos do MST. *Horizontes Antropológicos*, ano 29, nº 65. Porto Alegre, 2023, e65041.

- EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. *Religião & Sociedade*, v. 39, n. 03. Rio de Janeiro, 2019, pp. 124 – 151.
- ESCOBAR, A. (1994) “Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture”. *Current Anthropology* 35(3), 211-231.
- FARIA, Sheila de Castro. “Família”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 216-8.
- FELTRAN, G. S. . Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). Blog 'Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 14 jun. 2020.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In: KUNZRU, Hari & TADEU, Tomaz (Org.). Antropologia do Ciborgue. As vertigens do Pós-Humano. Belo Horizonte: 2000, Autêntica Editora, 2009. P. 33-118.
- HINE, Christine. Virtual ethnography. Londres: Sage Publications, 2000.
- HINE, C., Parreiras, C., & Lins, B. A. (2020). A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos De Campo (São Paulo – 1991)*, 29(2), e181370.
- HIRSCHKIND, Charles. 2001. The Ethics of Listening: Cassette Sermon Audition in Contemporary Egypt. *American Ethnologist*, v. 28, n. 3, pp. 623-649.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2021.>
- KOPPER, Moisés. Políticas públicas e suas pós-vidas: merecimento e cidadania habitacional no Brasil da mobilidade social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, nº 99. São Paulo: 2019, pp.1-24.
- LAGO, Natália B. Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. *Cad. Pagu* (55), 2019b.
- LEITÃO, D. K. Entre primitivos e malhas poligonais: modos de fazer, saber e aprender no mundo virtual Second Life. *Horizontes Antropológicos*, n. 18, 2012, pp. 255-285.
- LEITÃO, D. & GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica*. Nº 32, 2017, p. 41-65.
- LEITE, V.. Em defesa das crianças e da família: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos conservadores em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 32, p. 119-142, 2019.
- MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. *Cadernos Pagu (UNICAMP)* , v. 50, p. e17504, 2017.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2012), “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7: 25-54.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2000), “O Tema do Aborto na Mídia Pentecostal”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, nº 1: 200-211.
- MILLER, Daniel. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, n. 21, p. 41 – 65, 2004. SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.
- MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade*. vol. 36, n.1, p.128-150, 2016.
- MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & sociedade*. vol.32, n.1, pp. 167-183, 2012.
- PIEROBON, Camila. 2018. Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, JEAN *et al.* (Org.) *Política Etnográfica no Campo da Cibercultura*. Antropologia no Ciberespaço. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. p. 198pp.
- SANTOS, Thiago. Cidadania através do Espelho: dignidade, emoções e moralidades. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, v. 3(1), p. 233-251, 2016.
- SEGATO, Rita L. Contrato y estatus en la etiología de la violencia. In: *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003, pp. 131-148.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: o desafio Godllywood. *Religião e Sociedade*, v. 34, 2014, pp. 232 – 256.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia social (PPGAS). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- Themudo, T. S., & Almeida, F. C. de. (2020). Direito, cultura e sociedade em tempos de fake news. *Revista De Direitos E Garantias Fundamentais*, 21(3), 209–236. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v21i3.1653>
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, n.54, pp. 7-21, 2019.